



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/ CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

LUANA RODRIGUES CARNEIRO

**MULHERES PESCADORAS: SEXUALIDADE E TRABALHO
NA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ - PA**

CAMETÁ
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/ CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

LUANA RODRIGUES CARNEIRO

**MULHERES PESCADORAS: SEXUALIDADE E TRABALHO
NA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC, Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

Linha de Pesquisa: Políticas e Sociedades.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira.

CAMETÁ
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C289m Carneiro, Luana Rodrigues
Mulheres pescadoras: Sexualidade e Trabalho na Colônia Z-16
de Cametá-Pa / Luana Rodrigues Carneiro. — 2020.
134 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Mara Rita Duarte de Oliveira
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Educação e Cultura, Campus Universitário de Cametá,
Universidade Federal do Pará, Cametá, 2020.

1. Mulheres pescadoras, Colônia Z-16, Emancipação,
Trabalho, Sexualidade. I. Título.

CDD 370

LUANA RODRIGUES CARNEIRO

**MULHERES PESCADORAS: SEXUALIDADE E TRABALHO
NA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da UFPA/ Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Educação e Cultura, na linha de pesquisa de Políticas e Sociedades.

Data da Avaliação: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira
(Orientadora - UNILAB)

Profa. Dra. Maria Sueli Corrêa dos Prazeres
(Membro Interno- UFPA/ PPGEDUC)

Prof. Dr. Afonso Weliton de Souza Nascimento
(Membro Externo- PPGECIT-UFPA)

CAMETÁ
2020

À memória de Izaita Cohén.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e professoras do Curso de Pós-Graduação em Educação e Cultura, na Área de concentração: Política e Sociedade, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Baixo Tocantins, que nos mostraram os rumos ao conhecimento, inquietaram, instigaram e nos proporcionaram momentos de aprendizagens e saberes;

A todos os colegas de turma;

À Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá e aos colegas, pelo apoio e colaboração nos levantamentos dos dados e arquivos da entidade. E, principalmente, às pescadoras e coordenadoras da Colônia Z-16, Jacira Maciel Batista, Rosana do Carmo Nunes, Leonor Valente Farias, Maria Francisca Teles, Simone Duarte Viana, Maria Joana Lopes, Maria Alho Damasceno, Izadora Mendes, que emprestaram um pouco do seu precioso tempo para compartilhar suas narrativas, que almejam uma construção coletiva de lutas, de embates na busca por igualdade. Pessoas com as quais construí, no decorrer da entrevista, um laço de afeto e amizade. E, numa ajuda mútua para que este trabalho fosse concretizado, permitiram-me adentrar no seu território de vivências e de memórias; são narradoras que precisam ser vistas, ouvidas e suas histórias valorizadas, pois, parte de suas narrativas provocaram inquietudes, questionamentos e anseios na construção de metas com compromisso social, compartilhamentos que provocam alguma reflexão.

De forma especial, à professora dra. Mara Rita Duarte de Oliveira, minha orientadora, que acreditou neste projeto e apostou na minha capacidade de realizá-lo. Obrigada pela competência, disponibilidade e luta pela construção de projetos de fortalecimento da democracia e pelas reflexões proporcionadas acerca deste trabalho. A você, minha profunda admiração!

Igualmente, ao prof. dr. Edir Augusto Dias Pereira, pela honrosa participação na minha vida acadêmica, desde o TCC até a elaboração do projeto de mestrado.

À professora dra. Maria Sueli Corrêa dos Prazeres, pela leitura paciente, cuidadosa e minuciosa que me ajudaram a trilhar o caminho da pesquisa, e me abriram um novo olhar no horizonte. Obrigada por aceitar participar da banca de qualificação e defesa.

Ao professor Afonso Wellington, por aceitar participar da banca de defesa e pelas contribuições neste trabalho.

Às mulheres da minha família, que são meu alicerce seguro e têm uma trajetória de vida marcada por luta, opressão e perseverança, e por acreditarem que sua geração seria

recompensada pela geração futura (filhos, netos, amigos), com oportunidades que não lhes assistiram, como, por exemplo, a do mundo acadêmico.

À memória de minha mãe-avó, Izaita Cohén, que me acompanhava nas noites de estudo e não dormia enquanto eu não deitava. Ela que sempre foi o alicerce da família, pai/mãe de filhos e netos, enfrentando todas as dificuldades impostas por uma sociedade machista e opressora. Deixou-nos antes da conclusão deste trabalho e, nestes escritos, faço uma homenagem em sua memória.

Com amor, à minha irmã Eliane Cohén, pelos puxões de orelha e conselhos que nos faziam refletir, Franciele Rodrigues e Wellington Rodrigues, sobre o nosso futuro.

Ao meu pai, Francisco Pontes Carneiro, que, embora tenha se mostrado indiferente às conquistas travadas pelos filhos, nos alimentou, nos deu morada e diminuiu, de alguma forma, as dificuldades do dia a dia, e à minha mãe, Raimunda Eliete Rodrigues, que também foi minha professora nas séries iniciais, lá no interior da localidade de Ilha Grande de Juaba, nossa morada de infância, e se dedicou à comunidade Cristã, ajudando muitas das crianças que faziam parte dessa e de outras localidades ribeirinhas a encontrarem um caminho no mundo acadêmico. Muito orgulho e agradecimento a todos os ensinamentos e dedicação que ela teve com os filhos e com os outros.

Com alegria e amor, às minhas sobrinhas, Maria Luísa Barra e Cecília Barra.

À Sirlene Ramos Damasceno, pelo companheirismo e amizade durante esta jornada e a todas as amigas, que são muitas, mulheres fortes, ajudando outras mulheres a serem mais fortes nos momentos mais difíceis, trabalhadoras empenhadas em conquistar seu espaço nesta sociedade tão desigual.

Aquelas pessoas anônimas, que encontrei durante minha pesquisa de campo, que questionavam sobre a pesquisa e acreditavam bem mais do que eu nos resultados, que me incentivaram a ir em frente, que, não por acaso, acredito que foram enviadas por Deus, pois as encontrei justamente naqueles momentos de desânimo e cansaço, e me fizeram persistir na concretização deste trabalho.

A todos, reitero, aqui, minha profunda admiração e respeito!

"A árvore ou a raiz inspiram uma triste imagem do pensamento que não para de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou de segmento. (...)

A estes sistemas centrados, os autores opõem sistemas a-centrados, redes de autômatos finitos, nos quais a comunicação se faz de um vizinho a um vizinho qualquer, onde as hastes ou canais não preexistem, nos quais os indivíduos são todos intercambiáveis, se definem somente por um estado a tal momento, de tal maneira que as operações locais se coordenam e o resultado final global se sincroniza independente de uma instância central."

(Gilles Deleuze e Felix Guattari, Mil Platôs, 1997, p.25/26)

RESUMO

Nesta pesquisa, discutiremos “Como a divisão sexual do trabalho serve para sustentar os discursos e para fortalecer instrumentos de controle e poder sobre as práticas do trabalho produtivo das mulheres pescadoras que atuam como **coordenadoras dos setores de localidade de pesca**, na qual os homens pescadores detêm controle e poder institucional na entidade, **a partir da percepção das mulheres pescadoras**”. Apontamos como objetivo geral: Investigar “como a divisão sexual do trabalho serve para sustentar os discursos e instrumentos de controle e poder sobre as práticas das mulheres pescadoras que atuam como coordenadoras de localidade de pesca, na qual os homens pescadores detêm controle e poder institucional na entidade?” E definimos como objetivos específicos: identificar a percepção das mulheres pescadoras sobre a divisão sexual do trabalho no interior da organização política da Colônia Z-16; Buscamos assim, na voz desses sujeitos pescadoras, discutir suas perspectivas de gênero e sexualidade, trabalho, emancipação feminina na Colônia Z-16; e, apontar como tem se construído os discursos e instrumentos de controle e de poder sobre as práticas de trabalho das mulheres pescadoras na Colônia Z-16. E como metodologia, optamos pela História Oral. Identificamos que os relatos terminam por indicar os desafios que se colocam frente à atuação das coordenadoras de base que buscam maior espaço de exercício em cargos de poder e prestígio que, essencialmente, é dirigido aos homens que se mantem nos principais cargos desde o surgimento da entidade. Dentre as reivindicações está a diminuição da desigualdade entre trabalho de homem e de mulher, não apenas na pesca, mas também na atuação da direção da Z-16.

Palavras-Chave: Mulheres pescadoras. Colônia Z-16. Emancipação. Trabalho. Sexualidade.

ABSTRACT

In this research, we will discuss “How does the sexual division of labor serve to sustain the speeches and to strengthen control instruments and power over the practices of productive work fishing women who work as coordinators of the fishing locality sectors, in which fishermen have control and institutional power in the entity, starting from the perception of fishing women ". we have as general objective: Investigate “Like the sexual division of labor serves to sustain the speeches and control instruments and power over practices fisher women who work as locality coordinators fishing, in which fisher men hold control and institutional power in the entity?” And we defined as specific objectives: identify the perception of fishing women about the sexual division of labor inside the political organization the Colony Z-16; We seek thus the voice of these subjects fisherwomen, discuss their perspectives of gender and sexuality, job, female emancipation in Colony Z-16; and, to point out how the speeches have been constructed and instruments of control and power on women's work practices fishing women in Colony Z-16. And as a methodology, we opted for Oral History. we identified that the reports end for indicating the challenges that arise front the performance of the base coordinators seeking more space of exercise in positions of power and prestige that essentially it is directed to men that remains in the main positions since the entity was created.among the claims is the decrease inequality of work between man and women, not only in fisheries but also in work the direction the Z-16.

Key words: Fishing women. Colony Z-16. Emancipation. Job. Sexuality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista panorâmica da Cidade de Cametá-PA.....	19
Figura 2 - Casa de palafita.....	38
Figura 3 - Paneiros com frutos de açaí	38
Figura 4 - Sede da Colônia Z-16 do município de Cametá	69
Figura 5 - Reunião de Pescadores	69
Figura 6 - Mapa Colônia Z-16 com ilustração das coordenções de base	72
Figura 7 - Pescadores da Região Tocantina fazendo o borqueio do mapará.....	77
Figura 8 - Coordenadores e Coordenadoras reunidos.	82
Figura 9 - Coordenadores e Coordenadoras depois de reunião na entidade Colônia Z-16.	83
Figura 10 - Participação das Coordenadoras em Encontro de Pescadores	87
Figura 11 - Mulheres militantes	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das pescadoras e coordenadoras da colônia z-16 participantes da pesquisa.	39
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
CAPITULO I: CAMINHOS TRILHADOS DA PESQUISA	19
1.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA PESQUISA	19
1.2. MOTIVAÇÃO E DEFINIÇÃO DE PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.3. DELIMITAÇÃO DE QUESTÕES CENTRAIS DA PESQUISA.....	27
1.4. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	30
1.4.1. Instrumentos de coleta de dados	34
1.4.2. Coleta de dados: entrevistas e registros de campo.....	35
1.4.3. Critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa.....	36
1.5. PERFIS DAS ENTREVISTADAS	37
CAPITULO II: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE	41
2.1. AS ORIGENS DA FAMÍLIA BRASILEIRA E A SEXUALIDADE FEMININA	41
2.2. A CONTRIBUIÇÃO DA MISCIGENAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	43
2.3. O CASAMENTO E A FAMÍLIA NO FUNCIONAMENTO DA ORDEM SOCIAL... ..	45
2.4. A CASA E A RUA: NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES.....	47
2.5. FEMINISMO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO	49
2.5.1. Gênero e sexualidade: saber e poder	53
2.6. A MULHER E O TRABALHO: AS PRÁTICAS PRODUTIVAS.....	57
2.7. A MULHER E O TRABALHO FAMILIAR	63
CAPÍTULO III: CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E SOCIAL DAS COMUNIDADES DE PESCA DO BAIXO TOCANTINS.....	68
3.1. COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 NO CONTEXTO DE CAMETÁ-PARÁ	68
3.2. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA COLÔNIA DE PESCADORES	78
3.3. DINÂMICA SOCIAL DAS PESCADORAS ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ	88
CAPÍTULO IV: SEXUALIDADE E TRABALHO PELAS VOZES DAS COORDENADORAS DA COLÔNIA Z-16.....	94
4.1. ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS PARTICIPANTES	94

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE A - Termo de livre consentimento e livre esclarecimento	128
APÊNDICE B - Roteiro das entrevistas	129
ANEXO A – Registros de algumas reuniões, encontros e debates que ocorreram ao longo dos anos de atuação desta entidade.	130

1. INTRODUÇÃO

O interesse por esta temática de estudo surgiu a partir de pesquisas realizadas na graduação e aperfeiçoadas na pós-graduação, e traz como tema “Mulheres pescadoras: sexualidade e trabalho na Colônia Z-16 de Cametá (PA)”, focalizando, mais especificamente, as coordenadoras de base que têm uma atuação na Colônia Z-16 de Cametá (PA), e que, embora com desempenhos significativos dentro das coordenações, estão em um número consideravelmente menor que os homens, que sempre estiveram numa posição de poder e prestígio na direção da Colônia Z-16 de Cametá (PA).

A referida entidade de pescadores, prestes a completar seu centenário, tem em seu quadro de associados e associadas aproximadamente 15 (quinze) mil pescadores, em sua maioria pescadoras, pois 60% do quadro de associados é composto por mulheres, com 95 (noventa e cinco) coordenações de base distribuídas nas diferentes localidades do município cametaense. Contudo, apenas 15 (quinze) mulheres ocupam o quadro de coordenadoras de base, sendo nítida a disparidade de atuação de homens e mulheres nessa entidade, já que as mulheres pescadoras têm pouco reconhecimento de seu desempenho dentro do espaço de trabalho na pesca e, também, nas coordenações de base, e isso comprova a difícil relação entre a mulher e o trabalho, a predominante divisão sexual do trabalho, baseada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, delineando o espaço do público como pertencente aos homens, e o espaço privado, às mulheres.

Desse modo, trata-se de um estudo que busca enfatizar e demonstrar o olhar das pescadoras sobre sua atuação dentro das coordenações de base, a partir de suas narrativas, pois é de suma importância dar voz aos sujeitos desta pesquisa, mulheres invisibilizadas que compõem a região ribeirinha do Município de Cametá. Diante desse cenário de discussão da participação das mulheres na pesca artesanal, optamos por realizar um estudo que pudesse aprofundar a reflexão acerca da realidade das mulheres que participam da Colônia de Pescadores Z-16, mediante suas vozes e experiências pessoais, tanto no campo do trabalho quanto da sexualidade, tentando entender essas relações sociais e a divisão sexual do trabalho.

Assim, definimos como pergunta de pesquisa : “De que maneira a divisão sexual do trabalho serve para sustentar os discursos e para fortalecer instrumentos de controle e poder sobre as práticas do trabalho produtivo das mulheres pescadoras que atuam como **coordenadoras de base dos setores de localidade de pesca**, onde os homens pescadores detêm controle e poder institucional na entidade, **a partir da percepção das mulheres pescadoras**”?, uma vez que poucas pesquisas têm se preocupado em compreender a vida das mulheres que

lutaram para ocupar espaços de prestígio e poder, principalmente nas entidades representativas de pescadores e pescadoras no Estado do Pará.

Dentro desse universo tão complexo, que é a atuação das mulheres pescadoras na Colônia Z16, apontamos como objetivo central deste estudo: Investigar como a divisão sexual do trabalho serve para sustentar os discursos e instrumentos de controle e poder sobre as práticas das mulheres pescadoras que atuam como coordenadoras de base dos setores de localidade de pesca, na qual os homens pescadores detêm controle e poder institucional na entidade. E como objetivos específicos: a) identificar a percepção das mulheres pescadoras sobre a divisão sexual do trabalho no interior da organização política da Colônia Z -16; b) discutir, mediante os relatos das mulheres pescadoras, suas perspectivas de gênero e sexualidade, trabalho e emancipação feminina na Colônia Z -16; e, c) apontar como tem se construído os discursos e instrumentos de controle e de poder sobre as práticas de trabalho das mulheres pescadoras na Colônia Z -16.

Para dar conta de conduzir esta investigação, por intermédio de uma abordagem qualitativa, decidimos pela História Oral como metodologia de pesquisa, pois ela se relaciona diretamente ao testemunho do vivido, em que o indivíduo manifesta aquilo que viveu em um tempo passado, a ponto dessa memória não se perder no tempo, já que que está constituída e permeada por memórias coletivas, adquiridas mediante o meio onde o sujeito está inserido, seja familiar ou social. E são com essas memórias documentadas nas narrativas das mulheres pescadoras que será tecido, aqui, este estudo, buscando um registro singular, os testemunhos e experiências que suscitam o que essas mulheres vivenciaram, a partir de sua vida cotidiana e de sua participação na Colônia de pescadores Z-16, em concordância com Ferreira (2002), que afirma que na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas para objetivos acadêmicos, como, também, constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social.

Neste estudo, mediante a revisão bibliográfica, atentamos para um recorte histórico do período de maior silenciamento a que as mulheres foram submetidas, até o período de seu protagonismo nos diferentes espaços públicos¹. Nesse sentido, o passado foi interrogado para servir de referência na compreensão das manifestações da sexualidade, da luta por direitos, das

1 É inegável que a produção historiográfica sobre as mulheres toma como ponto de partida uma referência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social, fortemente marcada pelo marxismo. Assim, a partir da década de 1970, quando sociólogas, antropólogas e historiadoras procuraram encontrar os rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, desponta toda uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas. RAGO, Margareth. *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

formas de divisão sexual do trabalho, do papel da família e do processo de emancipação dessas mulheres.

Segundo Boff e Muraro (2010), até o século XIX, as mulheres “livres”, de um modo geral, eram pouco mais que “escravas” na sociedade. Somente no século XX é que as mulheres conquistaram os direitos “mínimos”, tais como: direito ao aprendizado da leitura, ao voto, à herança, e, também, a um salário pelo seu trabalho doméstico e emprego no domínio público. Tudo isso foi graças àquelas primeiras feministas, que correram o mundo durante 68 (sessenta e oito) anos para começar a conseguir alguns benefícios, porque foi exatamente em 1920, nos Estados Unidos e na Inglaterra, que deram às mulheres o direito ao voto. No Brasil, essa regalia passou a existir em 1934, marcada pela luta feminista/sufragista. Mas, foi apenas a partir da década de 1980 que aconteceu uma ampliação e uma diversificação dos movimentos de mulheres no Brasil. Tais movimentos conquistaram espaço nos partidos políticos, sindicatos e associações comunitárias, ocuparam o espaço público, que, até então, estava sob o controle dos homens.

A participação feminina nesses grupos de representação política e social trouxe como resultado o acolhimento de propostas do movimento de mulheres na Constituição Federal de 1988, com elaboração de políticas públicas voltadas para o enfrentamento de discriminações e opressões vivenciadas historicamente pela mulher urbana e rural, proporcionando, dessa forma, uma mudança na qualidade da sua participação nas instituições políticas de representação, conforme verificado nos períodos subsequentes à década de 1980 (GOHN, 2011).

O crescimento da presença das mulheres em espaços públicos, sindicatos/associações de trabalhadores/as, partidos políticos, movimentos sociais, organizações não governamentais da sociedade brasileira vem se intensificando nas últimas décadas, e confirma a visibilidade do sujeito mulher em espaços historicamente marcados pelo predomínio da presença masculina (COSTA, 2007).

Neste trabalho, trataremos da participação das mulheres dentro de um espaço social que historicamente foi reservado ao corpo masculino – a colônia de pescadores. O homem, desde sua origem, teve que garantir sua sobrevivência por meio da pesca e da caça. Essas atividades representavam não apenas a subsistência individual, mas do seu clã, da sua família, era a sua função “social”, a de provedor da família e de controlador de tudo que ocorria dentro do espaço doméstico. Desenvolvendo uma das profissões mais antigas do mundo, o trabalhador da pesca, no Brasil, apenas passou a ter direitos aos benefícios previdenciários com a promulgação da Constituição de 1988. Em regime de assegurado especial, o pescador tem direito à aposentadoria, seguro por acidente, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão. Para

conseguir esses benefícios, precisa estar filiado a uma colônia de pescadores, que cumpre função similar à do sindicato.

As Colônias de pescadores constituem a forma de associativismo predominante na pesca artesanal na Amazônia, e tiveram origem em uma missão da Marinha de Guerra do Brasil, realizada na década de 1920, com o intuito de ocupar o litoral do país. Nesse período, a “Marinha percorreu toda a costa, sobretudo os trechos navegáveis dos principais rios, orientando e organizando os pescadores em associações. Assim, os pescadores passaram a ter a sua primeira organização de ordem social” (CRUZ et al., 1993; LOURENÇO et al., 2003). Em síntese, os espaços de lutas dos pescadores e, atualmente, em especial, das mulheres pescadoras, são as colônias, bem como as associações de pescadoras que, segundo Maneschy e Almeida (2002), onde, ultimamente o número de mulheres tem aumentado de forma significativa.

Destacamos, aqui, que esta pesquisa terá como lócus a Colônia Z-16 de Cametá- Pará, situada em Cametá, um município amazônico de grande destaque, tanto pela sua natureza exuberante quanto por sua diversidade ambiental, ecológica e cultural. E dentro dessa realidade diversa e adversa, é que decidimos realizar um estudo que versa sobre um tema tão silenciado na sociedade e na academia, as mulheres pescadoras, o trabalho e a sexualidade.

Importante evidenciar que a Colônia Z-16 tem participado de uma luta histórica por constatação de direitos sociais, e agrega interesses coletivos que se constituem em um instrumento relevante na regularização e no reconhecimento da profissão. Para Rodrigues (2012), a “Colônia Z-16 apresenta-se como elementos de disputa hegemônica e instauradores de uma consciência de classe, considerando-lhes a oposição por meio das ações das oligarquias locais e dos impactos da hidrelétrica de Tucuruí”. Teve papel fundamental na saída das mãos de oligarquias locais fundadas na extração de produtos da região, como a borracha, o cacau e a pimenta-do-reino, que, por muito tempo, conseguiram condicionar sob sua tutela o proletariado, mantendo condições de dominação. Para Sousa (2002), a “opressão política, econômica, cultural e social, exercida junto aos camponeses ribeirinhos pelas oligarquias locais, favoreceu a organização desses trabalhadores, fomentando-lhes a disputa por hegemonia”.

Apesar de vários estudos sobre a classe de pescadoras e pescadores, Martins (2011), Rodrigues (2012), Maneschy (2000), Alencar (1993) e Hirata (2002), com seus avanços e contribuições substantivas das pesquisas sobre perspectivas a respeito de trabalho, classe, saberes, privilegiam, nessas investigações, a descrição e análise do papel das mulheres na produção; outros estão focalizando aspectos com temas de saúde, reprodução, maternidade, contraceptivos; entretanto, pouco retratam sobre as esferas das representações simbólicas, de

gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e sobre as normas e valores associados à sexualidade.

Há a incorporação dessas pescadoras ao trabalho, além da pesca, mais desenvolvido dentro da coordenação da Colônia Z-16 de Cametá (Pará), um espaço considerado masculino, elaborando tarefas que não são próprias de seu gênero e desempenhando papel de produção e reprodução tradicionalmente considerado como natural dentro e fora do ambiente privado, como é o caso da atividade feminina no espaço doméstico, que não é socialmente reconhecida como trabalho, mas como destino próprio de seu gênero, atribuindo ao papel da maternidade, historicamente compreendido como constituinte natural de sua identidade. Moser (1995) vê, enquanto papel produtivo, o trabalho feito pelo homem e pela mulher, e que fabrica bens e serviços, geralmente em troca de uma remuneração, inclui produção comercial como valor de troca e a produção de subsistência doméstica como valor de uso real e de troca potencial. (MOSER, 1995, p. 55).

No entanto, o ofício doméstico está imbricado no trabalho produtivo, na vida cotidiana das pescadoras, à medida que, em seus relatos, elas destacam a parceria e atuação igual ou mais importante que as dos homens. Conforme Silva (2011), ter a divisão sexual do trabalho como base material do sistema de sexo e gênero caracteriza e dá legitimação às ideologias, representações e imagens de categoria, que, por sua vez, fazem o mesmo movimento em relação às práticas cotidianas que segregam as mulheres nas esferas reprodutivo-produtivo-produtivas, num eterno processo de mediação.

No cenário da participação das mulheres na pesca artesanal, concebemos como referências iniciais Scherer (2013); Furtado (1993, 2003); Costa (2001); e, Simonian (2001), com estudos que têm em comum pesquisas sobre os modos de vida de pescadores e pescadoras artesanais da Amazônia. Ao debater sobre a situação da mulher na pesca artesanal, pesquisas como as de Motta-Maués (1999), Maneschy (1995) e Lima Filho (2003) aludem que a atividade de pequena escala, a chamada pesca artesanal, caracteriza-se por uma visível divisão sexual e social do trabalho.

Na Região Tocantina, Costa (2006); Barra e Furtado (2004); Rodrigues (2012); Martins (2011); e, Hiraoka (1993) discutem sobre comunidades pesqueiras e as formas tradicionais de trabalho, os usos convencionais da terra e sua importância na produção pesqueira. E as reflexões acerca desses estudos fornecem indicações e caminhos metodológicos fundamentais para apreender a realidade e o sentido dos saberes produzidos no trabalho, individual e coletivamente, pelos sujeitos sociais, bem como, Furtado (2017) analisa as práticas e

conhecimentos das mulheres pescadoras em comunidades ribeirinhas – Cametá-PA, demonstrando, em seu texto, as resistências, as lutas cotidianas de defesa e permanência no lugar, no território da pesca.

Na organização desta dissertação, decidimos utilizar os capítulos em uma ordem crescente de análise e articulados entre si, que se desenvolve, fundamentalmente, em quatro capítulos.

No primeiro, apresentamos a estrutura metodológica da pesquisa, potencializada a partir do sistema da História Oral, a caracterização do estudo realizado, objetivos, problemática, metodologia e os procedimentos para a recolha dos dados e análises.

No segundo capítulo, de caráter conceitual, procuramos orientação na revisão bibliográfica, que permitiu compreender as teorias e categorias de análises de vários autores sobre a temática, apontando contribuições significativas sobre o percurso histórico da sexualidade na sociedade ocidental cristã. O texto traz uma cooperação no âmbito da formação, caracterizado pelo processo de colonização e suas consequências na formação do povo brasileiro e de sua cultura, na origem da sociedade e da desigualdade educacional resultante, entre outros fatores, dos moldes de atuação do poder público.

No terceiro, fazemos uma abordagem sobre o panorama da formação territorial e social das comunidades de pesca do Baixo Tocantins. E, finalmente, no quarto capítulo, trazemos os diagnósticos dos depoimentos mediante as entrevistas com as coordenadoras da Colônia Z-16 de Cametá-Pará, e apontamos reflexões a respeito dos testemunhos recolhidos nas entrevistas e estabelecemos uma investigação à luz de um referencial teórico discutido ao longo da pesquisa.

Nas considerações finais, registramos alguns importantes achados da pesquisa, verificação das narrativas e discursos das participantes, informações que terminam por indicar os desafios que se colocam frente à performance das coordenadoras de base que buscam maior espaço de desempenho em cargos de poder e prestígio que, essencialmente, são ocupados por homens, destacando-se a mobilização e articulação em favor de mudança desse quadro desigual de trabalho na coordenação de base da Z-16, que, de acordo com relatos, dentre as reivindicações está a diminuição da desigualdade entre trabalho de homem e de mulher, não apenas na pesca, mas também na atuação dentro da Z-16. Entre outros aspectos, construir uma prática de atividade que estimule o protagonismo das mulheres na entidade, tornando-as ativas na constituição das suas identidades, um papel social para além da casa, ocupando, igualmente, o espaço público.

CAPITULO I: CAMINHOS TRILHADOS DA PESQUISA

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA PESQUISA

A bacia do Tocantins está localizada entre as latitudes Sul 2' e 18, e as longitudes Oeste 46' e 55O, tendo uma extensão de 2.500 km e uma área de drenagem de 767.000 km. É formada por dois cursos d'água principais: o rio Tocantins e o rio Araguaia, que se unem por cerca de 500 km da foz para formar o Baixo Tocantins, sendo que o rio Tocantins desemboca no Rio Pará, parte do estuário do Amazonas, a uma distância aproximada de 200 km do Oceano Atlântico (MERONA, 1987 p.110).

O Município de Cametá, conforme a Figura 1, apresenta uma área correspondente a 3.081, 367 (três mil e oitenta e um trezentos e sessenta e sete) km². Limita-se ao norte com o município de Limoeiro do Ajuru; ao sul 23, com o de Mocajuba; a leste, com o de Igarapé-Miri; e, a oeste, com o de Oeiras do Pará. Apresenta uma população estimada em 137.890 (cento e trinta e sete mil oitocentos e noventa) habitantes, dividida em 07 (sete) distritos: sede do município (Cametá); Juaba; Carapajó; São Raimundo dos Furtados; Moiraba; Curuçambaba; e, Joana Coeli; além das vilas: Areião e Vila do Carmo do Tocantins; sendo a população residente do Sexo Feminino é de 48,7% (IBGE, 2010).

Figura 1 - Vista panorâmica da Cidade de Cametá-PA



Fonte: Amazônia: cidades e parques nacionais da floresta amazônica²

1.2. MOTIVAÇÃO E DEFINIÇÃO DE PROBLEMA DE PESQUISA

Beauvoir (1970) fala que o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o direito biológico permitiu aos

² Disponível em < <https://amazonia.altervista.org/index.html> > Acesso em julho de 2020

homens se afirmarem sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher, mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do outro, a mulher estava também imputada a possuir apenas uma força “precária” e inferior: escrava ou ídolo, nunca seria ela que escolheria seu destino.

Logo, a historiografia tem demonstrado que na história da humanidade a mulher tem sido considerada um segundo sexo, fato reforçado pela tradição cristã³. A mulher no espaço privado sempre é mantida em situação de inferioridade, ou, às vezes, sua situação lhe oferece possibilidades menores, atuação secundária que dá maior visibilidade à atuação do homem.

Autores como Boff; Muraro, (2010) corroboram que a história da humanidade nem sempre foi de negação, opressão e exploração da sexualidade feminina e da força de trabalho da mulher. Segundo Boff (2010), “não basta constatar as diferenças”, é imprescindível considerar como elas foram construídas social e culturalmente, como se estabeleceram as relações de dominação entre os sexos e os conflitos que suscitam: a forma como se elaboraram os distintos papéis da divisão sexual do trabalho. Isso significa que é preciso compreender com profundidade os fatores que colaboram para a prevalência masculina, sempre adotada a ótica do dominado, para poder entender os lugares e as relações de dominação com base naqueles que estão vivendo diariamente sob ela.

Nesse aspecto, realçamos que na realidade investigada, Município de Cametá (Pará), tem-se significativos estudos sobre as mulheres pescadoras na construção de uma identidade cultural, narrativas, práticas educativas, saberes do trabalho, entre outros temas, que apesar de serem recentes, esses estudos têm contribuído para dar visibilidade a esse grupo social.

Por exemplo, podemos encontrar, atualmente, na região Tocantina, vários estudiosos com trabalhos sobre comunidades pesqueiras que envolvem pescadores e pescadoras da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, entre eles, Barra e Furtado (2004), Martins (2011), Rodrigues (2012) e Furtado (2017). Contudo, percebemos, depois de exaustivo levantamento bibliográfico de fontes primárias e secundárias, que as pesquisas já empreendidas não tratam da questão da sexualidade, há um silenciamento sobre o corpo feminino das pescadoras do município de Cametá-Pará. E isso despertou nosso interesse pela temática proposta neste

3 Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; e da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada. Portanto, deixará o homem, o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne (GÊNESIS 2:21-24).

estudo, que versa sobre a sexualidade e a divisão do trabalho na Colônia de Pescadores Z-16. E o fato de não haver pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho e construção da identidade, a partir da sexualidade feminina, instigou-nos a investigação minuciosa mediante as descrições das mulheres pescadoras, em que foi possível observar como a divisão sexual do trabalho serve para sustentar os discursos hegemônicos dos homens, os instrumentos de controle e poder sobre as práticas das mulheres pescadoras vinculadas à Associação de pescadores e pescadoras da Colônia Z-16 de Cametá-Pará.

Diante da ausência de discussões sobre a questão da sexualidade de mulheres pescadoras, entendemos ser necessário, nesta concepção, trazer para o debate acadêmico esta temática invisibilizada pelos conceitos morais da sociedade patriarcal no ocidente. Analisar, a partir do ponto de vista da própria percepção dessas pescadoras, acerca de suas aspirações pessoais, profissionais, seus anseios e desejos, afetos, desafetos, amor e sexualidade.

Nesse sentido, para se encontrar o lugar que a mulher na Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá ocupa, precisamos desconstruir caminhos já percorridos e estabelecer novas formas de construção do processo de pesquisa de campo; desfazer velhos paradigmas no campo da pesquisa sobre a temática, numa tentativa de se produzir um estudo mais autêntico, ou, pelo menos, com mais proximidade da realidade social em que se encontram as mulheres pescadoras.

Desse modo, o desafio foi lançarmos a rede mais distante, sem temer que ela rasgue, lançá-la fora do espaço comum a todos os pescadores, levando-o a percorrer novos riscos que possibilitem novos achados, novas descobertas. Um novo espaço que sirva para outros pesquisadores, e que existe além daquela ilha, além daquele porto, que serve de espaço seguro a todos, e que leva o (a) pescador (a) a se emaranhar, a se jogar em águas mais profundas.

E produzir um outro olhar para o corpo da mulher, sua atuação fora do espaço privado, seu trabalho, seu desejo, sua sexualidade, seus afetos e sua visão de mundo, propicia o questionamento de como as pescadoras vivem o contexto da sexualidade, quais os mitos, as imagens, os preconceitos, os tabus e o desejo envolvidos em sua vida.

Uma das alternativas é produzir uma pesquisa em outros parâmetros, superando os velhos modelos, é sair desse emaranhado de “clichês” ou conceitos já estabelecidos em outros estudos sobre a mulher pescadora, para perceber o que há para além da submissão feminina. Demonstrar que, na história de luta pela emancipação feminina, muitos aspectos da vida cotidiana, tanto no espaço público quanto doméstico da mulher, foram deixados em segundo plano. Por isso, propusemos pensar para além dos lugares já postos à mesa, das tradições masculinizadas, da cultura da submissão. Ouvirmos e escrevermos sobre o que ainda não foi dito: a sexualidade e a divisão sexual do trabalho na percepção das mulheres.

Dentro desse debate sobre a mulher pescadora, iniciarei⁴ falando um pouco do que me aproxima da temática proposta para a pesquisa. Sou oriunda de comunidade ribeirinha, cuja paisagem nos defronta com territórios inexplorados e carregados de significados; as mulheres ribeirinhas têm um modo peculiar de lidar com a vida, com a natureza e com o amor, com o corpo e com a sexualidade marcada pela relação com a natureza e com a lógica das marés na Amazônia.

Assim, como uma grande parte de jovens ribeirinhos que saem de seu lar e migram para as cidades em busca de possibilidades de estudo e trabalho, eu, aos 12 (doze) anos de idade, saí do interior, na localidade de Ilha Grande (Distrito de Juaba), para a cidade de Cametá. Uma mudança de cenário (rural para o urbano) que marca a diferença existente entre dois modos de vida. O deslocamento territorial é uma realidade no panorama paraense, assim como muitas outras meninas e meninos (como minha mãe, irmã, primos) passaram por situação de “morada de favor”, em casa de conhecidos, amigos, parentes, para conseguirem estudar e concluir a educação básica, por não existir escola em sua localidade.

Assim, vim do “interior”⁵ para concluir o ensino médio na zona urbana de Cametá. E, ainda no percurso acadêmico, comecei a trabalhar na Colônia de pescadores Z-16, onde meu pai era coordenador de base na localidade de Ilha Grande. Foi trabalhando em tal instituição que lancei um olhar para esse espaço, e, conhecendo a realidade vivida por tantos outros ribeirinhos, fiz dessa percepção um motivo de pesquisa acadêmica, o que me proporcionou a investigação e trabalho de conclusão de curso em Pedagogia⁶. Com a finalidade de continuar na carreira acadêmica, o contato com as coordenadoras e coordenadores foram essenciais para os meus estudos, e me possibilitou os primeiros laços de afeto, confiança e reconhecimento, dentro da instituição, junto às mulheres pescadoras, propiciando-me uma incursão inicial como pesquisadora e um envolvimento cada vez maior com a temática sobre a condição feminina dessas mulheres que participam da Colônia Z-16.

Nesses agrupamentos amazônicos, as conquistas e lutas por direitos sociais giram em torno de “levantes” comunitários, liderados, na maioria das vezes, por mulheres, filhas dos dirigentes das comunidades e de movimentos sociais, ligados à defesa dos homens do campo, das águas e das florestas, que buscam formar sujeitos ativos e conscientes no seio do próprio

4 Usarei, aqui, a primeira pessoa do singular para falar da minha motivação para pesquisar a temática proposta. Depois desse breve memorial, retomarei a terceira pessoa do plural, por compreender que uma pesquisa é feita por muitas vozes, e não apenas a voz da pesquisadora.

5 É como identificamos a zona rural na Amazônia.

6 As Pescadoras artesanais da Colônia Z-16 de Cametá (PA): Cultura e saberes do trabalho na pesca em localidade ribeirinha.

movimento, como também na educação formal, pois julgam ser a educação escolar um meio de ascenderem socialmente para atuarem também no próprio local. Cada um/a no movimento social, a seu modo, luta por objetivos individuais e coletivos, voltados para a garantia e ampliação de direitos e reconhecimento da diversidade socioambiental e cultural desses povos, comunidades, grupos e organizações, que compõem um espaço múltiplo de diferentes esferas de relações sociais, em que as desigualdades existem e coexistem, e cada sujeito constrói e reconstrói suas geografias, atam suas histórias e avizinham suas vidas, indivíduos em permanente processo de luta, principalmente pela sobrevivência e pelo viver com dignidade.

As mulheres que assumem a liderança, no seio das comunidades ribeirinhas, carregam consigo uma disposição de lutar em prol de um bem comum para seu grupo social, ao educar e melhorar aquela realidade. Vivenciei essa situação, na qual minha mãe era professora e membro da comunidade cristã. Percebi que o corpo feminino sempre estava presente nas decisões importantes tomadas pelo grupo comunitário, que era liderado por homens. E essas mulheres eram agentes no lar, no ato conjugal, dialogavam, conseguiam consenso de decisões importantes para a melhoria da comunidade, em benefício de todos, com diferentes estratégias no espaço privado (lar). Nesse caminho percorrido durante a infância e o início de minhas pesquisas acadêmicas, experimentei com meus pais algumas articulações comunitárias⁷, apoiadas pela igreja cristã e grupos evangélicos, nos levantes do Sindicato dos Trabalhadores rurais (STTR) da Colônia Z-16.

Os levantes⁸ sociais, liderados pelo grupo social de ribeirinhos, pescadores, mulheres, que levavam suas reivindicações dentro dos rios, ilhas, nas cidades e fora do Estado, eram acompanhados por mulheres, jovens que eram convidados e estimulados por um ativismo comunitário⁹ a saírem nos encontros em busca de melhorias, benefícios sociais, preservação ambiental dos rios, saúde, escolas, educação para a melhoria e qualidade de vida.

Havia uma força no ativismo comunitário que era notória, sobretudo por movimentos populares, como: Movimento dos atingidos por barragem (MAB), um movimento social que

7 Por meio das Comunidades Cristãs, espalhadas por diversas localidades, a prelazia buscou imprimir uma nova atitude perante os problemas sociais, a prática de cooperação, de mutirão, de ajuda mútua (FAVACHO, 1984, p.100).

8 Levantes são reuniões/encontros de grupos comunitários que se juntam na busca de divulgar e levar a outros territórios suas reivindicações, vinculadas a questões políticas, problemas econômicos e sociais que afetam diretamente a vida dos sujeitos, em geral, grupos subalternos (FAVACHO, 1984, p.94), dentre outras pautas de movimentos sociais, com o intuito de solucionar as dificuldades existentes.

9 Quem participa da CC passa por um processo de politização, de algum modo. Em Cameté, os ribeirinhos identificam as comunidades como um movimento, a partir do qual travam lutas sociais. A organização da CC vincula a religiosidade aos problemas cotidianos vividos, além de gerar a formação de outros movimentos sociais. (PEREIRA, 2015, p. 216).

tem suas raízes históricas nos anos de 1970, com o advento do planejamento e implementação de grandes projetos hidrelétricos desenvolvimentistas durante a ditadura Civil-militar (1964 - 1985); Sindicato de trabalhadores e trabalhadoras Rurais (STTR); Movimento de Defesa da Região Tocantina (MODERT); e, Movimento Nacional Dos Pescadores (MONAPE), nascido na década de 70, no Estado de Pernambuco, em consequência da grande concentração de pescadores. Foi uma “iniciativa vinculada à Igreja Católica, onde se criou a Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e o Movimento de pescadores do Pará (MOPEPA), que emergiu de uma necessidade de garantir a participação dos pescadores artesanais nas decisões políticas do Estado” (BARRA, 2015).

Segundo Costa (2006), “os trabalhadores da região do Baixo Tocantins, principalmente de Cametá, tinham, e ainda têm, uma participação rica em movimentos sociais, organizacionais e políticos”, com alguns marcos históricos importantes, como a participação no grupo popular conhecido como “Cabanagem”, no século XIX.

Ainda, para Barra (2015), por meio de diversas formas organizativas, essa organização social tem participado de uma luta histórica por reconhecimento de direitos sociais e por garantia de medidas compensatórias que possibilitem a reordenação social dos seus modos de vida, estruturados na relação direta que estabelecem com os rios e com a floresta. E se destacam, nas análises de diferentes estudos que compreendem os moradores da várzea do interior da Amazônia, como camponeses ribeirinhos. Geralmente, são situados sob três rubricas: caboclos, população ou comunidade tradicional e camponesa, tomados, mediante a retórica da modernidade e da lógica da colonialidade, como tradicionais, em oposição à contemporaneidade. “Os ribeirinhos historicamente se constituem nas encruzilhadas, sobreposições, entrecruzamento de histórias locais e projetos globais” (MIGNOLO, 2010).

Nesses estudos, o espaço amazônico é compreendido por uma grande diversidade de sujeitos, tempos, usos, intencionalidades e relações sociais, que demarcam a existência de um conjunto extremamente significativo e múltiplo de territorialidades que se relacionam por intermédio de interações sincrônicas e/ou diacrônicas, complementares e antagônicas (NETO; FILHO, 2017); e, no que tange às relações de trabalho, há uma diversidade de atividades (pesqueiras, agrícolas, pecuárias, agroextrativista, etc.).

Desse modo, para Santos (2017, p. 62), o “ribeirinho quando se refere ao seu lugar de moradia, no geral, localiza-se como morador de uma determinada comunidade, pois é nela que ele cria, recria e socializa os seus saberes”. A comunidade é referência familiar e também se institui enquanto unidade político-administrativa.

Além do mais, Pereira (2014) afirma que os ribeirinhos são formações socioespaciais próprias da Amazônia, e que precisamos construir um conceito de ribeirinho da Amazônia que supere as categorias moderno-coloniais, como são compreendidos, levando em conta a complexidade dos processos históricos de sua formação socioespacial e cultural.

Nesse contexto, escrever sobre esse grupo social de pescadoras que ocupam as margens dos rios da Amazônia é uma maneira de nos unir a elas, constituir a nossa própria identidade como sujeitos fortemente ligados à floresta e às águas.

Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina é bastante comum, ainda, a prevalência da visão da figura do homem como provedor da família, aquele que detém o controle e autoridade patriarcal, e que usa essa posição de dominação na hierarquia social e familiar para oprimir mulheres de diferentes formas, tanto no espaço privado – a casa, quanto no espaço público – o rio, a comunidade. Esse cenário, assinalado pelo machismo, autoritarismo, práticas de dominação, exploração, abusos e violência, faz parte do cotidiano de muitas mulheres.

Observa-se, largamente, a reprodução dos discursos opressores, nos quais o homem aparece como “detentor de toda força” e de utilização constante de adjetivos, como: mulher boa faz seu trabalho direito, mulher não sabe pescar, sua única utilidade é no fogão, etc., que servem para diminuir, apequenar o corpo feminino. Isso revela a condição das pescadoras que, em seu silêncio, denotam a face de uma opressão bastante comum na região, a desumanização da figura feminina.

Salienta-se, aqui, que as pescadoras têm em comum a luta e a trajetória de sua existência sublinhada pelas dificuldades da vida insular, porém, sem desistir de construir novas formas de lidar com os obstáculos impostos pelo machismo, pela natureza, com escassez dos recursos naturais, pelas transformações tecnológicas e os conflitos sociais que modificaram a vida desses sujeitos do campo.

Essas reflexões iniciais resultam de um longo estudo que venho desenvolvendo desde o percurso de minha graduação em Pedagogia. E o envolvimento em grupos de estudos fortalecidos no Campus Universitário do Baixo Tocantins/Cametá-Pará foi fundamental para minha caminhada até a pós-graduação.

Em meu trabalho de conclusão de curso em Pedagogia, abordei “A cultura e os saberes das pescadoras ligadas à entidade representativa Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá-Pará”. Analisei os relatos de vida dessas mulheres, suas trajetórias na pesca e em diferentes contextos sociais, busquei analisar os papéis de gênero e como as pescadoras em questão se assumem no

trabalho da pesca. Na tentativa de refletir sobre as pescadoras artesanais de Cametá-Pará, usamos o levantamento de dados, análise documental e observação participante, com depoimentos de mulheres pescadoras e coordenadoras da entidade Colônia Z-16. Sugerimos mostrar, sob a ótica dessas mulheres que fazem da pesca artesanal seu meio de subsistência e de reprodução social de seus grupos domésticos, sua atuação na pesca e o modo como constroem técnicas e formas de organização política dentro da sua comunidade, experiência que me levou a considerar as diferentes estratégias, as visões construídas sobre o desempenho dessas pescadoras e me possibilitou a escrita desta dissertação de mestrado.

Sendo assim, gostaria de refletir, com cada leitor, um pouco desta grande satisfação de tessitura deste trabalho, que foi como uma chuva da tarde que refresca a alma e traz leveza aos pensamentos, lançando, aqui, um galho no formigueiro, e, de algum modo, tocando nos sujeitos/leitores, levando-os ao despertar, a um questionar-se sobre as relações desiguais a que estão submetidas as mulheres pescadoras. Não quero reproduzir um discurso de vitimização da mulher, mas acredito ser necessária uma discussão sobre essa questão, para que possamos compreender a vida, as dificuldades, os anseios e inquietações, a invisibilidade sob a qual, por muito tempo, foram confinadas essas mulheres, e como elas demarcam a condição de pescadoras e suas estratégias de subversão e resistência à lógica secular de dominação até hoje imposta.

As pescadoras são produtoras de saberes, agentes que transformam a si e à natureza, disseminando aprendizagens e valores apreendidos em suas vivências cotidianas, individual e coletivas. E não abordar sua cotidianidade seria negar toda uma carga de experiência que levaram a diferentes mobilizações e conquistas, formando saberes de resistência e luta, em que, na definição de Rodrigues (2012; p. 38), “o saber, então, estaria ligado ao indivíduo, embora resultado de relações, quer com a natureza quer com outros homens, servindo-lhes para resolver problemas do cotidiano, e, portanto, em constante transformação, haja vista as diferentes necessidades vividas”.

Ao ponderar sobre isso, podemos ver a mulheres pescadoras como um indivíduo capaz de romper com as convenções sociais, com papéis secundários, construindo um novo protagonismo social. Isso pode ser bem observado quando essas personagens femininas assumem as coordenações de base da Colônia Z-16 de Cametá-PA, e iniciam uma forma de participação ativa problematizada no seio do movimento social e popular. Buscam liberdade, espaço público, visibilidade e independência econômica, que reflete diretamente na procura por autonomia pessoal. Sabemos, ainda, que existem mulheres submetidas à lógica da reprodução dos papéis sociais normativos e hierárquicos da sociedade patriarcal, que ainda aceitam ficar

“caladas” e obedecer ao pai ou ao marido. Mas, por outro lado, existem, também, mulheres autônomas, que exigem respeito e igualdade na família, no trabalho e, sobretudo, nas organizações políticas e sindicais, pois reconhecem que suas tarefas no campo público e privado são imprescindíveis para uma luta maior – a de transformação da sociedade. São elas as protagonistas deste estudo. Para além de sujeito de pesquisa, objeto, informantes, elas serão as vozes na Amazônia Tocantina da emancipação das mulheres e sua visibilidade no espaço público da Colônia Z-16.

Logo, esta não é uma história que pertence apenas a mim, mas a um grupo social de pescadoras ribeirinhas distinto na Amazônia Tocantina, marginalizadas, silenciadas, excluídas, em uma posição subalterna, expropriadas de direitos. Aqui, porém, podem falar, suas vozes serão a matéria-prima deste trabalho, um empreendimento necessário para que esses corpos e vidas sejam vistos, ouvidos em suas histórias de luta, para que seus valores e seus saberes construídos sejam reconhecidos e valorizados. É preciso debater, discutir e mostrar como, ainda, em diferentes espaços de poder, permanece um sistema de diferenciação econômica, social, estrutural, no qual se determina o lugar das mulheres. Essas figuras femininas, porém, não se intimidam, ao contrário, saem de suas casas e tomam os rios, os furos, enfrentam a maré e se tornam lideranças, constroem outros caminhos para si, para seus filhos e para quem vier depois.

1.3. DELIMITAÇÃO DE QUESTÕES CENTRAIS DA PESQUISA

Nesta pesquisa, discutiremos¹⁰ “Como a divisão sexual do trabalho serve para sustentar os discursos e para fortalecer instrumentos de controle e poder sobre as práticas do trabalho produtivo das mulheres pescadoras que atuam como **coordenadoras de base dos setores de localidade de pesca**, na qual os homens pescadores detêm controle e poder institucional na entidade, **a partir da percepção das mulheres pescadoras?**”, para, assim, podermos investigar se ocorre o processo de emancipação das pescadoras, mediante sua participação política na coordenação de Base da Colônia Z-16. Nossas análises se fundamentaram em elementos, como: a cultura local, modos de vida e práticas cotidianas (no trabalho do lar, na terra, na pesca e na comunidade) e suas narrativas sobre suas atividades enquanto mulheres coordenadoras frente à luta para se compreenderem na qualidade de autoras, com diferentes desempenhos dentro de uma sociedade machista que privilegia a atuação do homem (pescador).

10 A partir daqui, retomaremos a terceira pessoa do plural – nós.

As referências às mulheres pescadoras não se restringem apenas às questões da categoria trabalho, mas, sim, a itens subjetivos, como um olhar para si, por meio de suas próprias percepções. Pretendemos instigar nas pescadoras aquilo que está além das noções frágeis e superficiais de sua atuação na comunidade ribeirinha.

Seguindo essas compreensões, nosso olhar foca em entender os espaços onde essas pescadoras se formam enquanto lideranças: Que tipo de função ou trabalho elas realizam? Que visão as pescadoras têm sobre a sexualidade? Qual o lugar que a mulher ocupa nos diferentes arranjos sociais, na vida cotidiana, no íntimo, no restritivo, que, por muito tempo, vem limitando as suas vontades, anseios, seu desejo? Qual a dimensão social, individual e coletiva da sexualidade feminina, que ainda se encontra submetida à lógica machista?

Neste caminho, na tentativa de romper com a imposição dos papéis subalternos, historicamente impostos às mulheres, as discussões aqui apresentadas se constroem a partir das narrativas das pescadoras associadas à entidade representativa Colônia de pescadores Z-16, de Cametá-PA, sobre a sua participação política, condição social, vida cotidiana, trabalho e sexualidade.

As visões construídas sobre sua atuação na pesca há muito revelam uma mulher com pouco desempenho, que, por muitas vezes, é considerado como uma atividade complementar a do homem pescador. Mas, segundo seu próprio olhar, que tipo de relação se estabelece realmente entre o pescador e a pescadora? Pois, observamos, em diferentes estudos, que o modo como se concebe a atuação da mulher é marcado por padrões e convenções coletivas que normatizam e padronizam as ações individuais das mulheres, invisibilizam sua participação, vontade e desejos, não permitindo o real desenvolvimento da sua vida social.

Desse modo, consideramos como objetivo geral desta pesquisa: Investigar “como a divisão sexual do trabalho serve para sustentar os discursos e instrumentos de controle e poder sobre as práticas das mulheres pescadoras que atuam como coordenadoras de base dos setores de localidade de pesca, na qual os homens pescadores detêm controle e poder institucional na entidade?” Logo, para possibilitar o alcance de tais metas, definimos como objetivos específicos: a). Identificar a percepção das mulheres pescadoras sobre a divisão sexual do trabalho no interior da organização política da Colônia Z -16; b). Discutir, a partir dos relatos das mulheres pescadoras, suas perspectivas de gênero e sexualidade, trabalho e emancipação feminina na Colônia Z -16; e, c). Apontar como tem se construído os discursos e instrumentos de controle e de poder sobre as práticas de trabalho das mulheres pescadoras na Colônia Z -16.

Isto posto, compreender as arbitrariedades e as injustiças impostas às mulheres, trata-se de saber como a natureza foi nela revista, e, por meio da história, o que a humanidade fez da

mulher; e rever os conceitos e dados pré-estabelecidos da história que podem nos mostrar como a hierarquia dos sexos se estabeleceu ou se estabelece atualmente, para compreendermos a condição atual das mulheres envolvidas nesta pesquisa.

Enfocaremos, também, neste estudo, sua história de vida, o que elas reivindicam atualmente, como se dá o processo de emancipação, do cuidado de si, como expressam suas vontades, anseios, apereios e desafios, discutindo se a sua relação com a comunidade e com a natureza contribui para o fortalecimento de sua identidade e quais os determinantes dos seus saberes sociais sobre o fazer da pesca¹¹.

Tomamos o conceito de emancipação, conforme Adorno sugere, e que Kant, no opúsculo, ao definir a menoridade ou tutela, define também. Ao afirmar que o esclarecimento é “a saída dos homens de sua auto-inculpável menoridade”, Adorno identifica haver um programa kantiano com a emancipação, realizada pela educação. Educação para a “contradição e para a resistência” (ADORNO, 1995, p. 183):

[...] o esclarecimento da ilustração chega ao que Kant objetivava com o sair da menoridade, a orientação por meio da razão de poder sair do erro e da alienação, ao conhecer os objetos, distingui-los, dando-lhes nomes. A filosofia como a pergunta pelos fundamentos, questionamento constante dos sujeitos, inclusive dele próprio, para permitir-se conhecer, Sapere Aude, pondo-se responsável por si mesmo (p. 43).

Nesse panorama, emancipação é assumir por si mesmo a maioridade, falar em seu nome, expressar suas vontades e desejos, não ser tutelado por outrem, pensar a partir de si mesmo e revisitar o seu próprio ser, para identificar aquilo que pode intervir o sujeito de transformação.

Há de se considerar uma questão de autonomia, que foi discutida no trabalho de Nascimento (2017), à luz da situação vivenciada pelas mulheres, acompanhadas neste estudo, no qual a autora, ao examinar a atividade e independência em campo de domínio masculino, traz contribuições importantes acerca do acesso às políticas públicas de crédito e sobre as mudanças na relação entre a atividade e a emancipação das mulheres no meio rural.

Segundo Nascimento (2017, p.17), “o debate sobre a autonomia se dá a partir de múltiplos sentidos na literatura, geralmente associado às relações econômicas, provavelmente porque há consenso quanto à dificuldade de conquistá-la sem qualquer forma de suporte financeiro”. “Para uns, a autonomia é sinônimo da possível recompensa adquirida pelo trabalho dentro ou fora do espaço doméstico, que permite a obtenção de recursos financeiros, seja através

11 O processo da pesca implica conhecimentos sobre marés, influência da lua, vivência com a natureza, num processo de aprendizagem pelo e no trabalho.

da ampliação das atividades produtivas para autoconsumo, valorizadas pelo mercado consumidor (WEDIG, 2009), seja através de atividades produtivas desenvolvidas por meio do acesso a créditos agrícolas” (DAJUI, 2006; ZORZI, 2008 apud NASCIMENTO, 2017, p.17).

Já para outros autores, a autonomia é relacionada ao poder de decisão, quanto: 1) à organização do trabalho e uso dos recursos dele provenientes (FERNANDES; MOTA, 2014; VALE, 2015); 2) à participação em processos de decisão e independência física relativa às decisões referentes ao próprio corpo, em se tratando da maternidade (SOARES, 2011); 3) ao empoderamento (sob a perspectiva financeira), incentivado por políticas públicas para a agricultura familiar, dando às mulheres poder de decisão equivalente ao dos homens, melhoria das condições de vida, controle dos recursos adquiridos com o trabalho e rompimento com a hierarquia familiar e estrutural (SHEFLER, 2013).

Os diferentes olhares têm em comum o fato de usufruírem, como pano de fundo, das mudanças sociais experimentadas nas últimas décadas pela mulher, que assume o papel de trabalhadora com reconhecimento social, contrariando a lógica que atribui o papel de provedor somente ao homem (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A partir dessa literatura, é importante compreender que o conceito de autonomia é flexibilizado, em suas diferentes aplicações e contextos, para ajudar a entender como e se ocorrem os processos emancipatórios, uma vez que os sujeitos nos quais buscamos compreender o termo também estão inseridos em uma rede de relações sociais complexas e, portanto, teoricamente, possuem, além da autonomia coletiva, sua autonomia individual.

No entanto, alertamos que, nesta pesquisa, é adotado o termo emancipação no qual se entende como a capacidade de interpretação da visão da própria mulher, e não apenas de mudanças estruturais ou econômicas.

1.4. METODOLOGIA DE PESQUISA

A escolha da metodologia de pesquisa se processou em virtude da exigência subjetiva que subjaz ao tema pesquisado, logo, não poderíamos deixar de adotar um método que considerasse o olhar daqueles que vivem e estão submersos na realidade investigada. Por isso, elegemos a História Oral como metodologia. Para Portelli (1997), as “fontes orais são condições necessárias para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre as fontes escritas e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante”, sendo resultado de um relacionamento compartilhado. (PORTELLI, 1997, p. 37).

Nessa ótica, a metodologia escolhida para uma compreensão mais efetiva deste trabalho é a História Oral, já que essa proposta aprofunda a análise dos relatos e dá suporte para a pesquisa. Representações sociais são orientadas para a comunicação e, igualmente, uma forma comprometida e/ou negociada de explicar e interpretar a realidade, pois, em concordância com Farias (2019) “As fontes orais dizem mais sobre significados do que sobre acontecimentos, mas possuem um valor factual, pois podem revelar aspectos desconhecidos de um evento, assim como novos acontecimentos, porém, tornam-se singular ao expressar, em sua maneira de narrar e no conteúdo narrado, subjetividades, querereres, desejos, pensamentos, sentimentos e histórias. (Portelli,2013 apud Farias,2019 p.3).

Para as pescadoras, compartilhar saberes através da oralidade é um modo de dar sentido à vida e à sua identidade, é a possibilidade de revelar as emoções, sua atuação na história e a forma como todo esse processo de participação política as afeta. Assim, os diálogos e as relações sociais estão conectados e contam o que o povo faz, o que deseja, estão ligados à tradição da narrativa popular e são portadores de significados. As considerações de Portelli (1997) se tornam importantes para trabalhar com a História Oral, pois a sua forma de compreender a oralidade e sua singularidade propõe uma interpretação sensível e cuidadosa das fontes orais, com atenção aos seus códigos e à sua linguagem. “A história oral tende a representar a realidade, não tanto como um tabuleiro em que todos são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos” (PORTELLI, 1997, p. 16).

Nesse cenário, para interpretarmos as vozes por meio das narrativas das pescadoras ribeirinhas, é preciso olhar, sob todas as percepções, as memórias geradas por elas como colcha de retalhos a serem costuradas para formar um todo, assim será possível entender o que foi dito e o que não foi dito nos registros das narrativas.

Conforme Ferreira (1998), a história oral, desde seu surgimento nos anos 50, se desenvolveu de forma significativa nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, e se enraizou, nesses países, não apenas no meio acadêmico, mas, principalmente, no seio dos movimentos sociais. Seu compromisso inicial, como já se assinalou tantas vezes, foi o de "dar voz aos excluídos e marginalizados". Essa perspectiva, que explora as relações entre memória e história, possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao materializar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa.

Nessa conjuntura, a história oral se constitui como um princípio rico a ser empregado, e, como norte metodológico, permite-nos alcançar um certo grau de confiabilidade e profundidade necessárias para penetrar nas vidas íntimas e desconhecidas.

Assim, a história oral é a possibilidade das mulheres pescadoras, com suas próprias vozes e linguagens, reconstruírem seu modo de vida mediante suas próprias experiências e percepções, sendo os fios condutores da sua respectiva história de vida.

E, segundo Josso (2007, p. 416), a história de vida:

Evidencia a exigência metodológica de pensar as facetas existenciais da identidade através de uma abordagem multirreferencial que integra diferentes registros do pensar humano (as crenças científicas, crenças religiosas, esotéricas), assim como as diferentes dimensões de nosso ser no mundo. Se abordamos a vida das pessoas na globalidade de sua história, as variações dos registros nos quais elas se exprimem e as múltiplas facetas que elas evocam de seu percurso, é realmente difícil não tomar consciência das sinergias positivas ou negativas entre as dimensões psicossomáticas, psicológicas, sociológicas, antropológicas, sócio históricas, espirituais, por exemplo, que intervêm na expressão evolutiva da existencialidade e, assim, da identidade.

Josso (2007) afirma, ainda, que trabalhar as questões da identidade, expressões de nossa existência, através de análise e da interpretação das histórias de vida escritas, permite colocar em evidência a pluralidade, a fragilidade e a mobilidade de nossas características ao longo da vida, impõe a criação ou recriação de sentido para si, mais ou menos possível de partilhar com outros, e de novas formas de existência e subsistência, faz emergir dimensões escondidas de si, que redinamizam seu próprio projeto porque recompõem os recursos e a coerência pessoal.

Thompson (2002) aponta a História Oral como método interdisciplinar, sendo vista como recurso fundamental de interação humana, e enfatiza, em termo de tema de trabalho de pesquisa, com a história oral, as vozes ocultas em suas múltiplas possibilidades e outros pontos de vista dos sujeitos:

A história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são, acima de tudo, de mulheres, e é por isso que a história oral tem sido fundamental para a criação da história das mulheres; assim como muitas outras histórias [...] no Brasil, isso inclui particularmente os povos indígenas, as comunidades rurais de escravos que vivem nos quilombos, e, acima de tudo, as famílias das favelas das grandes cidades (THOMPSON, 2002, p. 16-17).

Sendo assim, trazer outras memórias, outras histórias diferentes do discurso fundador é um método rico para se trabalhar com as narrativas e saberes dos sujeitos sociais que estão inseridos em uma cultura em movimento, com história em movimento. Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social (FERREIRA, 2002, p. 327).

Já para (Pollak 1992; apud RIOS, 2013), a memória contribui para a criação do sentimento de identidade dos indivíduos e grupos. E essa identificação é a autoimagem que eles constroem para si e para os outros. Destaca, ainda, o caráter negociador e potencialmente conflituoso do processo de formação das lembranças, apontando a existência de memórias hegemônicas e subterrâneas, subversivas, revolucionárias. Por serem reprimidas durante longos períodos, essas recordações carregam um aspecto traumático, irrompendo com uma força incontrollável, quando as condições se mostram favoráveis. Devido à sua característica marginal, esse tipo de lembrança sobrevive por meio de canais informais de transmissão, sendo marcada pela oralidade. À vista disso, História Oral se apresenta como método valioso para a construção do conhecimento sobre o passado, partindo das memórias individuais como via de acesso para a reconstrução das memórias dos grupos. Segundo Pollak (1992), “a memória é coletiva, mas isso é apenas uma parte do que ela é”. Essa autora reconhece, portanto, o poder de agenciar dos sujeitos e a importância das práticas individuais para a construção, mudança e atualização das estruturas sociais.

A memória, por sua vez, também é uma “construção do passado, mas, pautada em emoções e vivências, ela é flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 2002, p. 321).

“A memória é sempre atual, um elo vivido no tempo presente; a história, uma representação do passado” (NORA, 1993, p.9); a necessidade de memória é indispensável à história. Nora (1993, p.14) faz um apanhado muito instigante do que seriam vários tipos de memória. Para o autor, é preciso ter a consciência clara sobre a memória verdadeira, abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios em que se transmite os saberes do silêncio e do corpo; sobre a memória da impregnação com os saberes-reflexos; é a memória transformada por sua passagem em história, por isso, voluntária e deliberada, vivida como um dever.

Desse modo, encontramos na História Oral o modo mais apropriado para o registro mais autêntico das memórias das pescadoras, com seus testemunhos pessoais, ou seja, os relatos orais em primeira pessoa, nos quais as entrevistadas irão reconstruir as ricas experiências, plenas de realidade, vivenciadas por elas. A esse respeito, Josso (2007) destaca que:

É assim que nossos fragmentos de memória individual e coletiva se transformam em recursos, em fertilizantes, em inspiração para que nossos imaginários de nós-mesmos possam inventar essa indispensável continuidade entre o presente e o futuro, graças a um olhar retrospectivo sobre nós mesmos.

De fato, os relatos/narrativas das pescadoras são uma maneira de dar vida e forma a uma sensibilidade ou sensibilidades quando se tratam de criações coletivas – maneira essa que articula o potencial mais original com uma forma coletivamente reconhecível, ocupando um lugar na continuidade histórica, permitindo analisar o contexto singular.

De acordo com Pinto (1997), História Oral tem se revelado útil, cúmplice e necessária na reconstituição dos saberes, experiências, resistências e lutas cotidianas vividas no âmbito de uma cultura em que há predomínio da oralidade. A História Oral tem diferentes tempos, pois “...as recordações não são meras exposições da memória, mas um olhar que reconstrói, decifra, revela e permite a passagem de um tempo a outro, e especialmente traz a possibilidade de atualização do passado no presente...” (GUIMARÃES, 2000, p. 99).

Becker (1994) afirma que a História Oral, ainda que não seja o único tipo de informação que possa ser utilizado, propicia uma base sobre a qual essas pressuposições podem ser feitas de modo realista, como uma aproximação, grosso modo da direção na qual se encontra a verdade em virtude de sua riqueza de detalhes.

Tais relatos/narrativas permitem entender os caminhos e condições que construíram as entrevistadas e as empoderaram como liderança local. Caminhos esses assinalados por dificuldades, encontros e desencontros marcados por conflitos, avanços e recuos, vitórias e derrotas, a fim de compreender o papel da trajetória dessas mulheres na história da comunidade e nas relações de gênero dentro desta como um decurso de um movimento social que se consagra enquanto ambiente de luta entre outros espaços de reivindicação.

1.4.1. Instrumentos de coleta de dados

No processo de realização da investigação, utilizamos como procedimentos metodológicos a revisão literária, que é fundamental para sustentar qualquer tipo de pesquisa científica, e se faz necessária, principalmente, por agregar confiabilidade ao estudo; e, a entrevista, como estratégia de registro das narrativas, observação da realidade in loco e análise documental.

Para a realização da coleta de dados e registros das narrativas, aplicamos um guia de entrevistas com questões abertas. “O propósito das entrevistas é descobrir as questões implícitas, onde o respondente é induzido a comentar sobre suas crenças, atitudes e informações subjacentes ao tema em estudo (MALHOTRA, et al., 2005).

Para trabalhar com as narrativas das mulheres pescadoras acerca das vivências na pesca, o roteiro de perguntas estava articulado com os objetivos de pesquisa. Entrevistamos as pescadoras/coordenadoras das 12 (doze) coordenações lideradas por elas na entidade Colônia Z-16 de Cametá- Pará, de cada localidade, selecionada de acordo com a atuação organizacional na Z-16. Fizemos a entrevista individualmente, com cada pescadora e de acordo com sua disponibilidade de tempo, uma técnica fundamental da pesquisa qualitativa, descrita como uma conversa oral entre duas pessoas, na qual uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado, com uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, e que pode proporcionar resultados satisfatórios e informações necessárias (LAKATOS; MARCONI, 2011).

1.4.2. Coleta de dados: entrevistas e registros de campo

Iniciamos a pesquisa de campo no final do segundo semestre de 2018, após encerramento das aulas do curso de mestrado. Para a entrevista, foi constituído um roteiro com 20 (vinte) questões (em Anexo), que estão diretamente relacionadas com o problema e o objetivo geral do estudo. O roteiro previamente estabelecido foi aplicado a 12 (doze) mulheres coordenadoras de base de pesca do município de Cametá-PA.

As entrevistas, gravadas e transcritas com a máxima fidelidade do registro oral, se tornaram a matéria-prima do texto escrito dentro das normas acadêmicas. Conforme Portelli (1997), o resultado das entrevistas é produto da relação entre narrador e pesquisador, o conteúdo das fontes orais depende largamente do que os entrevistados expõem em termo das questões orais, diálogos e relações pessoais.

No primeiro momento, identificamos, através dos registros disponíveis na Colônia Z16, as coordenadoras de base. Logo após, foram solicitadas através de contato na própria instituição, com o intuito de obtermos apoio e autorização necessários para a realização do estudo. Depois, para que elas participassem da pesquisa, fizemos o convite acompanhado do

tema, do instrumento de coleta de dados, da metodologia de investigação e do objeto de estudo e da apresentação da pesquisadora¹².

Após as primeiras entrevistas, sentimos a necessidade de reformular algumas questões, por conta do desconhecimento de alguns conceitos que são primordiais na abordagem do estudo, sendo necessário começar de forma mais geral para poder chegar às perguntas mais específicas. No início, houve quatro encontros na entidade Colônia Z-16, em que as coordenadoras optaram por conceder as entrevistas ali mesmo, depois de alguma reunião ou por motivo de estarem na cidade cuidando de assuntos particulares. Posteriormente, os compromissos foram programados de acordo com a disponibilidade de tempo das coordenadoras, que permitiram que a pesquisadora se deslocasse até as suas residências, situadas em diferentes localidades do município, banhado pelo rio Tocantins.

1.4.3. Critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa

Os critérios para as escolhas das informantes de cada localidade foram de acordo com os locais com maior número de pescadoras associadas, os que têm mulheres como coordenadoras. E a seleção das pescadoras pesquisadas obedeceu aos seguintes critérios: idade, tempo de desempenho como pescadora profissional, tempo de atuação como coordenadora, envolvimento em movimentos sociais e participação comunitária.

De posse do roteiro da pesquisa de campo, para registro das ideias, observações e entrevistas, partimos para a análise dos documentos (atas de reuniões, lista de encontros dentro da Colônia e fora dela, lista de cada coordenação com seus respectivos coordenadores e coordenadoras, lista de coordenações que assinaram seguro defeso no último ano de pesquisa).

Utilizamos, ainda, algumas fontes que pudessem apontar contribuições para análises, tais como: anotações, quadro de dados, atas de reuniões, boletins, revistas Estatuto social da Z-16 e atas de processo eleitoral; levantamento documental na Colônia Z-16 de Cametá, registro em arquivos com o quantitativo dos associados e associadas, ano, data, períodos de atuação como profissionais da pesca, em busca dos elementos importantes para o trabalho de pesquisa e posteriormente a sistematização da escrita do texto dissertativo.

12 O convite foi facilitado pelo fato da pesquisadora trabalhar na instituição e já ter um contato com a maioria das coordenadoras, e foi acolhido com entusiasmo e espírito de colaboração por parte das mulheres pescadoras, na função de coordenadoras de base, selecionadas para participarem da pesquisa.

O registro fotográfico também foi um recurso importante, já que nos ajudou a captar a realidade vivenciada na pesquisa, possibilitando, assim, as análises dos dados coletados para elaboração do texto dissertativo.

1.5. PERFIS DAS ENTREVISTADAS

Faremos, aqui, uma breve descrição das pescadoras/coordenadoras de base da Colônia Z-16 de Cametá-Pará. A escolha das entrevistadas foi definida pelo número de coordenadoras operantes nas coordenações de base, e se todas têm papel ativo e de destaque nos movimentos sociais, dentro e fora do espaço privado. Importante destacar, também, a formação política e militante que elas têm recebido por meio da educação popular, seja no movimento de mulheres ou dentro das comunidades ribeirinhas, motivo pelo qual passaram a atuar nas coordenações de base da Colônia Z-16, mantendo sua participação no núcleo familiar, muitas vezes, como dirigente. As ações e trajetórias das mulheres são importantes e reveladoras para compreendermos os processos de reivindicações por igualdade de gênero e na luta por espaço de poder na direção da Z-16.

Como todos os demais ribeirinhos da Amazônia, as pescadoras do Baixo Tocantins têm uma relação particular com os recursos naturais, e são portadoras de saberes, técnicas, estratégias e alternativas de convivência tradicional de pesca. A sua realidade de trabalho na pesca e as demais atividades domiciliares se associam diretamente ao extrativismo agroflorestal e pesqueiro, como forma de obter alimentos para a subsistência. Suas moradias são de palafitas, construídas em áreas de várzea, que ficam submersas, geralmente, no tempo de inverno.

Essas mulheres pescadoras habitam às margens do Rio Tocantins e, comumente, são oriundas das comunidades ribeirinhas, poucas migram de regiões de Terra Firme para área de várzea. Vivem com base nas atividades mais tradicionais da região: extrativismo e pesca, interagindo com ambos ambientes de várzea e terra firme, além dos espaços de rios, lagos, furos, igarapés, terra firme; algumas exercem práticas agroflorestais que constituem a superfície social de suas vidas. Esses locais se constituem como uma característica de multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, o que implica o reconhecimento da importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade (HERBEART, 2004).

Essa realidade pode ser bem compreendida mediante as Figuras 2 e 3, que versam, respectivamente, a respeito do estilo de moradia das narradoras, a casa de palafita, abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; e dos principais instrumentos de

sobrevivência alimentar e econômica dos povos ribeirinhos, a palmeira com fruto do açaí. Assim também como os rios, artifício fundamental de deslocamento, o uso de barco motorizado como transporte, além de rede de pesca como mecanismo de trabalho e subsistência para a pesca.

Figura 2 - Casa de palafita



Fonte: Autores, 2018.

Figura 3 - Paneiros com frutos de açaí



Fonte: Autores, 2018.

As imagens ilustram a arquitetura típica da moradia dos ribeirinhos, a qual é construída em estrutura de madeira, com teto coberto de palha e com elevada altura para evitar a invasão da água; e o principal meio de sua sobrevivência alimentar, o açaí, um produto extraído, também, para ser comercializado. É nesse ambiente que a natureza rege as relações produtivas, comerciais, de trabalho e de sociabilidade.

É nessa realidade exuberante, sublinhada por contradições e desafios, que navegamos a nossa produção escrita a respeito das mulheres pescadoras. Por isso, consideramos importante apresentá-las. Assim, elaboramos um quadro geral que corresponde a dados quantitativos e qualitativos referentes às mulheres pescadoras, que hoje são as coordenadoras de base em sua

localidade de atuação. A opção por essas colaboradoras resultou do interesse de captar esse número reduzido de mulheres atuantes na coordenação de base da Colônia Z-16, que é o nosso lócus de pesquisa, sendo que a instituição é composta por mais de 90 (noventa) coordenações, dirigidas, em sua maioria, por homens.

Destacamos a opção por não divulgar os nomes das entrevistadas, por questões éticas e devido o difícil e atual cenário político e social retrógrado, homofônico, sexista, racista e machista, para evitar que elas venham sofrer algum tipo de repressão, intimidações por aqueles que, de algum modo, queiram interpretar os relatos de modo pessoal e violento.

Reforçamos a necessidade de um compromisso com a honestidade e a verdade, caracterizado no respeito com as narradoras, e um esforço para conceber os acontecimentos e vivências, procurando entender a multiplicidade de narrativas e de versões.

Entretanto, não deixamos de proporcionar o direito à fala a essas mulheres, reconhecendo a importância do acesso feminino, e de todas as minorias, em espaços de fala e de mudanças em posições de decisão e poder, sendo urgente e necessário um enfrentamento com coragem, resistência e luta, para divulgarmos ideias por meio de suas narrativas. Assim, seus nomes serão substituídos por identificação fictícia, com designações dos principais rios da nossa Região Amazônica, que é banhada por rios, furos, igarapés etc (Quadro 1).

Quadro 1 - Perfil das pescadoras e coordenadoras da colônia z-16 participantes da pesquisa.

Nome fictício	Idade
Rio Amazonas	32 anos
Rio Jari	49 anos
Rio Pará	44 anos
Rio Tapajós	42 anos
Rio Tocantins	40 anos
Rio Trombetas	49 anos
Rio Xingu	54 anos
Rio Araguaia	36 anos
Rio Acará	39 anos
Rio Guamá	38 anos
Rio Moju	45 anos
Rio Tucumanduba	59 anos

Fonte: Autores, 2018.

Dentre as coordenadoras participantes da pesquisa apenas três concluíram o ensino médio e apenas uma tem nível superior, todas essas mulheres possuem uma caminhada de luta na associação, algumas têm pouca escolaridade, enquanto outras tiveram acesso ao ensino médio e à universidade; participam ativamente da organização de enfrentamentos das demandas

da Colônia de pescadores. Muito, ainda, temos a dizer sobre esses grupos femininos, pois à medida que íamos dialogando com as narrativas colhidas nas entrevistas, percebíamos a riqueza de seus saberes sociais e culturais, suas trajetórias pessoais e suas aspirações no presente e para o futuro.

CAPITULO II: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE

Faremos, neste capítulo, um diagnóstico a partir da perspectiva teórica dos estudos culturais e de gênero¹³, com o objetivo de analisar e problematizar as maneiras como as questões de gênero e de sexualidade estão relacionados à formação cultural da sociedade brasileira. Desse modo, o texto traz uma contribuição no âmbito da formação social e cultural, caracterizado pelo processo de colonização e suas consequências na formação do povo brasileiro e de sua cultura, na origem da sociedade e da desigualdade educacional resultante, entre outros fatores, dos moldes de atuação do poder público. As representações sexuais são conexões sociais, construídas historicamente em modeladas estruturas, esquemas e valores que se remetem a instituídos interesses de distintas épocas, nas quais os sujeitos estão inseridos, demonstrando, sob a perspectiva de diferentes autores, o percurso histórico que levaram as mulheres a exercerem determinados papéis até os dias atuais.

2.1. AS ORIGENS DA FAMÍLIA BRASILEIRA E A SEXUALIDADE FEMININA

Sérgio Buarque de Holanda alerta, em *Raízes do Brasil*, sobre o apego irrestrito dos “valores da personalidade” numa terra em que o liberalismo impessoal teria se caracterizado apenas como um “mal-entendido” (HOLANDA, 1999, p. 119). Em questão, estava a possível – e desejável – emergência de instâncias de representação que se sobrepusessem às persistentes estruturas intimistas e à cordialidade, termo tão citado e por vezes mal compreendido. “Em terra onde há muito barão, não há acordo possível”, dizia Holanda, a respeito de nosso teimoso e renitente clientelismo.

Ao ponderar sobre o processo de colonização e suas consequências na formação do povo brasileiro e de sua cultura, na origem da sociedade brasileira, houve então a tentativa de implementação da cultura europeia, e isso se constitui como fato marcante e dominante para que se possa entender as consequências desse processo, nas quais a colonização foi perversa, sobretudo, por conta da escravidão, nossa herança cultural do processo de ocupação de homens e mulheres.

Surgiu, assim, um tipo de sociedade que se desenvolvia, em alguns sentidos, quase à margem das congêneres europeias, e sem delas receber qualquer incitamento que já não trouxesse em germe. A família rural, transplantada às cidades do século XIX, havia sofrido

13 Optamos por esse diálogo teórico como uma possibilidade de reflexão sobre a condição da mulher na realidade investigada, tentando compreender as categorias sociológicas presentes no estudo e ao mesmo tempo transitar nas teorias existentes para conceber a singularidade dessas mulheres pescadoras que fizeram parte deste estudo.

modificações específicas, e a mentalidade patriarcal continuava dominante. A lógica de senhores e escravos continuavam nas cidades, e foram instrumentos decisivos de dominação.

A família brasileira era uma unidade econômica, um núcleo centralizador de poder e, em sistema de proteção, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal.

O autor ressalta que toda a estrutura de nossa sociedade teve suas bases fora dos meios urbanos, sob uma civilização de raízes rurais. E a década de 1888 passou a ser o marco divisório entre duas épocas, o modelo de família prevalecente nas camadas médias da sociedade brasileira até a década de 1950, definidos como “Hierárquico”, uma categoria relativamente organizada e mapeada, em que o poder do marido era superior ao da esposa, e essa superioridade se fundamenta na relação privilegiada do homem com o trabalho fora de casa e no fato de que a expectativa da monogamia e fidelidade conjugal só era esperada em relação à mulher e relevada em referencial ao homem (FIGUEIREDO, 2011). A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem se torna também proprietário da mulher, segundo Beauvoir (1993).

A ideologia dominante, por meio de seu discurso construído, partilhado e definido, tanto em nível disciplinar quanto político, consegue manter uma ordem social que perpetua as desigualdades e o sexíssimo, mascarando, assim, as relações sócias de poder.

Freyre (1987-1997) e outros autores colocaram a sexualidade como elemento fundante da identidade, ao interpretarem o desenvolvimento histórico do país, cabendo a ela desvendar o caráter poligâmico da família patriarcal e a expectativa ideal de que o macho branco tivesse as relações heterossexuais as mais ativas possíveis, pois ele era o dono da mulher, dos filhos e das escravas. As mulheres negras eram potencialmente objeto sexual, e a mulher branca, pertencente ao pai e depois ao marido, não era nem objeto sexual e nem maternal, apenas cumpria a função de reprodutora da descendência legítima.

Conforme Boff (2010) afirma, as diferenças sexuais ocorrem e, simultaneamente, são construídas pelos processos históricos e culturais, com a necessidade de se constatar como se elaboraram socialmente os dados biológicos, por exemplo, referentes à mulher em relação ao homem, em vez de mantê-los como causas paralelas, sem dialetizá-los para compreendê-los e superá-los.

Sob os reflexos do papel da ciência na normatização da sexualidade na Europa, a ação higienista dos médicos no Brasil, a partir do final do século XIX, foi porta-voz de uma nova visão dos relacionamentos familiares. E, praticamente, todos os pensadores brasileiros das

décadas de 20 e 30 do século XX se respaldavam nas explicações dos médicos das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, sobre os traços do caráter do povo, os quais consideravam biologicamente constituídos. Era um discurso claramente normativo, mas diferente daquele da igreja e do Estado, pois revestia-se de um cientificismo. O próprio espaço da casa colonial foi privatizado e reorganizado em nome da saúde, modificando, de maneira radical, a paisagem urbana. Passou-se a valorizar a família nuclear, e os papéis, dentro dela, foram se modificando (FIGUEIREDO, 2011).

As relações incidem sobre o movimento da transitoriedade e da historicidade. Como analisamos no começo destes escritos, o aburguesamento familiar no Brasil foi muito rápido, e se fez muito mais por meio de uma sobreposição do que pela geração de um novo modelo. Embora tenha sido privilegiado o papel da mãe, a estrutura de poder não se modificou, o aburguesamento constituiu-se mais um verniz superficial sobre os hábitos das elites urbanas dos séculos anteriores do que uma mudança significativa (SOUSA, 1994). A propriedade privada e o patriarcalismo são fenômenos análogos, entrelaçados pela instituição da escravidão.

Boff; Muraro (2010, p. 139), ao analisar a articulação entre a sexualidade de duas classes sociais, operária e classe moderna, afirma:

“A classe média moderna e operária são além de classe dominante do campesinato, os outros dois grandes pilares do sistema que vivemos. A classe média moderna é um estrato social que surge com o avanço tecnológico [...] essa classe não produz valor; é o exército de reserva da burguesia, e ela é encarregada da reprodução das condições de produção”.

Essas classes são preparadas para dirigir a sociedade. E isso nos revela que a família toma papel mais determinante na sociedade de classes, pois é dentro dela que homens e mulheres se enraízam na sua condição social e reproduzem a divisão social, baseados em espécie, origem, propriedade e gênero.

2.2. A CONTRIBUIÇÃO DA MISCIGENAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Encontramos sobre a contribuição da miscigenação na formação do povo brasileiro nos ensaios de Paulo Prado (1981), Gilberto Freyre (1997), Sérgio B. Holanda (1995), em que a necessidade de modernizar o país em vários aspectos buscava constituir a identidade nacional e acompanhar os avanços da modernidade no Mundo. Entre esses autores que colocaram a

sexualidade como elemento fundante da identidade nacional brasileira, ao interpretarem o desenvolvimento histórico do país, destacam-se Prado (1981) e Freyre (1997), que explicam a personalidade do brasileiro por uma sexualidade transbordante, partindo, especialmente, do discurso médico. A dimensão sexual estaria contida, segundo eles, nos traços iniciais da colonização e teria se perpetuado, ou estaria sendo repostada, ao longo de nossa história, por meio do processo de miscigenação.

Nos primórdios da colonização, de acordo com Freyre (1997), a miscibilidade¹⁴ racial foi incentivada por razões políticas e econômicas pelo Estado português, em virtude da necessidade de se ocupar o vasto território, o que não foi nenhum sacrifício para colonos portugueses acostumados a se misturar gostosamente com mulheres de cor, logo ao primeiro encontro. A miscigenação foi assim, segundo ele, a grande contribuição brasileira para a formação de uma sociedade que se constitui harmoniosamente quanto às relações de raça.

Freyre (1997) aponta, em sua interpretação, que a miscigenação ocupa aspecto positivo na formação histórica da sociedade brasileira, em que a sexualidade é relacionada à identidade.

No Brasil, os fenômenos de miscigenação são contemporâneos aos primeiros contatos do europeu com os ameríndios. Então, os degradados, náufragos, marinheiros, aventureiros e traficantes portugueses, espanhóis e franceses, mesmo antes da colonização efetiva no Brasil, que se iniciou em 1532, tiveram contatos com mulheres brasilíndias, dando início ao longo processo de mestiçagem que se estende até hoje.

Portugal, com uma população reduzida, não podia atender satisfatoriamente às necessidades internas da Colônia, não estava em condições de povoar e colonizar o Brasil, sendo, nessas condições, a mestiçagem o único processo viável para povoar, rapidamente, com descendentes mestiços de portugueses, as numerosas e vastas colônias na Ásia, África e América do Sul.

As reações sociais coloniais escravocratas, que estabeleceram os negros como categoria servil e os brancos como classe dominadora, influenciaram na classificação étnica, não pelos caracteres somáticos, mas pela posição social do indivíduo, conseqüentemente considerados brancos, que galgavam as posições e cargos reservados à classe senhorial.

Segundo Prado (1981, p. 135), na Colônia, o fator africano não se isolou ao ocorrer a “fusão dos elementos de povoamento, ao contrário, assim como o negro, substituiu o trabalho indígena, sensivelmente inferior ao africano, e, do mesmo modo, a negra, que, mais afetuosa e

14 Característica ou condição do que é miscível, misturável; misturabilidade.

submissa, tomou no gineceu¹⁵ do colono o lugar da índia”. Aqui, a luxúria e a negligência social aproximaram e reuniram as raças.

Porém, esse autor enfatiza, também, que o negro, além de elemento étnico, representou, na formação nacional, um importante fator de influência: foi escravo [...] além de não ter a propriedade de seu corpo, perde também a de sua alma. Essa fraqueza se transformou em função catalítica no organismo social; reduziu a própria maneira moral e sentimental do negro à ilusória superioridade do senhor escravo. Foi escravizado, durante séculos, por representar fonte de lucro e acúmulo de capital para a economia brasileira (FERREIRA, 2012).

O sistema escravista, enquanto estratégia social, econômica e política, foi uma experiência crucial para os negros, visto que os europeus, convencidos de sua superioridade, tinham total desprezo por eles no mundo inteiro, apesar de todas as riquezas que deles tiraram. Há necessidade de manter defensores da situação colonial e recorrerem não somente à força bruta, mas a outros recursos de controle, como o de querer desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais (ALBERTI; PEREIRA, 2005 apud MANAUGA, 1988, p. 08).

Nesse aspecto, no lugar de uma sociedade totalmente branca, ideologicamente projetada, nasceu uma nova sociedade plural, constituída de mestiços, negros, índios, brancos e asiáticos, cujas combinações, em proporções desiguais, dão ao Brasil sua peculiar identidade nacional e cultural (MAUNANGA, 1999, p.15).

2.3. O CASAMENTO E A FAMÍLIA NO FUNCIONAMENTO DA ORDEM SOCIAL

Figueiredo (2011) diz que o amor romântico, a partir do século XVIII, torna-se o ideal desse tipo de casamento. A associação entre amor, sexualidade e casamento é uma invenção da era burguesa. O amor, paixão sexual como fundamento do casamento, surgiu na modernidade, trazendo um elemento revolucionário que anunciava a nova ordem das coisas.

O ideal do amor romântico na escolha conjugal validou mais uma relação entre desiguais do que caracterizou uma modernização, pois o duplo padrão (heterossexual e monogâmico) de sexualidade e a questão da honra permaneceram como regra. Discurso legal sobre família, desde a independência do Brasil em relação a Portugal, significou a preocupação com a legitimação do patrimônio e, portanto, da prole, mantendo-se a ênfase no poder masculino e na assimetria sexual (ALMEIDA, 1987). Esse modelo de relacionamento amoroso se manteve até meados do século XX (FIGUEIREDO, 2011, p. 26).

15 Órgão feminino das flores, formado por um ou mais pistilos, que se constituem de ovário, estilete e estigma.

A moral sexual assenta-se, nas sociedades contemporâneas, principalmente depois no casamento monogâmico, e tornou-se o pilar das sociedades burguesas. Para Reich, “é a moral sexual meramente defendendo os interesses de propriedade” privada, garantindo o controle e vigilância da sexualidade, sobretudo da feminina. Para o autor, as pessoas casam para ter autorização social e divina para a prática do sexo (REICH, ALZON, 1934, p.46).

Conforme Reich (1930), aquilo que fundamentava a organização familiar não se referia apenas à escravidão da mulher e da criança, no espaço da casa (lar), mas, para além disso, instituía as próprias bases das relações de autoridade, de privilégio, de antagonismos entre os sexos, numa sociedade cujo mecanismo não pode funcionar plenamente a não ser perpetuando esse tipo de relações individuais e decretando-as inerentes ao homem.

Reich (1930), na sua avaliação à instituição familiar, elabora uma análise crítica à família com base nos escritos de Engels (1984), Freud, Morgan e Malinowski (1984), que demonstram a razão pela qual a sociedade atribuía tanta importância a essa instituição, e fundamenta-se especialmente na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Engels (1984), que enumera as três funções preenchidas na sociedade capitalista: 1) A transmissão da herança, que permite à burguesia perpetuar-se como classe; 2) A família que pode ocasionalmente constituir uma unidade de produção econômica; e, 3) A família que representa o modo de propagação da espécie humana.

Segundo Reich, para Engels, a família serve essencialmente para transmitir, por via da herança, as riquezas que pertencem aos pais. O autor anuncia, ainda, que o marxismo e a psicanálise fazem uma crítica a essa descendência. Enquanto Engels insistia na transmissão da herança familiar, Freud acentuava sua análise no papel da família como transmissora dos valores morais, por isso apresenta a modelo personalidade: O ego, o superego, e o id. O primeiro refere-se à consciência do indivíduo sobre si mesmo; o segundo, ao controle externo à personalidade do indivíduo; e, o terceiro é a manifestações dos desejos latentes e reprimidos que estão no inconsciente do indivíduo, e representa a ruptura com a moral social.

A estabilidade de todas as sociedades divididas em classes sociais apoia-se na submissão voluntária dos oprimidos, que livremente aceitam ser explorados. Reich (1930) desenvolveu a ideia de que o atraso da consciência e a força de inércia deve ser considerada pelo hábito da submissão. Logo, combinando os pontos de vista marxista e psicanalítico sobre a família, obteve-se uma síntese libertária sobre a constituição familiar e a relação de subordinação do sujeito aos seus opressores. Essa tese foi rejeitada pelos freudianos e pelos comunistas (CARTER apud REICH, 1930, p. 20).

Nessa linha de análise, Carter, ao examinar profundamente os escritos de Reich, diz que a repressão sexual faz parte da educação familiar:

A repressão sexual serve para radicar, no caráter, a submissão, a autoridade e o medo da liberdade, o que produz, de geração em geração as condições que permitem submeter as massas [...], é engendrar o medo da liberdade e a mentalidade reacionária e conservadora. A repressão sexual ajuda a reação política, não só tornando o indivíduo médio passivo e despolitizado, mas também enraizando na sua estrutura caraterial a necessidade de cobrar ativamente a ordem social (REICH, apud M. CARTER, p. 26).

Segundo a tese fundamentada em Engels, sobre a vida social dos povos primitivos, há uma distinção entre a existência de um modelo de produção baseado na propriedade coletiva dos instrumentos de trabalho e a preponderância das mulheres em relação aos homens. Quanto à vida sexual no comunismo primitivo (baseado na propriedade coletiva), era caracterizado por uma grande liberdade e pelo lugar de destaque que as mulheres ocupavam dentro da tribo primitiva.

O aparecimento da dominação masculina, em que a mulher passa a se submeter aos “domínios” dos homens, transformou, radicalmente, as relações sociais no seio da sociedade moderna. Formou-se uma casta de chefes poligâmicos, cujas esposas viviam enclausuradas e serviam de instrumento de prazer e de reprodução, e perdia, assim, o direito ao espaço público e de garantir sua força de decisão dentro das novas organizações da sociedade.

Em suma, segundo Reich (1930), foram as causas econômicas que desagregaram o comunismo primitivo, destruíram o direito materno e instauraram a soberania masculina que predomina até os dias atuais. Desse modo, a família assegura a ordem social e, portanto, é a peça fundamental do funcionamento autoritário, já que transmite valores e atitudes sociais que garantem a coesão desses sistemas e o controle social entre os grupos e organizações sociais e políticas.

2.4. A CASA E A RUA: NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Em nosso estudo, consideramos pertinente discutir a configuração da organização familiar na formação da estrutura social brasileira para entendermos os papéis sociais assumidos pelos homens e mulheres. Compreender como se engendram essas relações no interior da casa (espaço privado) e na rua (espaço público).

Para isso, faremos a análise da formação da estrutura social brasileira pela ótica dos intérpretes do Brasil que trabalham o conceito de público e privado, como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior (1981), Florestan Fernandes (1978) e Roberto Damatta (1985), este, especialmente, se refere, também, aos espaços engendrados socialmente pelos indivíduos na sociedade humana. As categorias de significado social – a casa e a rua - fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes, são delimitadoras do como agem homens e mulheres no espaço público e no espaço privado, por meio de esferas que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e reorganizar o comportamento social recorrendo a lógicas próprias e a códigos internalizados pelos indivíduos. O autor infere que essas camadas sociais apresentam uma relação antagônica e complementar sobre outros, de acordo com o segmento ou classe social a que o sujeito pertence.

Isto posto, permitimo-nos entender o raciocínio da organização social e política brasileira, em que se agrega, de um lado, os grandes proprietários, senhores das oligarquias regionais e, de outro, os trabalhadores e os desprovidos de propriedade e de riqueza econômica. Nesse sentido, há um modelo de interesses em que transformamos a política brasileira na Casa-Grande, e o Estado e a educação são o prolongamento da família patriarcal e conservadora. Holanda (1963) sugere que a política deveria estar desatrelada de interesses pessoais e familiares, porém, em nossa sociedade, está arraigada desde as raízes coloniais e vem se perpetuando pela cordialidade, subserviência, patrimonialismo, personalismo e o privilégio¹⁶ de classes.

Para Holanda (1995), “a democracia é o governo para o povo, então, o Estado tem que atender os interesses dos cidadãos” e não de pequenos grupos que querem regalias em detrimento do direito coletivo e do bem comum. De acordo com Damatta (1985), “a categoria fundamental é a democracia”, que é essencial para garantir a cidadania, e o exercício pleno desta se dá, pois, pela democracia, pelo direito, e não pela promessa de privilégios de classe.

Ainda, na visão de Damatta (1985), a relação entre o público e o privado se constitui como esferas distintas, porém complementares da vida social, sendo público a rua, e privado a casa. Em seus ensaios, busca compreender a sociedade brasileira mediante a interdependência entre casa, rua e o outro, que ocorrem nas relações políticas, e esse jogo político é marcado pela relação de débito e de favor; relações de compadrio, patrimonialistas, personalismo, que se encrustaram na sociedade brasileira.

16 Em detrimento do direito social e do bem comum.

Essa relação de débito e favor, das trocas de favores para benefícios particulares, tem sido internalizada pela sociedade, por intermédio da inculcação de “habitus”, que são comportamentos culturais socialmente aceitos, são normas, tradições, crenças, que, segundo Bourdieu (1963), se denomina de capital cultural incorporado. Os sistemas com suas normas, que se materializam nas nossas práticas culturais e sociais, que se atualizam por nossas ações diárias. Dessarte, o “habitus” é um instrumento conceptual que auxilia a apreender certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos, produtos de uma mesma trajetória social.

Dessa forma, a sociedade se faz e se refaz pelo sistema complexo de relações sociais, que, por sua vez, são repassadas por gerações, já que que são reproduzidas pelos sujeitos na sociedade, por meio do capital cultural. Isso não se reproduz diretamente nas relações do patriarcado, nas quais permanecem a lógica da opressão masculina, e são reconhecidas diretamente no que observamos na Colônia de pescadores Z-16, pois, apesar da participação ativa das mulheres, seja nas atividades de base, seja nas atividades de liderança comunitária, historicamente, os dirigentes da instituição são, geralmente, os homens. São eles que representam publicamente a Colônia, que definem as estratégias de lutas e de políticas, mesmo quando as demandas e articulações são feitas pelas mulheres.

2.5. FEMINISMO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

O movimento feminista, de cunho social organizado, pode ser contemplado a partir do século XIX. Na virada do século, “as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma invisibilidade e uma expressividade maior no chamado ‘sufragismo’, alastrando-se por vários países ocidentais, considerado como a ‘primeira onda’ do feminismo” (LOURO, 1997; BOFF; MURARO, 2010; PERROT, 2017).

A “segunda onda” - que iniciou no final da década de 1960 -, além de se ocupar das preocupações sociais e políticas, voltou-se para as construções teóricas sobre o feminismo e sobre gênero. Chamo atenção no uso que se fazia da teorização psicológica como legitimação do *status quo*, especialmente da posição inferior das mulheres (FIGUEIREDO, 2011. p. 34), que, em forma de contestação, postulava as diferenças em algumas abordagens tradicionais da biologia e psicologia da época.

Esses conhecimentos clássicos mostravam como novos papéis sociais se estabeleciam, mas não questionavam as hierarquias de poder implícitas neles. Foi, somente, mediante a visão crítica despertada pelas feministas que se desenvolveram os estudos de gênero que passaram a

questionar essas atribuições e apontar as desigualdades sociais estabelecidas pela hierarquia social que ocupava homens e mulheres (FIGUEIREDO, 2011).

Por isso, para concebermos as relações de gênero, na atualidade, devemos partir das diferentes contribuições de autores que abordam a construção da categoria gênero e a desigualdade imposta pelos fatores históricos e econômicos, entre eles, destacamos: Boff (2010); Boff; Muraro (2010); Perrot (2017); e, Beauvoir (1970). Os estudos desses autores apontam que, provavelmente, a vontade de dominar a natureza levou o homem a subjugar o corpo feminino e tudo aquilo que considera sua propriedade. A mulher era identificada como parte da natureza pelo fato de estar mais próxima dos processos naturais da gestação e do cuidado com a vida.

Segundo Boff (2010), “os homens passaram a naturalizar essa dominação histórica e introjetá-la na sociedade”. Já para Beauvoir (1970), a mulher representava um caso particular da dialética imposta pelos homens – dialética do senhor-escravo –, impedindo que ela expressasse sua diferença e elaborasse a sua identidade. O homem fez da mulher a encarnação do outro, no qual se permite descobrir, confirmar e projetar o seu próprio eu.

As relações de dominação entre homens e mulheres construíram conexões de gênero altamente conflitantes, que são também associações de poder, estabelecidas por diferentes práticas sociais, moduladas nas constantes negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças [...]. Os gêneros se produzem, portanto, nas relações de poder (LOURO, 2003, p. 39-41), e, como tal, só podem ser compreendidos por meio do estabelecimento desse poder e de sua repercussão sobre quem domina e quem é dominado.

Em vista disso, as questões de gênero, então, abrangem uma gama relacional, que implica questões sociais, econômicas, políticas religiosas e familiares, relativizando as atribuições sociais tradicionais. Dessa maneira, Louro (1997) dá uma atenção especial para a produção das diferenças e das desigualdades sexuais e de gênero, em suas articulações com outros “marcadores sociais”, como raça, etnia, classe. O conceito de gênero, apresentado pela autora, está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo.

Na definição da historiadora Joan Scott (1995), “[...] uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado [...], o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre sexos [...] é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Gênero não é só um sistema de classificação macho e fêmea, pelo qual as pessoas são vistas e socializadas em papéis sociais equivalentes, mas expressa a desigualdade universal entre homens e mulheres. Quando falamos de gênero, falamos de hierarquia de poder e não apenas de diferenças (CONNELL, 2002, apud FIGUEIREDO, 2011, p. 36).

Esses estudos tendem a compreender e explicar, tanto quanto à diferença quanto à dominação, que o processo de aquisição de papéis não ocorre em um meio neutro. E a família, a escola e o ambiente de trabalho reforçam e reproduzem as definições dominantes, e, principalmente, desempenham os desafios. (FIGUEIREDO, 2011, p. 37).

Para Louro (1997), o conceito de gênero não deve ser pensado com referência à construção de papéis masculinos e femininos, pois essa concepção pode se mostrar redutora e simplista. Desse modo, ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades, como também as complexas redes de poder que (por meio das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre gênero.

Isto posto, adotamos, nesta pesquisa, o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, em que a autora, baseada em análises de Hall (2006), numa formulação de estudos feministas e culturais, compreende os indivíduos como tendo identidades plurais, que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Pretende-se se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, constituindo-os.

O que importa considerar é que, tanto na dinâmica do gênero como na da sexualidade, as identidades são sempre construídas, e nos são propiciadas num determinado momento histórico (LOURO, 1997).

Desse modo, podemos observar que a burguesia conservadora, desde a formação da sociedade brasileira, sempre viu a emancipação da mulher como um perigo, uma ameaça à moral e aos interesses econômicos e políticos, ao julgar que “o saber é contrário à feminilidade”, seguindo moldes cristãos, ao versar que “como é sagrado, o saber é o apanágio de Deus e do homem, seu representante sobre a Terra (PERROT, 2017, p. 91). Nessa perspectiva, não há lugar para a mulher no exercício do saber e do poder.

À vista disso, se considerarmos as grandes transformações no campo dos direitos humanos pelas quais a sociedade brasileira passou, as mulheres vêm sendo diretamente afetadas, duramente discriminadas, violentadas, sofrendo privações de direitos conquistados com muita luta. Isso impulsiona a tarefa de repensar as formas de atuação e fomentar enfrentamentos com compromisso social, no sentido de condenarmos, moral e eticamente, políticas discriminatórias e lutarmos efetivamente pelos interesses coletivos, sobretudo para a classe feminina, com o intuito de termos mais mulheres defendendo interesses femininos nas diferentes esferas sociais e no espaço público.

Diante disso, precisamos fazer uma crítica fundamental à família patriarcal, na qual a opressão feminina, mantida por um viés biológico, estruturado pelos discursos dominantes, inferiorizavam as mulheres na sociedade.

Em nossa análise, o que persiste, no entanto, é a distância entre a igualdade legal formal e as políticas de práticas cotidianas na sociedade. Os direitos e os princípios se mantiveram no plano teórico, especialmente em termos socioeconômicos e no que diz respeito à vida privada das mulheres, porém, no plano efetivo da prática social, a condição das mulheres ainda está longe de ser o ideal. E, ainda, estamos vivendo em sociedades conservadoras e machistas, que colocam o corpo feminino em uma condição de subalternidade.

Giddens (1993) acredita que as mulheres comuns, que tratavam de suas vidas cotidianas, e as feministas foram pioneiras em mudança de grande e ampla importância, que diz respeito a uma exploração das potencialidades do “relacionamento puro”, um relacionamento “ideal”, com uma igualdade sexual e emocional, explosivo em suas conotações em relação às formas preexistentes de hierarquia de poderes na sexualidade.

A emergência do que Giddens (1993) chama de sexualidade plástica, ou seja, a sexualidade descentralizada e liberta das necessidades de reprodução, é crucial à emancipação feminina implícita no relacionamento puro, assim como à reivindicação da mulher ao prazer sexual. Nos estudos sobre a transformação da intimidade nas sociedades modernas, o autor considera tal relação como uma negociação transacional de vínculos pessoais, estabelecida por iguais, que implica uma total democratização do domínio interpessoal, de maneira plenamente compatível com a socialização na esfera política.

Segundo Nogueira (2001), o período histórico que compreende os anos 60 representou uma época de grande atividade e inovação para o campo de atuação feminina. Para o autor, vários foram os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do feminismo nessa época de lutas e embates. Entre eles, a euforia empresarial resultante da explosão econômica, posterior ao pós-guerra, e o rápido e conseqüente aumento dos padrões de vida em alguns países, que deu às mulheres e ao seu trabalho uma imagem diferente, “sua entrada no mercado de trabalho”.

Nas análises de Figueiredo (2011), os anos 70 trouxeram, à análise acadêmica e visibilidade social, as questões dos direitos civis, propagados pelos movimentos feministas, dos negros e dos homossexuais, de modo que as relações de poder e submissão, pensadas como construção social das diferenças, foram gradativamente tomando corpo, o que levou à consolidação do conceito de gênero.

Foi nesse período que um número de pessoas questionava o ‘valor’ do casamento como uma instituição, a formalização do amor, assim como as questões parentais foram sendo cada

vez mais discutidas (NOGUEIRA, 2001). Ocorreu uma profunda mudança na percepção das mulheres como seres dependentes, desvalorizadas e frequentemente isoladas, basicamente, aquelas que se dedicavam à família em tempo integral; alterou a natureza das relações matrimônias e amorosas.

Percebemos que, entre as décadas de 1960 e 1970, o feminismo havia se consolidado enquanto movimento político integrado a muitas outras bandeiras de lutas civis e minoritárias de diferentes países no mundo. Porém, a partir da década de 1980, o movimento pareceu perder a sua força. A causa deixou de ser uma meta a ser alcançada, depois que os próprios representantes do Estado reconheceram a legitimidade de tais reivindicações. Contudo, essa faceta da história contemporânea ainda se desdobrou em uma mudança de comportamento que rompeu com os paradigmas tradicionais da família e, até mesmo, do homem. A vitória feminista ainda ecoa em transformações visíveis no nosso cotidiano, até hoje.

A terceira onda do movimento feminista, iniciada na década de 1990, volta suas forças na luta em oposição à violência praticada contra a mulher, seja ela física ou psicológica. Apesar da conquista de leis que punem os agressores, sejam eles de dentro ou fora de casa, a cultura machista impregnada na sociedade faz com que essa crueldade persista. Atualmente, muitos debates visam discutir os direitos das mulheres, chamar atenção para as diferenças entre homens e mulheres, celebrar as conquistas já alcançadas e pensar no que ainda pode ser feito para diminuir essa incidência.

O desafio atual consiste em “desarticular”¹⁷ a dominação dos homens sobre as mulheres, que desumanizou a ambos, mas, precipuamente, a classe feminina, mediante símbolos, linguagens, formas de exercício de poder, instituições, visões de mundo, valores religiosos que levam a marca da cultura do patriarcado e da continuada exclusão da mulher nos processos de decisão. Todas as relações existentes entre as pessoas são de gênero, portanto, imbricadas de poder na sociedade classista e patriarcal.

2.5.1. Gênero e sexualidade: saber e poder

Nesta seção, depois de breve análise sobre o papel e organização da família na formação da estrutura social brasileira, optamos por discutir as categorias gênero e sexualidade, relacionando diretamente com a posição social do homem e da mulher na estrutura social, e de como as relações de poder e dominação são estabelecidas entre eles.

17 Aqui, no sentido de superação histórica das relações de dominação.

No início do cristianismo, a primeira leitura de cunho moral enfatiza o ascetismo, cujos valores essenciais eram a virgindade e a continência. Foi com base nas ideias como as de São Paulo, que surgiu, ao longo dos séculos III e IV, uma vasta literatura consagrada à virgindade [...], numa época em que o casamento se torna mais corrente e estável, a apologia cristã da virgindade dirigia-se às mães, para que fizessem ver as filhas as virtudes da vida continente, um discurso dos homens dirigido às mulheres (FIGUEIREDO, 2011, p. 18).

A cristandade era vista como uma renúncia ao prazer necessário, ao controle dos sentidos, se não pudesse se manter casto, o casamento era indicado contra a concupiscência àqueles que não podiam se conter. À moral da virgindade no discurso dos padres, o casamento era desprezado como um mal, ao supor o pecado da carne, mas um mal menor, pois impedia a fornicção. A esse impasse de hostilizar e ao mesmo tempo advogar o casamento, Santo Agostinho foi o primeiro a destacar a relação entre sacramento e matrimônio (FIGUEIREDO 2011, p. 19).

Assim, a monogamia estrita e indissolúvel formava o corpo institucional do modelo cristão de casamento, em oposição ao concubinato e ao divórcio. O fundamental, nessa fase do cristianismo, é a concepção de casamento vinculado à virgindade (pureza da mulher), o controle do corpo da mulher e a vigilância da sexualidade humana.

O casamento voltado apenas à procriação, naquele tempo, era um bem preciso para fazê-lo uma união sagrada. No século XII, os adeptos do matrimônio acabaram por prevalecer. Foi o teólogo Pedro Lombardo, nas suas famosas sentenças de 1150, quem deu o passo decisivo, incluindo o matrimônio no rol dos sete sacramentos.

Segundo Figueiredo (2011), a partir do século XII e XIII, enquanto o matrimônio era levado à categoria de sacramento, dava-se uma verdadeira explosão discursiva em relação ao desejo, sendo o foco de uma estrita normatização ao nível de atos. Para a autora, “a confissão, ao desempenhar um papel fundamental na vigilância dos casais, imposta como obrigatório pelo Concílio de Latrão (1215), assumiria importância vital e duradoura na metodologia de poder e controle no mundo ocidental” (FIGUEIREDO, 2011, p. 19).

No fim do século XX, acontece uma nova ruptura na história da sexualidade, segundo Foucault (1977), houve uma mudança nos mecanismos de controle, o rito da confissão obrigatória do cristianismo foi recodificado por meio de operações terapêuticas, fazendo com que a sexualidade saísse dos registros exclusivos de culpa e pecado, excesso e transgressão, e passasse a abarcar o regime do normal ou patológico, possível de diagnóstico.

Para Perrot (2017), o catolicismo, em princípio, clerical e machista, é a imagem da sociedade de seu tempo. Somente os homens podiam ter acesso ao sacerdócio e à execução dos

sacramentos. Eles detinham o poder sobre o saber e o sagrado. Entretanto, deixou, como caminho da “salvação” para as mulheres pecadoras: a prece, a reclusão ao convento, o celibato e o arrependimento permitido pela conversão às leis do cristianismo católico. Segundo a autora, as mulheres fizeram base de um contra poder e de uma sociabilidade diferente da imposta, embora considere também que a igreja oferecia um abrigo para as desvalidas e miseráveis, em troca, porém, da submissão. No entanto, Perrot considera a relação entre mulheres e religiões ambivalentes e paradoxais, isso porque estas são, ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres (PERROT, 2017, p. 85).

Já nos países de orientação protestante, as relações entre os sexos eram, em alguns aspectos, diferentes. A reforma do século XVI também atingiu as mulheres, no sentido da possibilidade de acesso à instrução para a leitura da bíblia, isso significava que as meninas deveriam também aprender a ler. E a Europa protestante as alfabetizou através de uma rede de escolas, mas manteve o controle sobre suas vidas e sua sexualidade.

A reforma protestante, em certo ponto de vista, constitui uma ruptura, contribuindo para desenvolver a instrução que teriam consequências de longa duração sobre as condições das mulheres, seu acesso ao trabalho e à profissão, as relações entre os sexos e até sobre as formas do feminismo contemporâneo.

Segundo Foucault (1977), o termo sexualidade aparece pela primeira vez no século XIX, de modo técnico e para uso médico das enfermidades. “A sexualidade emergiu como uma fonte de preocupação, necessitando de soluções; as mulheres que almejavam prazer sexual eram definitivamente anormais (GIDDENS, 1993, p. 33).

Giddens (2003) considera que a sexualidade é uma elaboração social, que opera dentro dos campos de poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não a liberação direta nas práticas sexuais. Além disso, para Giddens, há contrastes relevantes entre a sexualidade revelada pela literatura médica Vitoriana, que a considerava como uma obsessão, e as ideias iniciais de Freud sobre tal tema, que, partindo da perplexidade em relação à histeria das mulheres, encarou a sexualidade como âmago de toda a experiência humana, por isso, algo fundamental para entender as neuroses e as doenças psíquicas.

Na modernidade, o lar passou a ser considerado um ambiente distinto, separado do trabalho, e, pelo menos em princípio, se converteu em um local onde os indivíduos poderiam esperar apoio emocional, em contraste com o caráter instrumental do espaço de trabalho.

Giddens (1993) menciona que as culturas pré-modernas se caracterizavam por serem pressionadas a se constituírem famílias grandes, que na modernidade começam a ser limitadas. Tal prática, aparentemente, uma estatística de controle demográfico inocente, foi, na verdade,

um dedo no gatilho histórico, no que dizia respeito ao controle institucionalizado da sexualidade.

Assim, para uma parcela da população de mulheres, a sexualidade passa a se apartar de um círculo crônico de gravidez e parto, o que gerou, como consequência, a introdução de métodos modernos de contracepção. Isso foi considerado, pelo autor, como uma mudança significativa na condição da mulher, sobretudo, após a primeira grande guerra mundial, em que o controle da natalidade, “a contracepção efetiva, significava mais que uma capacidade aumentada de se limitar a gravidez”, outrossim, uma restrição da demografia humana. O controle da concepção e do tamanho da família, associada a outros fatores, marcaram a transição na vida pessoal para a mulher, a sexualidade tornou-se maleável, sujeita a ser assumida de diversas maneiras, como uma “propriedade” potencial do indivíduo. (GIDDENS, 1993, p. 37).

Dentro desse novo cenário histórico, relacionado à reprodução humana e sexualidade feminina, o desenvolvimento da pílula anticoncepcional libertou a sexualidade dos domínios da procriação e possibilitou à mulher “um” certo controle sobre o próprio corpo. A esse respeito, Giddens (1993, p. 53) destaca que:

O caráter intrinsecamente subversivo da ideia do amor romântico foi, durante muito tempo, mantido sob controle pela associação do amor com o casamento e com a maternidade [...] o poder patriarcal, no meio doméstico, estava declinando na última metade do século XIX. O domínio direto do homem sobre a família, que na realidade era abrangente quando ele ainda era o centro do sistema de produção, ficou enfraquecido com a separação entre o lar e o local de trabalho.

Tal fato significou a ruptura da idealização do amor romântico e a queda do controle dos homens e da família sobre as decisões das mulheres. Igualmente, a mudança na lógica da produção levou as mulheres à inserção no mundo do trabalho, agora como sujeitos produtivos que estabelecem a separação entre a casa (lar) e a rua (mundo do trabalho).

Dessa maneira, foram redefinidas as relações entre homens e mulheres, uma nova realidade que trouxe uma sobrecarga feminina, ao assumir as tarefas no campo do trabalho, buscando ganhar espaço no campo profissional, e permanecer no controle das atividades domésticas, tentando, assim, não perder o domínio do território familiar.

Giddens (Ibidem) destaca dois elementos básicos importantes da revolução sexual que permearam os últimos 40 (quarenta) anos. O primeiro é a revolução da autonomia sexual feminina, e, o segundo, o florescimento da homossexualidade masculina ou feminina, que transformaram, particularmente, a intimidade e a sexualidade nas sociedades modernas.

Porém, mesmo com a revolução sexual, a chegada da mulher no mercado de trabalho, os métodos anticoncepcionais e a luta por igualdade de gêneros, ainda encontramos, nas sociedades modernas, resquícios do patriarcado medieval, que tem sonoridade nas práticas afetivas e sociais estabelecidas na contemporaneidade.

Sendo assim, para Beauvoir (1970), uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento, reivindicações feministas saem do plano teórico, encontram fundamento econômico e se difundem por toda a sociedade. A atividade produtiva, que antes era exclusiva do domínio masculino, passa também a ser desempenhada pelas mulheres, inaugurando novas formas de trabalho e dando início a outros meios de opressão e disputas por parte dos homens, que temiam, e ainda temem, que a mulher tomasse o seu lugar no mercado de trabalho.

Embora uma parcela dessa lógica de controle e dominação se considere, em parte, abalada, a burguesia (classes dominantes) se apegue à velha moral social, que via na solidez da família a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar, tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação, o que se tornou uma verdadeira ameaça, mesmo dentro da classe operária. Os homens tentam frear essa libertação, porque a classe feminina é encarada como perigosa concorrente, habilitada a trabalhar por salários mais baixos.

Para Figueiredo (2011), sintetizar aspectos históricos da sexualidade na sociedade ocidental cristã, enfatizando períodos determinados da história da sexualidade humana no ocidente e de como, nesses momentos específicos, a expressão da sexualidade feminina foi inicialmente negada, posteriormente reprimida, vigiada, normatizada e confinada ao casamento e à procriação, possibilita a compreensão das lutas das mulheres pela emancipação sexual e social.

2.6. A MULHER E O TRABALHO: AS PRÁTICAS PRODUTIVAS

A categoria trabalho encontra-se em Marx como um elemento fundamental para compreender as relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista. Para o autor, o trabalho representa o aspecto fundante do ser social. Assim, não é possível a existência do ser social sem que este tenha por base a permanente transformação da natureza em valores de uso que são o substrato da riqueza material de qualquer sociedade (MARX, 1988).

À vista disso, o trabalho é compreendido como a ação humana na natureza e nos universos histórico-social e cultural, tecnológico, comercial, e ocupa, na sociedade hodierna, lugar central no conjunto de atividades humanas.

O trabalho constituía-se, no início dos tempos, primordialmente, na ação do ser humano sobre a natureza, da qual o objetivo era extrair o alimento necessário à sua subsistência. Para Ciavatta (2011, p. 168):

O trabalho, que é a atividade fundante da sobrevivência do ser humano na transformação da natureza para obter os meios de vida, decorre em uma dupla perspectiva; com sentido ontológico de atividade criativa e fundamental, e nas formas históricas, socialmente produzidas no espaço das relações sócias capitalistas [...]

Historicamente, o homem construiu sua evolução através do trabalho e das forças de produção. Organizando-se e vencendo os desafios impostos pela natureza, com o uso do conhecimento e, a partir de suas ações, modificou as formas tradicionais de exploração dos recursos naturais que entra em declínio com o advento da revolução industrial, que desenvolveu técnicas novas a aperfeiçoamento das relações de trabalho com as divisões de tarefas. “Ao se constituir como um meio de sobrevivência humana, o trabalho realiza a adequação do indivíduo no interior da sociedade em que vive” (MONTEIRO, 2015, p. 15).

Para Frigotto (2001), com base em Marx e Gramsci, nos últimos três séculos, o trabalho esteve regulado pelas relações sociais capitalistas. Trata-se de uma forma de produção social da existência humana que foi se estruturando, desde o século XI, em contraposição ao modo de produção feudal, e que se caracteriza pela emergência da acumulação de capital e, em seguida, mediante essa acumulação, pelo surgimento da propriedade privada dos meios e instrumentos de produção. Para constituir-se, todavia, necessitava da abolição da escravidão, já que era fundamental dispor de trabalhadores duplamente livres: não proprietários de guisas e instrumentos de produção e nem, tampouco, de propriedade de senhores ou donos. Essas duas prerrogativas os tomavam em proletários que necessitariam imperativamente vender seu tempo de trabalho (FRIGOTTO, 2001, p.75).

Assim sendo, a modernidade trouxe mudanças enormes, acompanhadas de desigualdades, e a laboração, mesmo diante de todas as transformações históricas, permanece ainda como força motivadora central na vida dos sujeitos. No final do século XX, a produção flexível, baseada na inovação tecnológica e, principalmente, através de novas formas de gestão da produção e do trabalho, traz em seu bojo consequências como: a subcontratação¹⁸; o aumento do trabalho feminino e infantil no setor informal, sem acesso a direitos trabalhistas; e, a exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho.

¹⁸ Ato ou efeito de contratar terceiros para executar um serviço já contratado por outrem.

Segundo Siqueira Neto (1997, p. 36), “o conceito de flexibilização está intimamente ligado ao de desregulamentação. [...] A desregulamentação dos direitos trabalhistas é o processo pelo qual os mesmos são derogados, perdendo a regulamentação. A desregulamentação, na verdade, é um tipo de flexibilização promovida pela legislação”.

Com tais exigências, tem início a divisão do trabalho, a separação campo e cidade e a exploração da mão de obra, com vista a assegurar um patamar de produção condizente com novas exigências de oferta de mercadorias, redes de informação e de troca, em que a globalização tem gerado novos processos. E produtos mantidos na lógica de dominação e exploração capitalista entre países e classes sociais continuam se disseminando. Houve, com o passar dos anos, uma reestruturação do mundo produtivo (FRIGOTTO, 2001).

A distância econômica e social entre as classes sócias tem afetado a vida dos trabalhadores. Frigotto (2001) propõe uma análise da relação do modo como o trabalho mudou ao longo do tempo e as características que ele tem, atualmente, com a globalização. Na perspectiva do autor, trata-se do trabalho como princípio educativo, o impacto que ele tem sobre a vida dos sujeitos, das maneiras de aprender, sobre a forma de como o indivíduo, integrado à educação, forma a base cultural e capital de conhecimento, que vai ajudar, então, o trabalhador a melhor se mover no contexto social, como cidadão, no sentido de entender a dinâmica social no exercício de sua cidadania, tendo a atividade laboral como alimento crucial educativo e socializador, em que o sujeito se afirmar, constrói e tece saberes.

É essa a postura do trabalho, como princípio educativo, portanto, igualitário na busca constante por afirmação social para os diferentes grupos sociais marginalizados, discriminados, sobretudo as mulheres, que procuram construir espaço de consolidação para si e para que a humanidade caminhe na manutenção da vida, da natureza e da própria existência.

Apropriamo-nos do termo de Gohn (2011), que trabalha com uma concepção ampla de educação, que não se resume ao conhecimento escolar, “há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, além da escola”, com enfoque nos movimentos sociais como fonte de inovação, matrizes geradoras de saberes.

Para podermos pensar com mais vigor e profundidade nas questões de diversidades sociais e econômicas, cabe ressaltar as desigualdades sociais institucionalizadas pelas reformas previdenciárias no Brasil, em que, na atual conjuntura governamental, o senado aprovou, em segundo turno, a reforma da previdência que não garante aposentadoria digna aos trabalhadores e trabalhadoras do país, ressaltando, assim, o papel do estado de exclusão e suas relações de força. Tome-se, como exemplo, o aumento da diferença social no país, que, segundo dados do IBGE (2019), revelou que a concentração de renda aumentou em 2018, reforçando o extremo

contraste social no país, sendo que o rendimento médio de trabalho da população 1% (um por cento) mais rica foi de 34 (trinta e quatro) vezes maior que da metade da população mais pobre em 2018.

Isto posto, é notório que a concentração de bens nas mãos de uma minoria resulta em um processo desigual de distribuição de riqueza e renda. A absurda divisão da miséria para a maioria da população brasileira é que são os pilares da produção histórica do capital, e condiz com o modo acelerado dos processos hegemônicos de dominação social e o encolhimento da democracia no país.

As políticas culturais hegemônicas¹⁹ mascaram as desigualdades e estão distantes dos direitos, preconizados pelas leis no país, e das reais necessidades das camadas populares, sobretudo, das mulheres, que, na atual conjuntura política, tem como desafio as articulações das políticas sociais de diferentes ordens: de vida, de pessoa, de acesso a direitos sociais, direitos trabalhistas, aposentadoria, educação e saúde, entre outros (NOGUEIRA, 2001).

Como registram dados da OIT (2018), a participação feminina no mercado de trabalho ainda é menor que a masculina. A taxa global ficou em 48,5% em 2018, 26,5 pontos percentuais abaixo da dos homens. Esse novo estudo aponta que a taxa de desemprego global das mulheres, em 2018, ficou em 6%, aproximadamente, 0,8 pontos percentuais maior que a dos homens. Isso significa que, para cada 10 (dez) do sexo masculino empregados, apenas seis (06) do sexo feminino estão empregadas. Percebe-se, assim, que prevalecem, ainda, acentuadas as desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Para Beauvoir (1970), o homem se firma no poder, na sociedade paternalista, pela exploração e expropriação da natureza, e continua a se apropriar das funções que abrem essa sociedade para o meio e o conjunto de coletividade humana. Os únicos trabalhos dignos do homem são a guerra, a caça e a pesca; ele conquista presas estrangeiras e os anexa à tribo: guerra, caça e pesca representam uma expansão da existência, sua superação para o mundo; ele permanece a única encarnação da transcendência (BEAUVOIR, 1970 p. 109). Logo, aperfeiçoando os meios, as práticas de dominar a terra, a natureza e a mulher, e expandindo nas sociedades, pouco a pouco, o homem mediatizou sua experiência e suas representações, e, como em sua existência prática, triunfou o princípio masculino.

19 Brasil contemporâneo, embora marcado pela rica diversidade cultural, na qual coexistam na sociedade culturas de matrizes ocidentais e não ocidentais, as políticas públicas de cultura são elaboradas a partir da influência dominante das culturas hegemônicas, em detrimento principalmente das culturas de povos tradicionais, vistas ainda sob a forma do exótico e do atraso. (Machado, 2012).

Lévi-Strauss (2002) dizia que, de camponês a operário, o homem passa a moldar seu trabalho e, de acordo com seu objetivo, as descobertas de utensílios novos e o aperfeiçoamento das ferramentas; suas conquistas e aquisição de técnicas deixaram de lado os acasos da natureza, e o controle dos recursos e a acumulação de bens e riquezas passam a delinear o seu triunfo, surgem novos modos de dominação e de repressão, sem se desprender do modelo patriarcal, pois é como pai que ele procura se consolidar. O laço de reciprocidade que estabelece o casamento não se institui entre homens e mulheres, e, sim, entre homens, por intermédio das mulheres, que são, apenas, a principal oportunidade deles.

O lugar da mulher na sociedade sempre foi estabelecido por eles – os homens –, diz Beauvoir (1970). Assim, a autora mostra como o aperfeiçoamento da ferramenta de trabalho impôs a mulher à exclusão, contrariando as afirmações de Engels sobre como as invenções do homem (bronze/ferro) modificaram profundamente o equilíbrio das forças produtivas, e, com isso, levou à inferioridade da mulher. Para a autora, a vontade masculina de expansão e domínio transformou a incapacidade feminina em maldição. O homem quis esgotar as novas possibilidades oferecidas pelas novas técnicas: apelou para uma mão de obra servil, reduziu seu semelhante à escravidão.

O trabalho passa a pertencer ao homem, e sobre a mulher e os filhos exerce autoridade, domínio e controle. Conquista, domina a mulher, que é essencial para saciar seus desejos, para perpetuar sua existência, ao integrá-la à ordem da sociedade atrelada à religião, ao casamento e à família, à propriedade privada, submetida à sua vontade.

Segundo Monteiro (2015, p. 14), para as construções sociais, a divisão social do trabalho atua como um fator importante na reprodução desse processo de subordinação. Hirata e Kergoat (2007, p. 599) afirmam que “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. Logo, revelam que essa forma é modulada histórica e socialmente, e tem como características “a designação prioritária dos homens à esfera produtiva, e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc)”.

Fizemos uma breve explanação sobre as mudanças no mundo do trabalho, que demandam as ordens vigentes nas diferentes sociedades, para compreendermos como foram definidas a história da mulher no universo trabalhista, cuja atividade doméstica engloba uma ordem social construída por um modelo paternalista, que vê na mulher uma importante propriedade do homem. Desde o feudalismo, até os nossos dias atuais, a mulher casada é deliberadamente sacrificada à propriedade privada (BEAUVOIR, 1970, p. 141).

Os debates travados pelos movimentos femininos no Brasil sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua autonomia no enfrentamento da violência patriarcal apontam que a sociedade ainda não dispõe de condições de atendimento às demandas de mulheres pobres, sem renda, que sofrem abusos e/ou estão em condição de vulnerabilidade social, tampouco reconhece as suas reivindicações como: direito ao aborto, direito à vida, à segurança, ao trabalho digno e renda equivalente à do homem.

A autonomia das mulheres sobre suas vidas e sobre seu corpo, sobretudo, das ribeirinhas, pescadoras rurais, faveladas, indígenas, negras, é restrita a poucas leis de proteção e de seguridade social. Mesmo com a lei Maria da Penha, instituída há mais de uma década, ainda assim, no Brasil, os dados de feminicídios e de violências ainda são alarmantes.

Por exemplo, na luta contra a criminalização do aborto, considerado crime no Brasil, Luna (2014), em “A polêmica do aborto”²⁰, sob a demanda por respeito aos direitos humanos, constata o embate entre grupos pró-vida, articulados, que defendem o direito do feto à vida, e o movimento feminista, que reivindica a descriminalização do aborto como parte das lutas pelos direitos das mulheres. As discussões sobre tal tema como direito constitucional (ou como assunto de saúde pública ou ainda por meio do fundamentalismo religioso) ainda geram polêmica e resistência de parte da sociedade; de um lado, os grupos de orientação religiosa se utilizam de recursos jurídicos, dos direitos humanos e científicos; e, do outro, as mulheres que buscam suas prerrogativas, porém, submetidas a uma situação de invisibilidade nesse debate.

No que tange ao embate travado entre movimentos neoconservadores, que almejam imposição moral a toda a sociedade, e os movimentos sociais e feministas, Machado (2016) ressalta a inserção das feministas brasileiras na luta pela democracia, contra a ditadura e contra as desigualdades sociais, fortemente assentadas na organização de mulheres de esquerda e estritamente articuladas com a defesa dos direitos da cidadania e à democracia.

É importante o destaque dos argumentos apresentados para a análise do problema intimamente ligado à vida cotidiana de repressão das mulheres, para podermos pensar em uma perspectiva emancipatória.

Nesse sentido, vemos os movimentos que atuam em rede, que constroem ações coletivas, agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Os diferentes grupos coletivos e distintos de organização de mulheres indígenas, ribeirinhas, da floresta amazônica, vão dando lugar à manutenção e à consolidação de lutas feministas diversas e dispersas, que

20 **A Polêmica do Aborto e o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.** O artigo é uma versão alterada da comunicação de mesmo título, apresentada no 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em 2010.

são potencializadas por meio de suas práticas. Para GOHN (2008), “desenvolve o chamado empowermet de atores da sociedade civil organizada, à medida que criam sujeitos sociais para essa situação em rede”, o que colabora para o empoderamento das mulheres.

2.7. A MULHER E O TRABALHO FAMILIAR

O panorama histórico, apresentado por Beauvoir (1970), fundamenta suas análises nos escritos dos estudiosos Marx, Engels e Comte, que afirmam que a revolução burguesa se mostrou respeitosa das instituições e dos valores burgueses; feita quase exclusivamente pelos homens e para os homens. Assim, nas sociedades burguesas, a mulher continua sendo escravizada à cozinha, ao lar, segundo regras sociais duramente severas (BEAUVOIR,1970), “com sua educação em situação parasita, sob dependência do homem, a mulher burguesa faz questão de seus privilégios de classe [...] a emancipação das mulheres seria o enfraquecimento da sociedade burguesa”.

O modelo tradicional familiar é marcado pela complementariedade de papéis pelos sexos, pois reserva as responsabilidades familiares e domésticas para as mulheres e a provisão financeira da família para os homens (PASSOS; GUEDES, 2018, p. 75). Apesar da paulatina superação das funções atribuídas às mulheres, do cuidado no contexto doméstico, no curso da história, ainda há o controle emocional e financeiro da família. Para os autores, o caminho trilhado é de crescimento da atuação econômica das mulheres e, conseqüentemente, sua libertação do jugo opressor dos homens. Isso, em virtude de compararem, em suas análises, a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro da década de 70, que não atingia 20%, e, já, em 2010, alcançou patamares de 49% da população feminina. Sem deixar de salientar a forte prevalência, no Brasil, do atual modelo de homem provedor e da mulher cuidadora.

À medida que o modelo homem-provedor e mulher-cuidadora têm sua dominância fragilizada, brechas são abertas para a configuração de novos padrões de divisão sexual do trabalho. Se, por muito tempo, o modelo atuava de modo quase exclusivo nas sociedades ocidentais, hoje ele convive com outras formas de organização sexual do trabalho (PASSOS; GUEDES, 2018, p. 77), e apontam que o curso da história tem revelado a virilidade das mulheres na busca de seus direitos, no desmonte dos papéis estereotipados e no alcance dos espaços que lhes haviam sido historicamente negados.

Há de se reconhecer que o processo da revolução industrial foi fruto de um sistema histórico lento e de mudanças profundas nas sociedades humanas, mas permitiu a inserção

feminina e infantil ao trabalho: a mulher reconquista a participação na produção e uma importância financeira no âmbito rentável e econômico. A partir do momento que ela sai do lar, ganha espaço na esfera produtiva que o homem domina, e tem a fábrica como novo ambiente de participação na produção.

Deve-se, também, destacar o papel da mulher no que se refere à manutenção de um delicado equilíbrio entre a necessidade de realizar um trabalho que gere renda e a preservação de sua função tradicional de mãe e esposa no interior do grupo familiar. Nessa perspectiva, ela equilibra a sua participação em duas ordens distintas: a casa e a fábrica. Porém, precisa manter a organização familiar e a contribuição para o sustento da família, o que exige dela o cumprimento da dupla jornada, precisando se desdobrar para atender tanto à produção quanto à manutenção da família.

É dentro desse cenário, ora mulher-trabalhadora ora mulher-mãe e esposa, que se torna relevante compreender como as coordenadoras vêm vivenciando essas “novas” condições de vida, marcadas por formas flexíveis de trabalho e de manutenção da família, e de que modo essas transformações têm afetado sua maneira de conhecer e organizar o processo de trabalho e o “cumprimento” de seu papel no seio familiar.

Todo esse debate histórico é necessário para entendermos as modificações no campo do trabalho doméstico, pesqueiro, da organização da produção, da nova configuração de trabalhos desempenhados pelas mulheres e de sua relação com a educação, o saber e o conhecimento.

De acordo com Garcia-Canclini (2003), o mundo globalizado tem aprofundado as desigualdades, com as turbulências financeiras. E é nesse mundo do trabalho precário, turbulento e desigual, que a imensa maioria de homens e mulheres estão inseridos/as, ou passam a compor uma outra categoria, a dos que nele pretendem entrar e buscar na escola uma forma de estarem aptos às exigências desse novo mercado.

Historicamente, o homem construiu sua evolução através do trabalho e das forças de produção. Contudo, progressivamente as forças produtivas cortam o vínculo com o trabalho, que vai se convertendo em mercadoria, ou seja, uma execução de tarefas. Com esse novo modelo, há um aprofundamento da divisão social do trabalho e a introdução aos valores de uso. Com isso, o capitalismo, historicamente, vai se fortalecendo ao expropriar do ser humano a totalidade do processo de produção através do parcelamento imposto pela divisão social do trabalho que torna o trabalhador alienado, e, para o capitalismo, isso representa o barateamento do custo da produção, e, conseqüentemente, a acumulação. (GARCIA-CANCLINI, 2003, p. 164).

Como percebemos, as profundas mudanças no interior do modo de produção capitalista são responsáveis pelas novas formas de socialização do trabalhador (a), e, com isso, novos elementos de controle e dominação são agregados pelas diversas instituições sociais.

A ocupação profissional feminina brasileira, segundo Safiotti (1984), no contexto da reestruturação produtiva no espaço público, chegou ao trabalho industrial no Brasil em todo o século XIX e XX, e deu grande importância à mão de obra.

As indústrias brasileiras mais antigas são as têxteis e as alimentícias, nas quais a mão de obra feminina era significativa; contudo, essas mulheres tinham salários menores que os dos homens para desenvolverem a mesma tarefa, e ainda eram consideradas incapazes fisicamente e intelectualmente (BLAY, 2011).

Segundo Leite (1993), o processo de modernização na indústria brasileira tem três momentos: o primeiro iniciou no final da década de 70, ainda no período do milagre brasileiro, com altas taxas de crescimento econômico, a constituição de um parque industrial e conseqüentemente um mercado de trabalho urbano. O segundo começou em meados dos anos 80, período em que o Brasil enfrentava altas taxas de inflação e grande instabilidade econômica. O terceiro momento principiou nos anos 90, em meio ao aprofundamento da crise econômica e abertura voltada ao mercado externo.

A intensificação da reestruturação produtiva do Taylorismo/fordismo para a acumulação flexível, concomitante com a incorporação de alta tecnologia ao rendimento, gerou um alto nível de investimento na produtividade. Em contrapartida, trouxe desemprego para o trabalhador (ANTUNES, 1995).

As análises de Boff; Muraro (2010) nos permite compreender, mediante uma contextualização histórica, como a estrutura do trabalho produtivo determina as relações entre homens e mulheres, no que tange à divisão de tarefas, sexualidade, grau de valorização, importância e respeito nas relações. Para essa autora, o aperfeiçoamento das tecnologias deu origem aos excedentes (lucros) que, por sua vez, poderiam ser usados como valor de troca, dando início a uma classe dominante que não precisava trabalhar e, portanto, escravizava boa parte da população.

Conforme Kergoat (2003) e Ávila (2010), as características que delimitam o lugar da mulher ou do homem na esfera produtiva, conseqüentemente, estão associadas à classe masculina, pois lhe é permitida que goze de privilégios com elevados valores sociais no campo político, religioso e militar. Nas análises de Soares (2011), essas regalias concedidas ao homem designam uma das formas de autonomia, especificamente para ele poder participar das decisões coletivas do grupo do qual faz parte.

Melo (2010) apresenta a autonomia como o principal conceito para definir os termos de pessoa de direito, cidadania e moral universalista. Para esse autor, é uma independência que se apresenta em razões diferenciais, que podem ser desvendadas conforme sua origem, tais como: autonomia ética, autonomia jurídica, autonomia política e autonomia moral. Segundo Melo (2010), o termo “autonomia” está inserido em contextos diferenciados, e não se pode, com base na justiça, observá-lo por um único viés, haja vista que possui concepções amplas. Nesse segmento, a autonomia para as mulheres significa reconhecimento do valor de sua força de trabalho, de sua participação na vida produtiva, econômica e social do país, e do empoderamento para ocupar o espaço público e a atuação política na esfera da representatividade do Estado, que até então era reservada aos homens.

Segundo estudos desenvolvidos por Gohn (2004;2008), respectivamente, sobre empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais e acerca dos movimentos sociais na América Latina, seus desdobramentos e pautas de luta problematizaram as mudanças de interpretações teóricas que discutem a autonomia dos movimentos sociais e como tais mudanças de foco, nos conceitos utilizados, influenciam em seus objetivos.

Gohn (2004), ainda, faz um exame dos princípios, definições e mudanças que alguns conceitos vêm sofrendo ao longo dos anos, e esclarece que os termos “sociedade civil e esfera pública”, “empoderamento”, “capital social” e “participação” são reformulados conforme os “momentos da conjuntura política nacional e as trajetórias das lutas políticas e sociais do país” (2004, p. 21). Por exemplo, Siliprandi (2013) menciona, em seus estudos, a realidade das mulheres rurais engajadas em movimentos sociais que exerceram um papel essencial na busca pelo reconhecimento do trabalho feminino, da autonomia e da necessidade de relações menos desiguais na família e na sociedade como um todo (NASCIMENTO, 2017, p. 33.), construindo estratégias de empoderamento e participação.

Segundo Siliprandi (2013, p. 333):

Constituíram-se assim, ao longo da década, os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) ou de Agricultoras (MMAs), principalmente no Sul e no Nordeste do país (alguns dos quais se unificaram na década de 2000, sob o nome de Movimento de Mulheres Camponesas, MMC, ingressando na Via Campesina); a Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (que viria a se transformar, na década de 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, MIQCB); e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas (de pescadoras, indígenas e quilombolas, entre outras)

Para Siliprandi (2013), as mobilizações em torno da criação de organizações e movimentos de mulheres ocorreram, ainda na década de 1980, em função da oposição às hierarquias sindicais que atribuíam aos homens posições e papéis de poder, razão pela qual foi necessário criar espaços onde se privilegiassem as especificidades femininas.

Soares (2011) qualificou a autonomia feminina como a competência de poder decidir sobre sua própria vida, de acordo com seus próprios desejos, dentro de um dado contexto histórico. Porém, na realidade, essa compreensão de autonomia não é suficiente para abarcar a realidade das mulheres rurais, seja pelas especificidades da família, seja pela falta de perspectivas e oportunidades que elas possuem, de maneira diferenciada, ou ainda, pela própria noção de autonomia que possuem.

Fischer (2002), em sua pesquisa sobre trabalhadoras assalariadas, constatou que, naquele contexto, a autonomia seria a possibilidade de adquirir consciência dos direitos e deveres perante a lei, desenvolver comunicação e socialização com pessoas de diferentes opiniões, participar do orçamento familiar e conquistar liberdade para administrar e satisfazer seus desejos, mediante os recursos obtidos com o trabalho.

Desse modo, dentro desse cenário histórico da inserção da mulher no mundo do trabalho e sua participação na organização familiar, podemos destacar que as coordenadoras de base da Colônia de pescadores Z-16 desempenham um trabalho produtivo informal, sem registro em carteira, sem garantias dos direitos trabalhistas como: 13º salário, licença maternidade e férias, e os demais benefícios que são concedidos pelo RGP (registro geral de atividade pesqueira), entre eles: o registro profissional, com a emissão de carteira; seguro defeso; aposentadoria; auxílio maternidade; auxílio doença. As coordenadoras recebem uma taxa de 30% do recolhimento de mensalidade repassado à entidade, de acordo com o número de associados de cada coordenação.

O trabalho das mulheres, remunerado e não remunerado, encontra-se no centro dessas determinações: nas últimas décadas, amplia-se a participação feminina no mercado de trabalho formal e informal, majoritariamente nos postos mais precários; e permanece, com novas tensões, a atribuição preponderante do trabalho doméstico e de cuidados, não remunerado, como um encargo feminino. Essa dupla condição “não é um epifenômeno da crise, mas, antes, uma mediação essencial dos processos restauracionistas do capital; e, ainda, uma mediação da ação do Estado, sob a hegemonia neoliberal” (FERREIRA, 2017, p. 58).

CAPÍTULO III: CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E SOCIAL DAS COMUNIDADES DE PESCA DO BAIXO TOCANTINS

Neste capítulo, faremos uma abordagem sobre a configuração territorial e social das comunidades de pesca do Baixo Tocantins, estabelecendo um apanhado sobre o contexto histórico da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá e sua contribuição no âmbito social das comunidades ribeirinhas.

3.1. COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 NO CONTEXTO DE CAMETÁ-PARÁ

Antes da criação da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, os trabalhadores eram regidos pela Marinha Mercante do Brasil, instituição que emitia carteiras de pescadores e instituíam leis e estatutos da pesca. Eles auxiliavam a Marinha na condução de embarcações pelos rios da região, já que eram conhecedores da hidrografia local (Revista na Rede, 2014). Mas, a partir da constituição de 1988, as Colônias ganharam autonomia, porque os pescadores conheciam melhor o território costeiro brasileiro.

A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá foi criada em junho de 1923, pela Capitania dos Portos do Pará e Amapá, com o objetivo de servir aos interesses do Estado, segundo Barra e Furtado (2004). Assim, os pescadores recebiam interferência política, e foram explorados porque forneciam informações privilegiadas e alimentos para facilitar a vida dos soldados. Em troca, os marinheiros realizavam serviços sociais às famílias dos pescadores. “Este atrelamento ao Estado durou até o início da década de 90 do século passado, quando a Colônia, por meio de um processo histórico de lutas, passou a ser conduzida por pescadores” (RODRIGUES, 2012, p. 25).

A partir de 1982, com o auge dos movimentos sociais no Brasil, a Prelazia de Cametá passou a fazer um grande trabalho de conscientização dos pescadores, através das visitas às comunidades, encontros, reuniões, cursos etc. (BARRA, FURTADO 2004). A diocese teve grande importância para que esses trabalhadores conseguissem sua independência e organizassem a entidade que passaria a ser comandada por eles. Nesse sentido, a Colônia Z-16 passa a ter como finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses de seus associados e associadas. Um período histórico que marcou o processo de autonomia desse grupo social de pescadores ribeirinhos.

As Figuras 04 e 05, respectivamente, demonstram um recorte da sede da Colônia Z-16 e um conjunto de pescadores em reunião, na qual se percebe a predominância, em grande parte, dos homens, que compõem e direcionam os encontros; a presença feminina em assembleias ainda se faz em número bastante reduzido.

Figura 4 - Sede da Colônia Z-16 do município de Cametá



Fonte: Arquivo Colônia Z-16.

Figura 5 - Reunião de Pescadores



Fonte: Arquivo Colônia Z-16.

Na Colônia Z-16, embora cresça o número de associados e associadas e, consequentemente, o de coordenadores de base, o número de mulheres associadas é bem maior que o de homens, com 60% das pescadoras no quadro de afiliados, divididos em 95 (noventa e cinco) coordenações²¹ de base distribuídas nas diferentes localidades do município cametaense.

No ano de 2018, havia cerca de 14.893 (quatorze mil e oitocentos e noventa e três) associados, divididos em 92 (noventa e duas) coordenações de base, sendo apenas 12 (doze) coordenações lideradas por mulheres. Atualmente, esse número aumentou, assim como o de coordenações, que são, agora, 95 (noventa e cinco) (ver anexo), dentre elas, mais 03 (três) passaram a ser lideradas por mulheres, em um total de 15 (quinze) coordenadoras. Para fins de esclarecimento, esta pesquisa está focada nas 12 (doze) coordenações, as quais têm mais anos de atuação, que, até a confecção do projeto, em 2017, apenas elas atuavam, as outras começaram a agir no início do ano 2019²².

As coordenações de base têm a função de ser o canal de atendimento direto do pescador, para auxílio de suas demandas tanto documental como de informações sobre a política da entidade. Elas buscam, junto aos pescadores, soluções de problemas de sua localidade, ajuda financeira para possíveis acidentes de trabalho, assistência técnica e tratamento da saúde bucal, com o projeto Sorriso do Pescador, consulta com clínico geral e cursos de aperfeiçoamento e inclusão à informática.

A Colônia oferece um conjunto de projetos que visam dar assistência aos pescadores e pescadoras, não somente com a seguridade social, mas com programas de inclusão, como o “Pescando o Saber”, que oferece curso de informática aos filhos e filhas de associados/as; manejo sustentável dos recursos naturais, que são pautados junto aos acordos de pesca em algumas localidades; cooperativas de pescadores, para gerir os empreendimentos dos pescadores; fábrica de gelo, criada em 2006; projeto Sorriso do Pescador (consultório odontológico criado em 2014); e, unidade de beneficiamento de Palmito, oriundo do manejo, realizado pelas comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins. Porém, essa entidade não possui projetos voltados especificamente para as mulheres, que é uma das reivindicações identificadas nos depoimentos²³. Como narra Rio Amazonas, *“aqui não tem um curso para que as mulheres aperfeiçoem sua atividade na coordenação, pra gente saber preencher direitinho os formulários, atas, ofícios...”* Sendo uma das reivindicações que aparecem no item 3.4.

21 Dados coletados na pesquisa de campo na entidade Z-16.

22 Dados coletados na pesquisa de campo na entidade Z-16.

23 Aprofundaremos esse debate no próximo capítulo.

Quanto à organização da Colônia, podemos observar, no mapa da Figura 6, a explicação das coordenações por localidades e distritos, situando os projetos de piscicultura e manejo de açai dessa entidade e os locais onde existem acordos de pesca.

As indicações que aparecem no mapa demonstram a extensão territorial do município e os distritos que abrangem as coordenações de base da Colônia Z-16. Podemos perceber os projetos que essa entidade dispõe ao grupo de pescadores e pescadoras e os respectivos diretores da Z-16.

Pelo Estatuto Social da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, reformado novamente²⁴ no dia 31 de março de 2014 e posteriormente reformado no ano de 2019, a área de atuação da localidade abrange todo o território do município de Cametá; entretanto, desde seu surgimento, apenas homens ocupam os cargos e funções mais importantes da entidade, assim, podemos constatar a designação prioritária masculina, ao assumirem as funções de mais prestígio e poder/valor na organização da Colônia.

No ano de 2019, o referido estatuto foi atualizado e o mandato da diretoria e conselho fiscal, que era de 04 (quatro) anos, passa a ser de apenas 03 (três) anos, permitida uma reeleição; alterações feitas em decorrência de um final de mandato da direção vigente. Uma nova eleição dos membros da diretoria e do conselho fiscal e seus suplentes será feita pela assembleia geral ordinária, que ocorrerá no ano de 2020.²⁵

No contexto da pesca artesanal, além dos componentes em interação dentro do ecossistema, há o componente humano, constituído pelas famílias e colônias de pescadores, cujo convívio é de fundamental importância para a sustentabilidade ambiental da área. Nesse âmbito, incluem-se as mulheres, que "contribuem para o pluralismo econômico das famílias de pescadores, produzindo não apenas para o consumo direto do lar como também para o mercado" (MANESCHY, 2000). Pasquotto e Miguel (2004) consideram a pesca artesanal como um sistema complexo, em que existem múltiplas interações sociais e ecossistêmicas.

A pesca artesanal, na Região Tocantina, como atividade econômica, combina as estruturas de produção, repartição e consumo, assim como envolve outros grupos de pequenos produtores; esses pescadores produzem, repartem e consomem os bens sobre os quais o trabalho atua, por intermédio de um conjunto de meios, visando a objetivos socialmente definidos. O que se torna peculiar entre esses pescadores são certos aspectos que envolvem a organização de sua produção e a circulação dos bens produzidos. Para Furtado (1993, p. 27), "a pesca se configura como um aspecto da vida social, cultural e política dos grupos que dela dependem

24 Estatuto Social da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, reformado no dia 20 de Julho de 2009, adequado ao novo código civil brasileiro instituído através da Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. De acordo com registro encontrados pelos autores o estatuto é reformado de acordo com os interesses dos grupos que estão no poder.

25 Ressalta-se que a nova eleição da diretoria ocorrerá em Fevereiro de 2020.

direta e/ou indiretamente, a pesca artesanal, enquanto atividade produtiva, requer a combinação de cinco fatores”: recursos naturais, instrumentos, relações sociais e conhecimentos.

Furtado (1993; p. 45) aponta que:

A artesanania na prática da pesca – desde a confecção do material ao ato de pescar, propriamente dito – está presente nas duas categorias, porém, ela reponta na concepção das lideranças oficiais da pesca, como critério definidor da segunda categoria, a ponto de atribuir-lhe tal nomenclatura. Assim, tornou-se conhecido como pescador artesanal todo o pescador “matriculado” em Colônia de Pescadores que faz dessa atividade seu principal meio de trabalho e na qual ocupa quase que totalmente seu tempo. E, conseqüentemente, como “pesca artesanal”, a prática exercida por essa categoria de pescador.

Os pescadores e pescadoras artesanais possuem um modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são transmitidas de geração a geração. “A pesca é mais que um regime autônomo e coletivo, é um modo de vida onde o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo, fazendo parte de um arranjo social” (FURTADO, 1993; p. 446); essa atividade possui relação direta com a natureza à medida em que esta fornece bens materiais para os meios de produção e dela flui o principal objeto do trabalho: o pescado; uma relação com espiritualidade e mística que suscita respeito e cuidado. Esses conjuntos de crença tendem a interferir na ação da pesca sobre a natureza.

A região Tocantina é banhada por rios e cercada por ilhas, nesse arquipélago constata-se a presença predominante de duas espécies nativas de valor econômico: o açazeiro (*Estepa Oleracea*) e o buritizeiro (*Maurita Flexuosa*). Toda a produção de açaí é retirada das ilhas, que aquece a economia com a extração de quantidades mais elevadas para serem vendidas por pequenos produtores, que levam às feiras ou entregam diretamente aos atravessadores²⁶ e empresas que tiram a polpa para comercializar. O fruto é vendido para fora do Estado, por meio de pequenos fornecedores que compram direto do produtor ribeirinho, que faz a entrega em Igarapé-Miri para empresas de exportação e comercialização da polpa.

É da região das ilhas que sai grande parte do açaí e pescado que abastecem a cidade e regiões vizinhas, além de carne de suíno e objetos feitos de tala de vegetais, tais como paneiros, peneiras, tipitis, e outros produtos utilizados como instrumentos de trabalho em Cameté e em outros municípios da região (SOUSA, 2002, p. 22).

26 Quem ou o que exerce suas atividades colocando-se entre o produtor e o comerciante varejista (diz-se de negociante); intermediário.

Os pescadores de Cametá têm em comum os rios como via de transporte entre os interiores, as vilas e a cidade. O modo de deslocamento é por meio da navegação de barcos a motor e rabetas, que caracterizam o fluxo da economia cametaense, levando a produção entre vilas e povoados do Rio Tocantins.

A vegetação varzeiro, portanto, é de extrema importância no processo reprodutivo das espécies de peixes e conseqüentemente no processo de sua captura pelo pescador, à medida que ela facilita a atividade pesqueira, delinea e aponta também com a presença de ilhotas flutuantes e /ou tapagens, a mudança de nível das águas do rio. (FURTADO, 1993, p. 173).

As várias nuances de organização social e econômica de Cametá, considerando suas características físicas e biológicas, imprimem a essa região a noção de espaço produtivo que se constrói da reciprocidade entre o meio ambiente e a ação humana, para o aproveitamento dos seus recursos naturais. De acordo com Furtado (1993, p. 176), os pescadores “reproduzem por meio de suas estratégias organizativas e adaptativas uma dinâmica territorial local”, que regem suas vidas.

A economia extrativista apresenta forte oscilação entre o período de liberação da pesca e a safra do açaí, em que a população tem seu maior rendimento entre o período do defeso, do pescado e da entressafra do açaí, quando ocorre uma queda vertiginosa da economia (BARRA; FURTADO, 2004, p. 64). Nota-se, assim, que a economia agroflorestal e pesqueira tem valor muito importante na dinâmica territorial e econômica dos povos ribeirinhos do Baixo Tocantins.

Segundo Sousa (2002), no tocante à questão de historicidade de Cametá:

[...] Sabe-se que a região das ilhas de Cametá foi extremamente rica em recursos naturais, onde, no passado, se extraiu o cacau nativo (*Theobroma Cacao* L.), a seringueira/borracha (*Hevea brasiliensis*), semente de ucuuba (*Virola surinamensis*), de andiroba (*Garapa guianensis* Aublet), assim como o pescado em abundância e, mais recentemente, madeira e açaí [...] chegando quase à exaustão de recursos. [...] se praticou intensamente o sistema de aviamento, provavelmente, desde o início do século XIX, e há indicação de que Cametá foi uma das primeiras áreas do Estado do Pará a ter seus recursos explorados.

A exploração dos recursos naturais, como a seringa e o cacau, configurou o cenário econômico de Cametá até meados da década de 70, acentuou-se nesse período, também, a grande fartura do pescado, com várias espécies de peixes que serviam de alimento e

proporcionavam a troca com outros produtos da agricultura, como a farinha, a tapioca, a macaxeira, a castanha, entre outros. Segundo Costa (2006, p.153), “Os moradores mais antigos falam da fartura do pescado e da riqueza da mata, com as espécies de valor econômico e a fauna local que servia de caça, proteína animal complementar na alimentação dos ribeirinhos”.

O consumo e a venda do fruto do açaí em vilas do município eram frequentes nessa época, fazia parte do cotidiano dos pescadores, que salgavam os peixes que sobravam da sua pesca e trocavam com agricultores de roçados ou doavam entre si o excedente ou com vizinhos e parentes da comunidade pesqueira. Com a exaustão desses recursos naturais e a perda do valor comercial, essas características se modificaram a partir da construção da Usina Hidrelétrica, em 1984.

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1976) foi um dos maiores acontecimentos que contribuíram para a degradação dos ecossistemas e os impactos na cultura das comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins. Muitos pescadores foram afetados com a diminuição das capturas do pescado e sua diversidade, devido à mudança nas comunidades ecológicas. Outro fator que representa ameaça aos estoques pesqueiros é a pesca predatória, que traz para a comercialização grande quantidade de peixes que estão em desova ou ainda não se desenvolveram.

Mérona (1987, p. 168) ressalta que:

No Baixo Tocantins, diferenças notáveis na estrutura das comunidades de peixes em três áreas podem ser relacionadas ao nível da pressão da pesca. As comunidades da área jusante, submetida à exploração mais intensa, tem proporcionalmente um número maior de espécies perifitofagas e fitoplanctofagas e menos espécies ictiófagas do que as outras áreas. Também, os peixes têm tamanhos menores nessa área jusante.

O mapará (*Hypophytamus Marginatus*), peixe simbólico da região, principal integrante da dieta alimentar, migrou para outras regiões por conta da destruição de seu habitat natural, segundo Barra e Furtado (2004, p. 64). Além de ser base alimentar das comunidades ribeirinhas, o mapará é símbolo cultural da região, reconhecido nacionalmente, e que faz parte da identidade cultural de um povo que, ao longo dos anos, vem perpetuando as formas rústicas e artesanais de captura (e de conservação dessa espécie.).

Cada pescador que participa do borqueio tem uma função durante a ação de pesca do mapará. A figura principal é o taleiro, que identifica, por meio de sensibilidade e experiência, com o auxílio de um talo grande (espécie de bambu ou tala retirada de palmeiras de paxiúba

existente no mato), onde estão os cardumes de peixes para serem lançadas as redes. Há ainda as figuras do mergulhador e os levantadores de rede, duas embarcações pequenas ou casco de rede a remo que levam, em cada canoa, 04 (quatro) pessoas: o proeiro, o piloto e os dois responsáveis pelo lançamento da rede de pesca, que fica aberta, e o puçá. Essa atividade começa na abertura da temporada de pesca, que vai de primeiro de março até fim de outubro. A partir do dia primeiro de novembro, começa o defeso do pescado.

Podemos perceber, na Figura 7, a pesca do mapará na localidade de Jaracuera Grande, onde a captura é uma atividade cultural, a mais importante para a economia e subsistência das populações pesqueiras.

Figura 7 - Pescadores da Região Tocantina fazendo o borqueio do mapará.



Fonte: Autores, 2016.

O “borqueio” (atividade típica e cultural da região do Baixo Tocantins) é um cerco feito aos peixes por meio de diversas redes, é a denominação utilizada pelos pescadores e pescadoras artesanais de Cametá, uma técnica de captura do mapará e de outros peixes, que se caracteriza pela pesca conjunta, em que vários pescadores se unem para bloquear os peixes.

Costa (2015, p. 57) afirma que:

A atividade pesqueira assume papel decisivo no comércio local de muitas cidades, especialmente aquelas que são banhadas por rios. Quando os resultados da pesca são fartos, parte da sua produção

geralmente é vendida a intermediários ou é direcionada para as feiras das vilas localizadas nas proximidades da área pesqueira, como acontece com a pesca do mapará – *Hypophthalmus marginatus* – em Cametá-PA.

A necessidade de preservar a atividade pesqueira na Região Tocantina é um fator sociocultural, que influencia na reestruturação e organização social comunitária, no sentido de conservar as espécies raras e suprir as necessidades econômicas e alimentares das populações ribeirinhas.

O avanço da pesca predatória e comercial provocou a extinção de várias espécies de pescado, essenciais na alimentação dos ribeirinhos, logo, conforme Costa (2006), o pescado escasseou, sofreu baixa com a pressão ambiental provocada pela barragem e pela pesca predatória, muitas espécies de peixes se tornaram raros.

As mudanças que afetaram o ciclo de reprodução do pescado, assim comprometendo a qualidade da água, segundo Costa (2015), fizeram com que as populações pesqueiras buscassem novas alternativas de sobrevivência e adaptação, provocando a mobilização espacial e social das comunidades de pesca, sendo o rio uma via de acesso e comunicação na qual o pescador se movimenta para pescar e explorar áreas longínquas, com o acesso via uso de canoas e embarcações motorizadas. Com a escassez do pescado em sua região, há a necessidade desses trabalhadores adentrarem outros espaços para encontrarem o pescado e outros recursos naturais, limitados a partir da construção da UHT, o que levou também, de acordo com Magalhães (2002), ao deslocamento dos pescadores, configurando novas relações de trabalho, que foram influenciadas também pelo colapso do extrativismo, à queda na extração do cacau, castanha, borracha, madeira, entre outros, produtos que faziam parte da subsistência e fonte de renda das populações ribeirinhas.

Isto posto, podemos perceber que na região, principalmente onde se desenvolveu a pesquisa, houve uma rápida e drástica diminuição na captura do pescado e mudança na vida das populações ribeirinhas após a construção da UHT.

3.2. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA COLÔNIA DE PESCADORES

A legislação vigente no Brasil, até 2009, excluía a categoria mulheres pescadoras, que faziam parte da cadeia produtiva. Segundo Scherer (2013), a problematização dos conceitos de produção e reprodução, ou dos grupos de trabalho, permitiu discutir a assimetria que se

observava na valorização das atividades desenvolvidas por homens e mulheres, e as relações que se instituem entre gêneros, no espaço produtivo da pesca.

Devemos sublinhar a importância dos movimentos femininos que almejavam o reconhecimento das mulheres como pescadoras, pois atuavam de forma considerável na produção pesqueira, e que, além de participarem da coleta de peixes, ainda confeccionavam os materiais de pesca de forma consorciada com os afazeres domésticos. Para Alencar (1993), essas atividades eram classificadas como parte do conjunto de atividades relacionadas à esfera doméstica, por ocorrerem tanto nos espaços da casa quanto na terra, ou seja, como atividades vinculadas à esfera da reprodução.

A classe feminina passou a atuar em parcerias com as entidades que representam a categoria de pescadores, e sempre estiveram envolvidas nos levantes populares, inclusive no MONAP (SCHERER, 2013). De acordo com Barra e Furtado (2004), o MONAP executa um trabalho com mulheres pescadoras em 11 (onze) Estados, bem como atende associações de pescadores e está ligado a 07 (sete) federações nos estados brasileiros, o que influenciou mudanças nas políticas de seguridade, que passou a incluir as mulheres como detentoras de direitos e reconhecimento no mundo do trabalho da pesca, a partir da nova Lei de pesca de 2009 (Lei n. 11.959/2009), que alterou a compreensão do que seja a atividade pesqueira.

Nessa nova legislação, as mulheres pescadoras passaram a ter direito à licença-maternidade. Mas, conforme Scherer (2013), elas ainda precisam comprovar, ou mesmo justificar, sua presença no espaço da produção pesqueira, sendo esta a condição inicial para a sua inscrição junto às entidades de representação da categoria dos pescadores. O seguro para pescadores artesanais durante o período do defeso é considerado um marco histórico de luta para o setor pesqueiro artesanal (Lei n. 8.287), universalizado pela Lei n. 10.779, que impulsionou uma nova forma de gestão para o setor pesqueiro artesanal (SCHERER, 2013).

Atualmente, a Colônia de pescadores Z-16 de Cameté tem um papel muito importante na esfera da mediação entre pescadores e as instituições políticas. Sua atuação abrange a maioria dos territórios do município de Cameté, como vilas e comunidades (ver figura 3), em favor da classe de pescadores e pescadoras. Possui atualmente 95 (noventa e cinco) coordenações de base, sendo que apenas 12 (doze) coordenações²⁷ são dirigidas por mulheres, ressaltando que elas sempre estiveram envolvidas na esfera da pesca desde a infância, e, recentemente, tiveram a oportunidade de ser coordenadoras de base, por fazerem parte das

27 Ver quadro 01 anterior.

família que estão inseridas nos movimentos sociais e comunitários, em que essas demandas são repassadas de pais para filhos.

Para ilustrar essa participação atual das mulheres, podemos contar com a narrativa de Rio Pará, coordenadora da comunidade Ribeirinha, com 297 (duzentos e noventa e sete) associados; é uma das primeiras mulheres a alcançar um papel de dirigente na Coordenação da Colônia, desde sua fundação. No trecho da entrevista, fica evidente sua participação nos levantes comunitários de base.

Eu sempre tive envolvida nas reuniões de projetos, de associações, da comunidade, e quando apareceu a associação da Colônia, fui quem ficou responsável pelos pescadores, eu que busco as informações e levo para a minha associação, deixo eles informados sobre os projetos e problemas documentais (Rio Pará, 2019).

Constatamos, assim, a participação feminina nos levantes, as coordenadoras que atuam na direção das suas coordenações, que sempre estiveram vinculadas aos movimentos de luta em sua comunidade. Além disso, observamos, nos relatos dessas pescadoras, que, embora as mulheres ainda sejam poucas a ocuparem oficialmente a direção das coordenações de base, existem aquelas que são esposas, filhas, irmãs de coordenadores, que fazem todo o trabalho, e, agora, já possuem, oficialmente, o registro de coordenadora. Isso fica evidente no relato da pescadora Rio Guamá, que, juntamente com seu marido, atua há 15 (quinze) anos na coordenação da comunidade Ribeirinha:

[...] eu era filiada na coordenação de Ajaraí, aí a gente ia conversando com os pescadores da localidade pra montar uma coordenação aqui, procuramos o Irácio (presidente da colônia no ano 2004) e fizemos uma listagem dos sócios, fomos de casa em casa pedindo assinatura, e numa reunião fomos apresentado como coordenador dessa nova coordenação, que começou com 30 que passaram logo pra cá [...] (Rio Guamá, 2019).

A fala de Rio Guamá apresenta a sua decisão de criar uma nova coordenação de base, algo decorrente do desejo de se aproximar dos pescadores e ajudá-los, e isso estaria relacionado à sua participação nos movimentos e à sua experiência de vida.

É necessário compreender que a atuação das mulheres ocorre pela tomada de consciência de que elas possuem força para construir o movimento social e que podem assumir os lugares antes ocupados pelos homens:

[...] quando meu pai morreu, eu fiquei no lugar dele, mas eu que sempre fazia tudo, só era o nome dele, mas quem escrevia, reunia era eu, claro que ele quem conseguiu lá pra localidade a coordenação e eu ajudava. Desde adolescente a gente vinha lutando juntos, na linha de frente, fui eu e meu pai fez parte dos levantes em Tucuruí, Belém, a gente ia pra conseguir as coisas pro povo. Mas hoje em dia, a gente convida, não tem quem vá, porque tudo foi conquistado com o nosso suor. Antes nós ia, andava tudo, convenciam o povo de casa em casa, quando surgiu a coordenação, tinha 17 (dezessete) sócios que a gente ia atrás, hoje eles que vem atrás, e muito pescador é por conta do benefício, que não tinha antes, a gente implorava, antes, pra eles se inscreverem (Rio Pará, 2019).

Aqui nesta localidade, não tinha coordenação, quando o Juvenal Viana (presidente na época) veio fazer a reunião tinha 14 (quatorze) sócios, e ninguém queria ser coordenador, o papai era sócio e me chamou para a reunião, e eu nem tinha documento, eu só tinha minha certidão e eles queriam eu como coordenadora[...] eles votaram em mim, eu avisei o meu marido que me colocaram como coordenadora [...] eles falaram pra mim tirar a filiação dos novos pescadores e fazer a nota do que eu precisava para eu pegar lá os materiais, aí, no outro dia, eu fui na cidade tirar meus documentos, eu tava com vontade de arrumar um trabalho para criar meus filhos e eu enfrentei o desafio, eu tenho 20 (vinte) anos de Colônia, foi no ano de 1995 que entrei (Rio Trombetas, 2019).

Eu não morava nessa localidade, vim praí depois de casada e já tinha essa coordenação, aí, depois foram me convidar para assumir pelo jeito que eu tinha de me comunicar com as pessoas, de correr atrás de muitas coisas, de não botar obstáculos nas coisas, porque quando a gente quer, a gente consegue, é capaz de fazer [...] (Rio Acará, 2019).

Fica evidente, então, que as mulheres sempre estão “por trás” de todo trabalho dos homens, ou seja, são elas que, nas reuniões, preenchem os dados, fazem os registros das atas dos encontros, tomam o recebimento e prestação de contas, entre outras atividades que não são remuneradas ou reconhecidas, mas que, de um modo geral, é dos dirigentes da Colônia, que, nesse caso, são os homens. A maioria das explicações aponta que as coordenadoras já faziam esse trabalho de registros e manutenção das reuniões da coordenação, mesmo antes de ocuparem oficialmente o cargo.

Os relatos das três narradoras a cima mostram como elas entraram na coordenação de base da Z-16, semelhante à descrição da maioria das entrevistadas, que adentraram esses espaços de coordenação, antes ocupados apenas pelos homens da comunidade ou da família, por terem a visibilidade pública da sua participação.

Além de destaque no que se refere ao gerenciamento de pessoas, as mulheres têm sido consideradas como uma vantagem competitiva para as organizações. Características como

capacidade para acomodar situações, sensibilidade para a necessidade dos outros, preocupações comunitárias, etc., antes consideradas fraquezas femininas, passaram a ser préstimos no mundo da organização do trabalho produtivo atual. Sem esquecer que as mulheres valorizam mais o trabalho em equipe, são mais perseverantes, menos imediatistas e capazes de projetar alternativas a longo prazo. Ainda, sobrevivem melhor em tempos de dificuldades, pois possuem maior abertura e flexibilidade para o aprendizado constante e aceitam melhor as mudanças (SOUZA, 2009).

Isso demonstra o empoderamento que a classe feminina adquiriu ao se inserir na atuação de igual importância dos homens, ou, ainda, até “mais importante”, como relata a coordenadora Rio Jari, que há 18 (dezoito) anos atua na coordenação dos pescadores de sua localidade: “as mulheres hoje não deixam nada a desejar nos trabalhos da pesca, porque sempre estamos dispostas a fazer o nosso trabalho”. Maneschy (2012) entende que as reivindicações de mulheres por reconhecimento de seus vários papéis econômicos, sociais e políticos tendem a significar empoderamento dos grupos no tocante e no controle dos recursos que dependem. Pois, quando elas tomam conhecimento da importância de seu papel como agentes políticos, criam e reforçam as lutas coletivas em defesa das comunidades.

Segundo Rodrigues (2012), na Colônia Z-16 encontramos também elementos da auto-organização dos pescadores, ao constituírem uma estrutura organizativa que lhes permite a participação comunitária, interligando pescador associado, diretoria e coordenadores de base, o que possibilita o exercício de decisões colegiadas e o desenvolvimento de um sentimento coletivo.

Em concordância com Pereira (2015), as Colônias de Pescadores e demais associações se transformam, em parte, em agências articuladoras com o Estado, o mercado (via criação de peixes em tanques, por exemplo) e com a captura e canalização de votos²⁸, tornando-se, também, essa entidade, um campo de experiência política de dispersão e partilha de poder pelo domínio masculino.

Figura 8 - Coordenadores e Coordenadoras reunidos.

28 O poder da colônia de pescadores em comunidades ribeirinhas está relacionado à dupla articulação que ela possibilita entre comunidade e Estado: através do acesso aos programas e benefícios oferecidos pelo Estado, novos dispositivos de “clientelismo” e, a partir disso, uma capitalização político-eleitoral em escala, local, regional e nacional, por intermédio da “pesca de votos” de associados e seus familiares. Não só a colônia de pescadores, como também as demais associações, como a Apamuc. (PEREIRA, 2015, p. 226).



Fonte: Acervo Colônia Z-16, 2001

Figura 9 - Coordenadores e Coordenadoras depois de reunião na entidade Colônia Z-16.



Fonte: Acervo Colônia Z-16, 2018.

É nítida a disparidade da presença entre homens e mulheres no movimento da pesca. Podemos testemunhar que, nos encontros, as mulheres estão em menor número, em relação ao de homens.

A figura 8 registra os coordenadores e as coordenadoras que atuam na Colônia Z-16, em um encontro da Direção da mesma, com a participação de uma das coordenadoras. Podemos perceber que a reunião é composta por um número maior de coordenadores (homens), e representa a incorporação tímida, mas não menos importante, da mulher. A figura 9 mostra

uma inserção e participação considerável das mulheres, porém, ainda não é uma atuação mais igualitária, uma vez que os cargos de dirigentes ainda são ocupados somente por homens.

Hirata e Kergoata (2007) propõem distinguir claramente os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades, que, para esses autores, é a forma de fragmentação do trabalho social, decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da ligação social entre os sexos. É modulada histórica e socialmente, e “tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva, e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc)” (HIRATA e KERGOTA, 2007, p. 599).

As associações de pescadores da Região Tocantina aumentaram mediante o compartilhamento das informações de seguridade, garantida por essa instituição, o que gerou a migração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) para as Colônias: *“eu era do sindicato e meu marido da Colônia, aí vimos que o sindicato dá garantia ao auxílio maternidade, e a Colônia tem o seguro que recebemos todo ano”* (Rio Tapajós, 2019). A certeza do recebimento do seguro defeso contribuiu para o aumento do fortalecimento dessas Colônias como entidades representativas (SCHERER, 2013).

Rio Trombetas, coordenadora desde 1997, é uma das primeiras coordenadoras da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, da comunidade Ribeirinha, com, atualmente, 308 (trezentos e oito) associados. Sobre o benefício do seguro defeso, relata: *“é um benefício muito importante, porque melhorou a qualidade de vida dos pescadores e traz renda para o município”*. Não se pode desconhecer que o seguro defeso provocou mudanças no modo de vida daqueles que vivem entre a água, a terra, os lagos, os furos, os igapós, as florestas e suas diferentes dimensões (SCHERER, 2013). A maioria dos recursos provenientes do seguro defeso é empregada no mercado local, na compra de bens de consumo, como: televisão, motor de luz, roupas, geladeiras, motores rabudos, barcos/canoas, freezers, máquinas de bater açaí, máquinas de lavar roupas, alimentos e utensílios domésticos.

Na maioria das falas das pescadoras entrevistadas, ouvimos declarações sobre a necessidade de se conquistar novos utensílios do lar, devido à demanda de consumo de alimentos industrializados e a inserção de energia elétrica em algumas comunidades. Os novos apetrechos de pesca adquiridos são, geralmente, a malhadeira e a linha de nylon para confeccionar matapi, malhadeira, tarrafas, entre outros. Com as mudanças ocorridas mediante as inovações tecnológicas, a narradora revela que: *“os materiais de pesca hoje são mais caros,*

e a tala, que era tirada do mato, está cada vez mais diminuindo, e isso faz com que o matapi fique caro” (Rio Trombetas, 2019).

Em nossa análise, isso significa que as práticas pesqueiras artesanais estão sofrendo os impactos das inovações tecnológicas e também da escassez de recursos da natureza, que fornecia matéria-prima para a confecção dos apetrechos de pesca. As “comunidades pesqueiras não podem ser consideradas a-históricas ou não são suscetíveis de mudanças diante das inovações tecnológicas, como se não houvesse transformações profundas na produção pesqueira” (SCHERER, 2013), ou seja, como a demanda pelo pescado aumentou, e, devido a problemas no contexto ambiental, social, alimentar, o seguro defeso se tornou um recurso que possibilita a manutenção das famílias, a vida dos pescadores e pescadoras do Município de Cametá, e, conseqüentemente, provoca uma procura maior, pelos pescadores, para terem acesso a esse direito social, vinculado à Colônia Z-16 de Cametá. “A resistência/r-existência ribeirinha, a qual ganhou nova expressão política e territorial a partir da década de 1990, sofreu um forte abalo com os ‘efeitos’ dos programas do governo federal, que aumentaram a dependência das comunidades em relação ao Estado, à cidade, aos circuitos ampliados de intercâmbio e troca capitalista, ao dinheiro e às novas tecnologias das telecomunicações e transportes atuais” (PEREIRA, 2015, p. 225).

No que concerne às perspectivas de garantia de proteção e medidas compensatórias, constatamos nas falas das mulheres entrevistadas, quando perguntadas sobre alguns benefícios que os pescadores possuem, que, dentre outros programas que recebem, destacam o Bolsa família:

[...] antigamente, não tinha esses programas Bolsa Família, seguro, auxílio doença, mas quando começou a sair o seguro, com apenas um ano de contribuição, todos os pescadores se associaram, e isso mudou a vida de muitos, que tiram seu sustento da pesca, e durante os quatro meses que não podemos pescar, a única renda direta é o Bolsa Família (Rio Moju, 2019).

[...] Hoje em dia, tá mais fácil botar alguma coisa pra dentro de casa, por conta desses benefícios do bolsa família, que é todo mês, e o seguro, porque é daí que muitas famílias tiram seu sustento, compram comida, bota elas (crianças) na escola, isso é de grande ajuda para o povo do sitio[...] (Rio Tocantins, 2018).

Observa-se, então, que a concessão de benefícios, como bolsa família, seguro defeso, de caráter assistenciais, são recursos primordiais para o sustento familiar, já que a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, promoveu um desastre ambiental, o aparecimento

de doenças, a diminuição do pescado na região e o êxodo dos pescadores para condições de extrema pobreza na zona urbana do município de Cametá (MMA, 2006).

Rego e Pinzani (2013) demonstraram que o programa Bolsa família contribui para o processo emancipatório feminino, transcendendo o caráter monetário, mas, sobretudo, proporcionando possibilidades de maior visibilidade na sociedade e poder de decisão dentro e fora da família, visto que esses valores ficam sob posse das mulheres, que ajudam nos gastos domésticos e materiais escolares dos filhos.

De acordo com Silva (2011), a Lei n. 10779, de 25 de novembro de 2003, dá concessão do benefício do seguro desemprego, durante o período do defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, e estabelece, no artigo 1º, a definição de pescador artesanal, como sendo aquele que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, sob a utilização da Lei n. 8.212/91.

Com a aprovação da atividade para receber o benefício, o pescador é aquele que possui registro emitido pelo Ministério da pesca e aquicultura – MPA, que deverá apresentar inscrição no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, como também o pagamento de contribuição previdenciária, comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício da previdência ou assistência social, além do atestado da colônia de pescadores a que esteja filiado, comprovando o exercício da profissão, a dedicação à atividade em caráter ininterrupto e que não disponha de outras fontes de renda (SILVA, 2011).

Esses serviços prestados aos pescadores e pescadoras são de extrema relevância, pois além da contribuição de renda, compreendemos, em seus discursos, a conscientização deles/as quanto à preservação e proteção dos recursos pesqueiros.

Quando inquiridos sobre as leis que regem a pesca no município de Cametá, afirmam que:

Todos têm que saber, desde a filiação, quando se cadastram, que têm que assumir responsabilidades, todos sabem que fecha a pesca dia 1º de novembro e abre dia 1º de março, sabem da lei, não respeita porque não quer, porque o benefício é pra isso[...] não pode capturar os peixes na desova, a gente tem o seguro pra se manter durante 04 (quatro) meses (Rio Acará, 2019).

[...] se acabar o peixe, acaba também o seguro, e já não tem muito peixe, temos que cuidar, tem gente que não tem consciência e pode prejudicar a todos, se chegarem e disserem que não tem mais seguro, é porque não preservaram, de onde vamos tirar a comida? Não tem peixe, não tem seguro (Rio Tocantins, 2018).

Entendemos que há uma profunda preocupação das coordenadoras quanto à preservação dos recursos pesqueiros para manutenção e sobrevivência dos pescadores, e que a atuação delas, frente à conscientização, é imprescindível para a subsistência das famílias ribeirinhas e de toda a região amazônica. Para Pereira (2015), a pesca envolve práticas e processos socioespaciais complexos, relações econômicas, ecológicas, culturais e políticas de apropriação e controle de espaços, movimentos e recursos.

Figura 10 - Participação das Coordenadoras em Encontro de Pescadores



Fonte: Autores, 2019.

Na Figura 10, temos as imagens de algumas coordenadoras que participaram do encontro de pescadores e pescadoras artesanais de Cametá-PA, realizado pela Z-1, que abordou o tema “Pescador artesanal: caminhos, conquistas, direitos e desafios”. Elas se envolvem efetivamente em todo o processo de lutas em prol de seu coletivo, na organização e articulações com entidades representativas, estabelecendo ciclo de reuniões ou manifestações públicas na cidade de Cametá.

Como saída, a população ribeirinha tomou a iniciativa de desenvolver ações de preservação de seus recursos pesqueiros, por meio da criação de um acordo de pesca comunitária, o que contribui para uma condição de subsistência nas comunidades pesqueiras.

A coordenadora Rio Xingu, da comunidade Ribeirinha, relata:

Faço parte de um acordo de pesca que tem lá, na localidade, desde 1997, tem esse acordo, desde o tempo do Juvenal, foi ele que fez esse acordo de pesca, que logo de início teve bastante conflito, eles não queriam aceitar, porque estavam acostumados a todo dia tá cutucando o rio,

botando malhadeira, mas depois de duas reuniões foi melhorando. Sobre as leis da pesca a gente entende um pouco, por conta da preservação. Porque no início do acordo não tinha muito peixe, e quando pegavam peixe só o dono da rede e da beira lá que ficavam com o pescado, só eles, os outros não consumia, porque não repartia no geral, depois do acordo, já partilhava todo mundo, eles não mexeram mais e foi aparecendo outras espécies de peixes, inclusive, no primeiro ano da pesca do mapará, com o acordo, foi muito bonito, até o Juvenal estava lá. Foi feito até gravação, o Irácio tem, então melhorou 100%, e dividido em partes iguais, um pouco pra cada um, e uma parte da rede e uma da comunidade. Só é vendido da rede (donos da rede), da parte da comunidade é distribuído, só vende se precisar de recurso para a comunidade (Rio Xingu 2019).

As comunidades ribeirinhas desenvolvem várias estratégias territoriais de organização social através da pesca (PEREIRA, 2015). A manutenção da sobrevivência por meio dessa atividade é uma luta cotidiana, embora seja um recurso alternativo para preservar e manter certas espécies de peixes que ajudam na alimentação e servem como renda pós-período do defeso, que não abrange todas as localidades; na pesquisa, encontramos aproximadamente 10 (dez) localidades que têm acordos de pesca²⁹. Os acordos de pesca tornaram-se uma maneira de lidar com a intensificação da pesca devido ao conseqüente impacto da usina hidrelétrica.³⁰

3.3. DINÂMICA SOCIAL DAS PESCADORAS ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ

Considera-se que a pesca é uma das atividades produtivas mais antigas, na qual o trabalho humano está inserido. E as atividades de gênero ocorrem nesse ofício desde os primórdios, sendo um fato a divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres ocupam papel importante e um tanto quanto obscurecido ao longo da história do setor pesqueiro.

As mulheres são protagonistas sociais imprescindíveis para a dinamização das atividades de pesca, uma vez que se ocupam, em terra firme, na ausência dos maridos pescadores, de questões inerentes à manutenção dos familiares, fortalecendo atividades como: pescar e plantar, além de cuidar das crianças e dos idosos, já que estes são elementos que compõem o universo familiar e estão vulneráveis, socialmente, sem o resguardo e amparo feminino. São elas que,

29 O processo de construção de acordos de pesca, desde meados da década de 1980, partiu dos próprios ribeirinhos, que buscam articulações com outras organizações sociais, como as Colônias de Pescadores, Associações de pescadores, Sindicato dos trabalhadores Rurais e IBAMA (PEREIRA, 2015, p. 219).

30 Gestão dos recursos naturais na região do baixo Tocantins através de acordos de pesca, Amazônia, Rev. Antropol. (Online) 6 (1): 7-8, 2013

mais que os homens, enfrentam cotidianamente as dificuldades da vida em terra (MANESCHY, 1995; 2000).

As mulheres estão envolvidas com os problemas que afetam o setor pesqueiro, assim como, com as grandes questões relativas à viabilidade das comunidades pesqueiras artesanais, que demonstram capacidade de resistência que, em grande medida, é consequência do papel de suporte desempenhado pelas mulheres e crianças (SHARMA, 1996).

As mulheres amazônicas e nortistas necessitam conhecer os territórios onde vivem para sobreviver, a interação delas com ciclos de maré, aliados aos ciclos lunares, as temperaturas, os períodos estabelecidos como inverno ou verão, elementos que possibilitam acessar o acervo vivencial da história natural do lugar onde vivem e, por conseguinte, apontam o ritmo daquilo que será pescado nos rios e igarapés locais, quer para alimentação familiar, quer para o comércio. Some-se a isso, a postura humilde de mulheres que transmitem, via oral, de geração em geração, conhecimentos sobre a tessitura de artefatos mediante as fibras amazônicas, como: cestos, paneiros, paneirinhos, rasas, cofos, peras, objetos confeccionados e utilizados para embalar, distribuir e comercializar a produção pesqueira (FERREIRA, 2017).

Nesse aspecto, o domínio de ferramentas e instrumentos que estendem a possibilidade do corpo e a sua capacidade de intervir na natureza permanece sob o controle dos homens, restando às mulheres o desempenho de atividades que dependam, tão somente, “da força motriz de seus corpos”, atividades realizadas “a mãos nuas” (TABET, 2014, p. 110). Exemplo disso é o caso da pesca, a qual os homens controlam em embarcações e ferramentas desenvolvidas (redes, arpas); ao passo que as mulheres atuam à beira-mar, com as próprias mãos (é o exemplo das marisqueiras).

Essa dinâmica social do mundo da pesca onde vivem as pescadoras está, basicamente, associada à atividade produtiva em que elas se inserem, tanto como produtoras quanto como mediadoras das relações familiares e das demandas políticas da comunidade.

A atividade de pesca artesanal por meio da exploração dos ambientes aquáticos locais, embora não seja a única atividade praticada pelas comunidades ribeirinhas, tem uma enorme importância na configuração dos modos de vida e processos produtivos não só das ilhas, mas de todo o Baixo Tocantins, uma vez que tem sido reconhecida como uma das principais fontes de proteínas e subsistência para essas comunidades. Territorialmente, a pesca, como prática cultural das famílias que moram nas ilhas, configura-se como uma atividade que envolve uma combinação lógica de diversas práticas sociais da vida cotidiana, pois quase sempre é praticada de forma consorciada com outras atividades, como a agricultura de várzea, a caça e o extrativismo vegetal, particularmente com extração do açaí (SILVA, 2010, p.3).

Os modos de vida são caracterizados mediante as demandas que a população ribeirinha assume com o meio ambiente, a pesca geralmente acontece durante a semana, sendo sempre incerto se vão conseguir o pescado para a subsistência. Podem pegar o peixe suficiente para a alimentação diária, assim como podem não o trazer para casa, tendo que comprar do vizinho o que restou de sua pescaria, ou, ainda, quando esta não está favorável no rio, os pescadores procuram pescar nos furos ou igarapés para garantir o peixe na mesa: “Às vezes, não tem nada de peixe pra comida, mas a gente vai revistar pelo menos a taboca, o Aroldo (marido) tira peixe do poço, nem que seja só para a criançada” (Rio Guamá, 2019). É certo que o peixe representa um consumo diário entre as famílias ribeirinhas, por elas terem acesso às vilas que vendem peixe de geleiras ou ao peixe fresco, que é vendido por pescadores da localidade, que, de porto em porto, oferecem o produto de sua pescaria. A certeza é que pescadores necessitam da pesca para garantir sua sobrevivência.

Contudo, faz parte da cultura do pescador sair diariamente para realizar o trabalho da pesca, o que variam são os horários, que dependem da maré ou, ainda, das fases da lua. Os pescadores do Baixo Tocantins têm suas tradições de pescaria e também a presença de ligações míticas com o rio que navegam. Nessas travessias diárias, entre rios, furos e margens, encontramos as lendas que fazem parte do imaginário amazônico, que são transmitidos de pais para filhos, tais como: a lenda do Boto, da Cobra grande, da Iara, entre outras. Envolvem a produção e observância de crenças religiosas em forças mágicas da natureza (encantados, panema, reima, lendas, etc.). As mulheres não pescam quando estão no período menstrual, não tomam banho no rio, são tradições transferidas de geração para geração, apesar de já estar perdendo espaço para as novas demandas capitalistas (acesso ao conhecimento), todavia, em algumas localidades essas crenças ainda resistem.

Existe também a crença religiosa de se fazer uma festa em agradecimento pela pescaria do ano. Os pescadores se reúnem nas comunidades e celebram em agradecimento ao santo padroeiro de sua localidade, pedem fartura e a preservação do peixe, principal fonte de alimentação durante o ano. Além das implicações religiosas, há, segundo Furtado (1993), as de caráter mágico, que envolve a presença de entidades que governam e habitam o fundo dos rios, dos lagos e igarapés, ou bicho do fundo, e as encantarias no Baixo Tocantins, tudo isso já faz parte de um acervo da cultura popular.

Nessa performance do universo pesqueiro, também, podemos identificar o cultivo agroflorestal do açaí (HIRAOKA, 1993) e exploração dos recursos naturais para a subsistência. Outrossim, essas populações ribeirinhas fazem uso e confecção de diversos materiais artesanais

de pesca, como a malhadeira, matapi³¹ de camarão, linha de anzol, tiradeiras, arpões, espinhéis, pari³², paneiro, etc. E utilizam também algumas práticas de caça de animais; coleta de cacau (*Theobroma cacao*), de andiroba (*Carapa guianensis*), miriti (*Mauritia flexuosa*), ingá, manga (*Mangifera indica* L.), inajá, taperebá (*Spondias mombim*), e, ainda, o cultivo de plantas e hortaliças; a criação de animais, como: porcos, patos e galinhas. É usada a atividade de criação de peixes em cativeiro, em poços às margens dos rios.

Sobre a situação da pesca no Baixo Tocantins, comparando o período anterior e posterior ao barramento do rio pela UHT³³, que afetou os recursos que constituíam a base da produção física e social das comunidades ribeirinhas, diminuiu o pescado, aumentou a salinização da água, queda vertiginosa na quantidade de nutrientes, e, ainda o fato de que muitas comunidades ribeirinhas foram alagadas com a água da barragem, degradou o meio ambiente com o aumento da poluição dos rios, forçando as populações a abandonarem suas moradias e migrarem para as cidades, aumentando a demanda alimentar pelo pescado, a pesca se reconfigura, e as pescadoras do Baixo Tocantins buscam novas alternativas de exploração dos recursos naturais, mesmo diante das adversidades impostas, seja pelo desenvolvimento tecnológico, seja pela ação destrutiva ao meio ambiente, gerada pelo avanço do capitalismo. Mèrona et.al (2010) constata que, “após o barramento do rio, para que os pescadores pudessem manter aproximadamente a quantidade de peixe suficiente à demanda local, incluindo autoconsumo, foi preciso mais tempo dedicado à pesca”.

As áreas ribeirinhas propiciam também o agroextrativismo, mediante seu uso para a subsistência local; além da produção do pescado, o consumo e comercialização do açaí são práticas comuns entre as comunidades ribeirinhas.

Conforme os estudos de Hiraoka (1993, p.144):

O açaí tem muitos usos econômicos. Juntamente com a farinha de mandioca e o peixe, o vinho do açaí é um ingrediente básico na dieta da população rural. Como a fruta é produzida anualmente, durante o período de 6-7 meses, e os troncos são usados para cercas, material de construção das casas rurais, ou combustíveis para as olarias. Depois de extraído o vinho, o resíduo da fruta, que consiste no pericarpo e semente, serve como ração para porcos e aves. Quando desintegrado, o mesmo material se converte em um solo orgânico de alta fertilidade. As frondes são empilhadas na base da planta e servem como adubo orgânico.

31 Instrumento construído artesanalmente com tala de jupati, serve de armadilha para prender o camarão dentro dele.

32 Instrumento construído artesanalmente com tala de jupati, serve para represar a água até a vazante do igarapé.

33 Os estudos foram realizados três anos antes do fechamento da barragem (1980 a 1982), de Itupiranga a Cametá, e logo após o fechamento das comportas da barragem (1984) (MÈRONA et. Al, 2010).

Juntamente com o peixe, o vinho do açaí constitui a base alimentar dos pescadores e, ainda, sua comercialização no período do inverno, quando o valor é elevado para complementar a renda desses sujeitos. Ao se refletir a importância do açaí como um dos alimentos principais e fonte monetária, nota-se, também, que todas as famílias possuem pelo menos uma agroflorestal com essa palmeira (HIRAOKA, 1993). O insumo desse fruto serve também como alimentação de porcos e o estrumo para a plantação de hortaliças e mudas frutíferas, cultivadas pelas pescadoras que plantam nas mediações das casas para o consumo. A utilização de frutas amazônicas como ingá, arará, jambo, goiaba, jacaíaca, entre outros, é comum.

Quanto ao manejo de açaí, este ocorre de acordo com as necessidades familiares, sendo perceptível sua importância econômica, por meio da paisagem, cada vez mais homogênea, um processo conhecido como açaiização da paisagem (HIRAOKA, 1993).

Todas as práticas de criação de animais e plantação de hortaliças e mudas frutíferas são atribuídas, geralmente, à ação das mulheres pescadoras em suas múltiplas práticas de trabalho, fazendo uso de diversos recursos extraídos da natureza para a sua subsistência, que depende diretamente da conservação dos recursos naturais.

As condições de vida das pescadoras do Baixo Tocantins não se resumem às formas de organização do trabalho domiciliar, e na pesca há também forte influência religiosa no seu cotidiano, em sua maioria, da religião católica, em que as pescadoras frequentam cultos aos domingos, missas, rezas, círculos bíblicos e reuniões da comunidade, normalmente depois das atividades de pesca durante a semana. Elas se inserem no contexto social e contribuem com a formação cultural, com a identidade ribeirinha e a ação religiosa, pois, muitas desempenham papéis de líderes nas pastorais da comunidade, de coordenadoras, de professoras de catequese, na ação litúrgica e cantos católicos, assim, também, como as evangélicas e protestantes, que têm forte presença nas comunidades cristãs.

As festividades cristãs fazem parte da riqueza cultural deste município cametaense, junto à culinária, às danças, como: siriá, carimbó, banguê do Rosário, etc. Esses sujeitos reinventam a tradição que ainda resiste, como as festas comunitárias que ocorrem anualmente em diferentes localidades, possibilitam a troca de experiências e proporcionam a interação e relações de saberes.

De acordo com Santos (2017), além dos festejos nas comunidades ribeirinhas, outros momentos importantes se transformam em lazer, são os festivais, que privilegiam a produção do período, como o Festival do açaí, Festival do camarão e Festival da farinha, que animam a comunidade, que tem também o rio como espaço fundamental de lazer.

É a partir das lideranças em comunidades cristãs e da participação nas coordenações de base da Z-16 que as narradoras se envolvem nas organizações e lutas sociais, das quais são protagonistas, atuando nos processos reivindicatórios, de negociação, ajustando esse vínculo em espaço social, que imbrica sistemas relacionais afetivos que sociabilizam, relacionam, reinventam e fortalecem suas lutas.

CAPÍTULO IV: SEXUALIDADE E TRABALHO PELAS VOZES DAS COORDENADORAS DA COLÔNIA Z-16

Neste capítulo, iremos centralizar a discussão acerca da sexualidade e trabalho, mediante as vozes das mulheres pescadoras – coordenadoras da Colônia Z-16. Fazemos uma análise sobre trabalho e sexualidade, a partir dos relatos das participantes da pesquisa a respeito de suas trajetórias de atuação na Colônia Z-16 de Cameté/PA.

4.1. ANÁLISE DOS DISCURSOS DAS PARTICIPANTES

Percebemos, nas falas das narradoras, que a sexualidade feminina é contornada pela proibição, censura e controle impostos por um modelo patriarcal e pela religião, proporcionando um silenciamento sobre a sexualidade.

Nas narrativas a seguir, as entrevistadas declaram como viveram reprimidas, no que se refere ao amor e à sexualidade:

[...] não tive uma infância fácil, porque não tinha liberdade [...] quando chegava na parte do namoro a gente tinha que namorar escondida, eu e minhas irmãs, porque papai não deixava. Pra eu me juntar com o meu marido, eu fugi aos 16 anos, na frente, tinha minhas irmãs que queriam namorar, sair pra festa, mas não podia, uma já tava com 15 (quinze) anos e a outra com 20 (vinte). Elas tinham que namorar escondido do papai, no mato, e meu irmão quando via, ele contava pro papai e elas apanhavam muito. Pra elas se juntarem, tiveram que montar uma estratégia, elas combinaram com os rapazes, né, que elas namoravam, pra eles irem pedir elas, isso foi ideia de uma amiga [...] na hora que foram em casa pedir, eles falaram que já tinha acontecido o sexo, porque se não falassem, papai não ia liberar elas, e mesmo assim ele não liberou, fez elas casarem, as duas, no mesmo dia (Rio Guamá, 2019).

[...] nós era presa. Quando a gente queria ir pra festa, tinha que escolher só uma festa no ano, nem que fosse no lado da casa. Tinha o círio lá na localidade, tinha que escolher ir na véspera ou no dia do círio. Não ia mais nenhuma noite, só se a mamãe levasse, a gente tinha muita vontade de sair, de ter a liberdade de namorar (Rio Trombetas, 2019).

Na vida de sorterice, era muito rígido aquele tempo, não é como agora, mamãe não deixava nós sair pra canto nenhum [...] (Rio Jari, 2019).

De acordo com as narrativas delas, a fuga, ou o casamento, era a saída para se ter liberdade sexual, a moral da virgindade era válida para as mulheres, a “moça” de família se mantinha como modelo de mulher para possibilitar um “bom casamento”, e, para garantir a

pureza das jovens mulheres, era comum que as informações sobre o sexo chegassem a elas marcadas por censuras, reservas, silêncios e preconceitos. Esse foi o contexto da época vivida por várias entrevistadas, que foram educadas por pais extremamente conservadores e dominadores. Reich (1930) trata o casamento como uma relação baseada em necessidades sexuais. Do ponto de vista moral, oficial, a relação sexual só pode ser exercida no casamento, o que associa à sexualidade interesses econômicos diversos, como a transmissão da herança.

A repressão que essas pescadoras viveram foi reflexo da educação conservadora, que condicionava e mantinha certo controle sobre os desejos das jovens, cujos pais determinavam um conjunto de normas e condutas a serem seguidas. A história mais primitiva da humanidade foi feita pela sociedade matriarcal, em que não se via esse modelo de repressão da sexualidade. Porém, a modernidade construiu uma sociedade de domínio patriarcal, com ênfase no casamento monogâmico, que serviu para desenvolver traços em uma coletividade assinalada pelo autoritarismo e um sistema social baseado na exploração e dominação da mulher.

Nos discursos das mulheres entrevistadas, vimos como a mãe servia para perpetuar essa relação de dominação e como nas relações familiares havia muita hostilidade com relação à emancipação da filha, ou seja, da mulher, que, deliberadamente, era oprimida. Para Beauvoir (2017), comumente, as mães respeitavam o esforço que o adolescente (masculino) fazia para se tornar homem e, desde logo, dava-lhe liberdade e o estimulava para iniciar sua vida sexual. Por outro lado, da mulher se exigia que ficasse em casa, fiscalizavam suas saídas, não a encorajavam, em absoluto, a escolher seu destino, não permitiam que se divertisse, que tivesse possibilidades de prazeres e de descobertas do corpo e da sexualidade. Para o pai, a sexualidade estava associada ao matrimônio e à procriação. Por sua vez, as mães das mulheres entrevistadas eram as que assumiam o papel social de reprodutora da lógica machista, pois não apoiavam as filhas nas tomadas de decisão sobre suas vidas, ao contrário, estimulavam-nas e orientavam-nas a assumirem um papel passivo na relação amorosa e familiar.

Todo esse ciclo de dependência e controle do corpo da mulher pode ser bem compreendido na fala de Leonor Farias:

No antigo³⁴, a mulher tinha direito em nada, a mãe da gente falava pra nós não se meter com homem, que não podia fazer as coisas (sexo) cedo, porque dá feita que a mulher faz (sexo) a primeira vez, ela fica sem valor, o valor dela perde, e eu fiquei com isso na cabeça, e foi por isso que casei com 29 anos. Era presa e mamãe falava: presta bem atenção no que vou falar pra vocês, se vocês arranjam homem, seja

34 Refere-se ao passado, quando viveu sua juventude. Nos dias atuais, há mais reconhecimento do direito das mulheres e da necessidade do tratamento igualitário.

qual for, vai ser só ele, até no fim da vida de vocês (nós fomos criadas desse jeito). Agora as meninas mesmas podem escolher o que quer, pra namorar, antigamente, tinha que falar pra mãe, porque ela vigiava a gente, senão a gente apanhava, a gente tinha muito medo (Rio Pará, 2019).

A narrativa acima indica dois elementos importantes, fluidos, ainda, da relação amorosa; de um lado, a mulher que realiza práticas sexuais fora do casamento, perdendo, assim, o valor no mercado matrimonial; e, do outro, o medo que cerca a vida dela, impedindo-a de emancipar-se do jugo da mãe e do pai.

Todavia, a adolescência e a juventude são sublinhadas pelas transgressões dos sujeitos e pela busca do sentido da vida e da possibilidade da construção de projetos vitais, distanciados do modelo materno e paterno (familiar). Isso caba gerando os conflitos intrafamiliar, essas perturbações na puberdade e na adolescência, como os confrontos com os pais, etc., E quando se trata das mulheres, os pais consideram que o casamento é a solução para esses “problemas de comportamento”. No caso dos homens, os pais julgam que vão amadurecer quando assumirem responsabilidade, quer pelo trabalho, quer pelo casamento.

Reich (1930) afirma que em nenhum campo a ideologia conservadora conseguiu influenciar tanto a sexologia como no da sexualidade na adolescência, reconhece que a puberdade significa, por definição, a entrada na maturidade sexual. E todo embate sexual da juventude resulta da castidade que lhe é imposta pela sociedade. Seguindo as análises propostas por Reich (idem), nas nossas sociedades, a adolescência é um período de perturbações psicológicas, de combates familiares e de problemas escolares. Os pais ignoram, ou fingem ignorar, com um misto de hipocrisia e de boa fé, as causas desse “comportamento” estranho que se abate sobre os filhos, entre treze e dezoito anos, preferem tratar isso com repressão e controle.

A liberdade sexual da juventude significaria o fim do casamento. Os entraves postos à vida sexual dos jovens têm por fim levá-los a desejar o matrimônio. E é por essa razão que o transtorno da puberdade, ainda hoje, está ligado ao problema do casamento.

Boff; Muraro, (2010, p. 223), ao analisar o sistema econômico, afirma que este “fabrica” a sexualidade e a coloca a serviço da perpetuação da desigualdade de classes. Logo, como fabrica a sexualidade primária da criança, a sexualidade adulta é consequência diretamente determinada por ela. Ainda, declara que uma sexualidade infantil de classe antecede uma sexualidade adulta, também de classe. O nosso corpo é o instrumento – a máquina – que faz o sistema funcionar, e a nossa sexualidade é o seu combustível.

Nesse cenário, Bof; Muraro, (2010) sonda a sexualidade de homens e mulheres camponeses: à medida que a classe social vai baixando de *Status quo*, as punições são cada vez mais graves, tanto para homens quanto para mulheres, na área da sexualidade e do trabalho. E a mulher camponesa é a mais oprimida de todos, porque, no campesinato, as sanções para a mulher são as mais pesadas, o modelo de controle do corpo da mulher é mais rígido.

Na classe burguesa, a família é muito mais centralizadora, porque é o lugar da concentração do capital. Por outro lado, na classe camponesa e operária, a família é o lugar da produção e da reprodução da força de trabalho:

Então meu convívio foi esse, de trabalho duro [...] Sobre a escola, quando nós ia estudar, quando chegava em casa, às vezes não tinha nem a boia, aí nós caía pro mato, tinha uma mangueira grande lá atrás de casa, quando chegava em casa, mamãe não deixava comer com a farinha porque era pouca, aí tinha que regrar aquela farinha, porque nós era muito. Ou, às vezes, a gente chegava da escola e ia apanhar açai, a metade ia gapuiar, ia vê se arrumava a boia pra se comer, aí foi se tornando mais difícil e nós paramos de estudar, para botar comida pra dentro de casa, eu e a Bethe (irmã) que chegamos até o 3º ano, a outra ainda foi pra Belém e concluiu o 2º grau, o resto parou, só tem um irmão que é professor, o Pedro, a Joana e Izabel[...] Olha nós sempre trabalhava em grupo, meu pai e minha mãe, no verão era Ilha, no rio, no inverno na roça, na nossa família tinha 14 (quatorze) filhos, só o caçula estudou, e nós trabalhava no terreno do outro, porque a gente não tinha mato, nós trabalhava no terreno do Luduvico (Rio Jari, 2019).

[...] parei de estudar porque engravidei, depois que arrumei marido, a gente tinha que trabalhar para conseguir nosso lugar pra morar e sustentar os filhos (Rio Tocantins, 2019).

Nas relações estabelecidas entre as mulheres pescadoras e a realidade ribeirinha, trabalho e sexualidade se entrelaçam, pois, como podemos observar nos trechos acima, o que caracterizava a organização familiar era o trabalho, que, inclusive, sobrepunha-se à educação escolar. Outrossim, ao assumirem práticas sexuais fora das ordens designadas, abandonavam a escola e casavam para sustentar os filhos, novamente o trabalho e a sexualidade se colocam na mesma esteira para essas mulheres, contudo, deixam de ser vigiadas e controladas pelo pai, e passam a ser monitoradas pelo marido, não apenas ao que se refere à sua sexualidade, mas também à sua força produtiva no interior da organização familiar.

Segundo Ferreira (2017), a subordinação das mulheres está relacionada inclusive com o controle sobre a capacidade reprodutiva que portam em seus corpos. O processo de produção dos seres humanos tem como dimensão constitutiva a reprodução biológica, cujas formas

particulares só podem ser compreendidas à luz da totalidade das relações sociais de produção e reprodução (TABET, 2014; OLIVEIRA, 1984 apud FERREIRA, 2017). O que significa, portanto, que o corpo que reproduz, sua sujeição e controle, constitui uma base material em torno da qual se estrutura a exploração-dominação e apropriação das mulheres – um processo plenamente social e histórico, mediado, na formação social capitalista e patriarcal, pela intervenção do Estado.

A autora pontua:

Na classe operária, a família tem também a função de ser o lugar de reprodução da força de trabalho. Isso nos revela que a família toma um papel mais determinante na sociedade de classe, pois é dentro dela que homens e mulheres se enraízam na sua classe social. Há dois níveis ou modalidades de apropriação estabelecidas pelas relações de sexagem: a apropriação privada, no contrato de casamento; e a apropriação coletiva, a qual estabelece a disponibilidade do conjunto das mulheres aos homens, ainda que fora do marco das relações diretas interpessoais de apropriação. (FERREIRA, 2017, p. 36).

É, igualmente, na família que a sociedade patriarcal e de classe se articulam no real cotidiano, o status da mulher dentro da família é inferior em relação ao do marido. Dessa forma, pela fabricação da sexualidade, podemos perceber as inter-relações concretas entre patriarcado e sociedade de classe, e concluir que para erradicar esta, será necessário eliminar, também, o patriarcado.

Consoante Reich (1930), sexualidade é vital. É vida na relação com nosso próprio corpo, trabalho, amigos e "vida amorosa". Tem implicações "físicas, emocionais e sociais". Segundo esse autor, a construção da vida, da nossa sexualidade, ocorre no interior de uma sociedade excludente, que dificulta o acesso a direitos sociais, tais como: educação, saúde, habitação, transporte e trabalho, condições para uma vida plenamente realizada em nível individual e coletivo, circunstâncias para o exercício de uma cidadania plena. Em nossa sociedade, com discriminações de gênero (masculino e feminino), étnicas e econômicas, a relação das mulheres com o corpo e com a sexualidade costuma acontecer por meio de muitos conflitos e repressão social.

Paralelamente, contemplamos dois modos distintos de liberdade sexual, aquela de tempo conservador, que a maioria das entrevistadas com maior idade viveram, e a outra, a qual as pescadoras mais jovens vivenciaram numa outra relação familiar, em que tiveram mais liberdade para viverem suas sexualidades, o que se evidencia no discurso da coordenadora:

Minha infância foi tranquila, estudei desde pequena, não tive que escolher entre trabalho e estudo, como muitas outras mulheres, [...] tinha liberdade pra sair, namorar, meus pais deixavam, o meu primeiro casamento não deu certo e eu arrumei outro marido que tinha mais companheirismo (Rio Araguaia, 2019).

A liberdade que a coordenadora relata é vivenciada em tempos atuais, diferente das experiências que tiveram Rio Jari, Rio Pará e Rio Araguaia. Essa mudança de concepção sobre o controle da vida e da sexualidade das mulheres camponesas possibilita a elas um poder de tomada de decisão sobre seu corpo, suas vidas, seu trabalho e maternidade, que, conseqüentemente, também aparece em outras esferas da vida social e familiar: *depois que eu tive marido, eu não deixei que meu marido mandasse nas minhas vontades, eu continuei os estudos, porque temos que ter o mesmo direito, e hoje lutamos por essa liberdade, embora ainda exista muitos limites...* (Rio Araguaia, 2019). Na manifestação da entrevistada, concebemos outra moral sexual e amorosa. Em nossa análise, isso é reflexo da revolução sexual que eclodiu no Brasil na década de 1960/70, com a chegada da pílula anticoncepcional, com a organização dos movimentos feministas e com a participação da mulher no espaço público³⁵.

Para Giddens (1993), essas mudanças, também, dizem respeito a uma exploração das potencialidades do “relacionamento puro”, um relacionamento “ideal”, com igualdade sexual e emocional, explosivo em suas conotações em relação às formas preexistentes de hierarquia de poderes na sexualidade.

A entrevistada Rio Araguaia é a única coordenadora com nível superior, e sua atuação na Colônia Z-16 abriu oportunidades para outras mulheres voltarem a estudar:

[...] ser coordenadora foi uma coisa muito boa em minha vida, tipo de conhecimento, de conhecer pessoas novas, de vários níveis sociais, uma coisa que eu aprendi muito foi interagir com as pessoas, então esse trabalho pôde me proporcionar outro estudo, eu só tinha o ensino médio e eu entrei na universidade por conta do recurso do trabalho como coordenadora, eu ganhei respeito e informação, melhora de vida e conhecimento muito grande (Rio Araguaia, 2019).

35 Alzira Soriano foi a primeira escolhida pelo povo para um cargo executivo no país – quando mulheres nem sequer tinham o direito de votar. Em 1928, Alzira, viúva e mãe de três filhas, conquistou 60% dos votos e em 1º de janeiro do ano seguinte foi empossada prefeita de Lajes, no Rio Grande do Norte. Foi a primeira mulher da América Latina a assumir o governo de uma cidade, segundo notícia publicada, na época, pelo jornal americano “The New York Times” (<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/11/80-anos-antes-de-dilma-alzira-soriano-abriu-espaco-feminino-no-executivo.html>).

Segundo a entrevistada, toda sua vida teve uma significativa mudança em relação a de outras mulheres camponesas, em virtude de ter tido acesso à educação formal, e, em especial, ter chegado à Universidade³⁶. Podemos constatar que essas pescadoras vêm se fortalecendo e desenvolvendo outras habilidades para adquirir autonomia, não apenas econômica, mas também sexual. E um dos caminhos para essas conquistas está relacionado aos estudos, ao acesso e garantia de permanência na educação formal, na criação de políticas públicas que inclua a educação escolar como direito social a essas mulheres pescadoras na Amazônia.

Para nós, a universidade é um espaço de apropriação e reelaboração de saberes, normas e valores, sendo, por isso, caracterizada pela excelência de produção de discursos críticos e de uma compreensão analítica da realidade, que se articula com a ampliação da luta por direitos sociais negados à população menos favorecida. Deve oferecer uma educação para a realidade do campo, que possibilite a apropriação e criação de conhecimentos para os indivíduos, mediante o domínio da leitura e da escrita, inclusive, formando um cidadão capaz de se inserir criticamente no universo social da própria leitura e da escrita, agindo numa perspectiva transformadora.

Nesse panorama, a trajetória da entrevistada na Universidade proporcionou-lhe um processo de empoderamento e colabora diretamente para a sua atuação propositiva dentro da Colônia de pescadores Z-16.

Nessa linha de análise sobre os papéis desempenhados na esfera pública da Colônia Z-16, perguntamos às mulheres pescadoras: Qual o papel da Colônia na vida dos homens e mulheres que vivem da pesca? Notamos, nos discursos das pescadoras, que elas reconhecem a importância da organização coletiva, no sentido de criar instrumentos de luta e de reivindicações, especialmente no que se refere às providências quanto à concessão da aposentadoria e aos benefícios, e à ajuda mútua que dispõem para ajudar os pescadores.

[...] para mim é muito importante ser além de pescadora, coordenadora, por conta do conhecimento, no começo era difícil porque não sabia como funcionava (o trabalho de coordenadora de base), mas depois veio o conhecimento, a gente aprende nos levantes, reuniões, a atender o povo, viajei muito, conheci pessoas, além de que, quando chega a manutenção da carteira da SEAP, a gente faz tudo pra dar certo, pra conseguirem algum benefício, nós somos a ponte na Colônia, o pescador vai lá com tudo certinho, a documentação, porque nós ajudamos eles, os pescadores, a se organizar. [...] (Rio Guamá, 2019).

36 Licenciatura Plena em Pedagogia.

Além disso, identificamos que a participação das mulheres nas reuniões, ao mesmo tempo em que amplia o contato com outros agentes, além da família, rompe com o modelo hegemônico no qual ocupam lugar somente na reprodução do grupo doméstico, enquanto os homens participam dos processos produtivos e externos à família (NEVES; MOTTA-MAUÉS, 2013). Ou seja, as mulheres têm um protagonismo importante na organização da Colônia.

[...] me sinto importante no meu lugar, por conta do conhecimento que a gente tem dentro da Colônia, e o povo reconhece, e procuram a gente, lá em casa, eu não tenho 2 minutos de sossego, eu tando lá, ou é pessoalmente ou é no telefone, levo até tarde ouvindo, avisando o outro, dá até dor de cabeça fazer tudo.[...] Mas eu tenho um conhecimento enorme com todo mundo, aqui e lá fora, isso me permitiu conhecer outros lugares, pessoas, aprender algo diferente, a gente se desenvolve muito se misturando por aí com as outras pessoas, no município conheço tantos lugares, é diferente, a minha irmã, olha, ela já estudou tudo, é formada, já tá fazendo outro curso, e eles não têm o conhecimento que eu tenho, eu ganho eles, e só tenho até a 8ª série, pra fazer as coisas, elas falam que se admiram de mim. Eu já tenho outro conhecimento lá na frente, já tenho na cabeça as coisas, pela vivência, viagem, planejamento que fazia. Eu cheguei a essa definição porque eu me meto nos movimentos comunitários, na Colônia. Sou da liturgia na Igreja. (Rio Pará, 2019).

Para as mulheres que participaram das reuniões, o reconhecimento do aprendizado adquirido nesses eventos é perceptível. Em seus depoimentos, elas valorizam o papel que assumiram em um espaço hegemonicamente masculino, mantido, principalmente, por uma direção masculina. Aqui, a educação se processa pela troca de experiência, distancia-se da educação formal e se dá pela educação popular. Nesse âmbito, precisamos também apreciar os saberes da experiência que são produzidos na troca e na vivência coletiva nos movimentos sociais, e que vão além das teorias acadêmicas e dos livros didáticos. É um conhecimento que se constrói na vida e na luta diária.

Dessa forma, as pescadoras, por intermédio de sua participação na coordenação de base, tornam-se agentes históricas carregadas de saberes e de experiências, que reconstróem suas presenças ativas na luta, e as suas práticas cotidianas produzem saberes, apontam para a compreensão de formas coletivas de ação, no trabalho e na relação social.

Quanto às suas atuações na coordenação de base, obtivemos as seguintes opiniões das entrevistadas:

Eu me sinto bem feliz, porque, além de ajudar, a gente é ajudada, daqui tiro meu sustento, e ainda ajudo os mais carentes, porque cada lugar tem uma carência, têm pessoas que, antes da Colônia, não sabiam vir aqui

na cidade, eu que trago pela mão, venho fazendo tudo para ajudar, pra levar no INSS, buscar seu direito, e é esse meu serviço, ajudar os pescadores (Rio Tapajós, 2019).

Olha, é importante para minha vida, porque é meu trabalho. E esse trabalho é para ajudar as pessoas do meu local, da minha comunidade (Rio Trombetas, 2019).

Eu acho uma importância muito grande, por ser mulher, porque lá nunca teve coordenadora (na sua localidade), e por ajudar muita gente, às vezes as pessoas chegam para pedir informação, eu tô disposta a ajudar os pescadores [...] (Rio Amazonas, 2019).

Vemos, nas explicações das mulheres pescadoras, que sua atividade de coordenação (liderança popular) está atrelada ao “cuidado com o outro”, à “ajuda aos mais carentes”, logo, temos o trabalho feminino relacionado aos aspectos afetivos da relação humana. Revelam a importância do vínculo com o outro, evidenciam que, na vida comunitária, dependemos uns dos outros, que é relevante a preservação das relações de ajuda mútua no grupo social em que vivem.

Eu acho uma importância muito grande, principalmente por ser uma mulher, porque lá nunca teve coordenadora, e de ajudar muita gente, às vezes as pessoas chegam para pedir informação, eu paro de fazer qualquer coisa na casa e vou ajudar, não deixo esperarem, que toda hora chega gente. Durante eu tá com boa vontade, vou tá trabalhando, o dia que eu não der certo eu entrego e fico só como pescadora, porque não vou prejudicar ninguém (Rio Acará, 2019).

Entendemos que as entrevistadas destacam, em seu depoimento, a disposição de lutar, o que, para elas, se constitui em um processo de emancipação. A dimensão de seu papel, contudo, parte de uma ação dialógica, em que os sujeitos se encontram para transformação do mundo em colaboração (FREIRE, 2015). Os embates, mobilizações e organizações das pescadoras se fazem presentes na atuação enquanto coordenadoras de base, uma vez que essas mulheres estão sempre buscando estratégias possíveis para estabelecer e unir lutas para outros interesses populares. A partir desse depoimento, é possível percebermos que o engajamento político e social pode possibilitar a aprendizagem.

Ademais, constatamos que as coordenadoras ocupam um espaço preponderante na esfera da produção, inclusive decisões relevantes quanto à relação matrimonial. Elas reconhecem a importância de seu papel na vida conjugal e comunitária.

Eu já saí pra participar, e ele nunca me julga por isso, até quando não dá pra eu participar, ele vai no meu lugar, nos encontros por aí, e eu, por isso, pelo meu trabalho na Colônia, não me sinto mais importante que ele, pra mim é um trabalho normal, que dá pra levar a vida (Rio Xingu, 2019).

Não atrapalha, ele é muito parceiro, ele ajuda na reunião, e meus filhos, eu tô encaminhando do mesmo jeito, vão ajudando, na casa, na comunidade, vou mandando, eles ajudam na assinatura, toda família (Rio Acará, 2019).

A família é tudo, é importante para nossa vida. O casamento é importante, porque pelo menos a gente é respeitado, tem mais compromisso, por isso acho importante (Rio Pará, 2019).

As entrevistadas mencionam a família como elemento crucial nesse processo de disponibilidade para o trabalho na coordenação de base. Elas revelam como o papel de coordenação, assumido pelas mulheres, tem repercutido na dinâmica familiar, nas questões conjugais, bem como na educação dos filhos. Os companheiros, maridos, namorados, reconhecem a tarefa relevante que essas mulheres desenvolvem na Colônia, e como contribuem para o fortalecimento da organização política que colabora, diretamente e indiretamente, para a vida dos pescadores e pescadoras na região Tocantina.

Na Figura 11, registra-se o Encontro dos povos das águas dos rios do Baixo Tocantins por uma agenda de lutas contra os impactos socioambientais da implantação da Hidrovia Tocantins-Araguaia³⁷, realizado no mês de novembro do ano de 2019, no município de Cametá-Pa. Para GOHN (2011, p.336), os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas, atuam em redes, elaboram ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social.

Figura 11 - Mulheres militantes

37 As obras previstas para o rio Tocantins têm como objetivo torná-lo navegável todo o ano em trechos onde hoje ele não é. Envolve processos de dragagem e derrocamento, em trechos, tanto à montante quanto à jusante, do reservatório da Hidrelétrica de Tucuruí. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental da obra, o empreendimento é dividido em três trechos: a) entre os municípios de Marabá e Itupiranga (52 km de dragagem); b) entre Santa Terezinha do Tauiri e a Ilha de Bogéa (derrocamento ao longo de 35km); e, c) entre os municípios de Tucuruí e Baião (dragagem ao redor de 125 km).



Fonte: Autores, 2019.

Nota-se, nas exposições, que as coordenadoras veem a militância como algo significativo. Destacam vários aspectos fundamentais para a manutenção da sua forma de atuar na vida comunitária e na organização política, entre eles: a família, os filhos, a independência financeira, a função familiar e conjugal, difundidas pela sociedade patriarcal.

No que diz respeito à atuação das mulheres no trabalho produtivo, as entrevistadas arrolam para a existência de discriminação, principalmente, nos cargos de direção, como o de presidente, secretária, tesoureira, apesar das pescadoras serem a maioria dos associados da Z-16.

Quando questionadas sobre as dificuldades de agirem na direção da Z-16, as coordenadoras relatam os obstáculos que encontraram em sua atuação e a tensão presente quando os subordinados são homens.

Deduzimos, nas descrições, que o trabalho no espaço público não é fácil para as mulheres, uma vez que sempre empreenderam nos bastidores, orientando seus parceiros, organizando tudo para que eles pudessem aparecer no controle, restando a elas o desempenho de atividades dedicadas ao domínio privado, sendo criticadas logo que se mostram ou falam mais alto.

Consideramos que há uma visão conservadora sobre a atuação feminina na Z-16, marcada, ainda, pela concepção de que as mulheres são inferiores aos homens, isso não apenas sob o olhar masculino (associados), mas, da mesma forma, na concepção das próprias associadas da Colônia, como podemos contemplar nas alegações a seguir:

Muita gente não vê a função da mulher como essencial, só tem 10 (dez) ou mais coordenadoras, no geral é mais homem. Eu acho que deveria ter mais preparação, tipo um curso, porque, às vezes, a gente se acha incapaz, mas se tivesse um curso ia melhorar, para ter mais conhecimento das coisas, se tivesse um curso ia ser melhor, e também mais oportunidade, olha, eu acho que tem muitas pessoas se aposentando e que também estão há muito tempo na coordenação, com idade avançada e deveriam abrir vaga pelo trabalho que dá, demanda de tempo e disposição, saúde para aguentar, tem que se desdobrar para fazer as coisas, preencher formulários, separar,[...] nas reuniões tem que ser ativo, e dava oportunidade para outras mulheres, para os jovens filhos de pescadores...(Rio Acará, 2019).

Deveria mudar esse ciclo que não se acaba, que é fechado só com um grupo na direção, mudar esse quadro só de homem (Rio Trombetas, 2019).

[...] Mas eu acho que as mulheres dão conta, mas eu acho que elas têm medo, no meu caso é o medo, eu não dava conta, mas acredito que tem outras que dão conta e bem mais do que os homens, porque a mulher ela é esparrenta, ela chega numa parte, se ela não consegue por bem, ela consegue por mal (ela abre a boca e fala, não espera, igual ao homem, ela dá o seu jeito) (Rio Pará, 2019).

O discurso de Rio Pará, “no meu caso é o medo, eu não dava conta”, demonstra o receio que elas (as mulheres) têm de fazer parte da direção (liderança), pois, com frequência, as coordenadoras se apoiam em papéis tradicionais, ou seja, adequam-se ao modelo normativo da sociedade, que coloca a mulher como segundo sexo, sempre depois dos homens, em qualquer atividade que desenvolva na sociedade. Geralmente, as mulheres priorizam o cuidado familiar em detrimento de si mesmas, seu trabalho fica em segundo plano, assumem a multiplicidade de papéis sociais, que as deixam mais sobrecarregadas, de um lado, a liderança, e, de outro, a organização da família, atendendo a todos os requisitos que delas são exigidos, tais como: ser boa mãe, boa esposa, boa dona de casa, entre outros.

Já Rio Trombetas, ao afirmar que “deveria mudar esse ciclo que não se acaba, que é fechado só com um grupo na direção”, reconhece que a imposição masculina, que perdura desde a criação da Z-16, é um fato que incomoda e que é visível à manutenção de um grupo que não permite que as coordenadoras se tornem líderes no quadro de direção, tornando-as submissas, ainda, a uma lógica patriarcal.

Rio Guamá e Rio Amazonas mostram, em suas entrevistas, a invisibilidade e o tratamento diferenciado dado à mulher pescadora:

[...] olha, tem mais homens e menos mulheres, mas tem várias que não são cadastradas, mas que fazem tudo. Eu já desenvolvo um trabalho aqui. Olha, falta interesse das mulheres estarem aqui, porque são a maioria de sócios, olha, eu faço reunião e geralmente só o homem quer ir, quando pergunto pra mulher, ela fala que é melhor ir o homem, ela tira o direito dela, falta coragem de falar, de sair de casa, olha que nas passeatas só vem homem. Tem coisa que faz parte da mulher procurar se envolver, junto, até pra receber seguro elas têm dúvida, não tem confiança nela mesma (Rio Guamá, 2019).

Com mais de 90 (noventa) anos, só homem no poder, há uma divisão, diferença sexual na gestão da Colônia, como na pesca, os homens querem a função tudo pra eles [...] (Rio Amazonas, 2019).

Nos relatos de Rio Guamá e Rio Amazonas, é evidente a existência de um problema estrutural, presente nas diversas camadas sociais. A narrativa de Rio Guamá projeta na mulher a falta de interesse para ocupar o seu lugar social, quando diz: “olha, falta interesse das mulheres estarem aqui, porque são a maioria de sócios”. É uma fala que exige da mulher as funções ativas, a flexibilidade, a manifestação de interesses. Contudo, desde os primeiros tempos do patriarcado, os homens detiveram todos os poderes concretos, mantendo a mulher em estado de dependência. E essa condição serve de interesse aos homens que limitam a participação de mulheres na direção da Z-16.

Referente às narrativas, Ferreira (2017, p. 34) esclarece que:

“A divisão sexual do trabalho estrutura as desigualdades e antagonismos nas relações sociais entre homens e mulheres e conforma a base material dessa relação. A divisão sexual do poder, por sua vez, diz respeito à repartição desigual dos poderes entre sexos e controle pelos homens da esfera política” [...].

No que tange à divisão social do trabalho, foi possível observar que as coordenadoras, além de almejarem espaço e igualdade de gênero na atuação dentro da Z-16, buscam por liberdade econômica, que reflete diretamente na procura por autonomia pessoal.

No meu pensar, eu vejo que não é justa, na minha opinião deveria ter dividido a quantidade de homem e a quantidade de mulher, eu queria que isso mudasse, queria ver mais mulher na diretoria, porque não tem uma mulher, ou é por falta de oportunidade dos diretores, ou é as mulheres que não se interessam ou não se acham capazes, porque a pessoa tem que ter muita inteligência para dirigir uma empresa dessa, porque trabalhar com pessoas é muito difícil, eu falo por experiência própria, a gente toma conta de sócios que dão trabalho, tem gente super gente boa, outras muito difícil de se trabalhar, que culpam a gente por tudo que dá errado (Rio Acará, 2019).

Verificamos, nas explicações, a denúncia da pouca abertura para que as coordenadoras atuem em outras instâncias dentro da Z-16.

[...] eles não dão oportunidade de uma mulher ser diretora, porque tem várias com idade, como a Simone, Rosane, até para funcionários não dão. No planejamento de Picuí de Baixo deram a sugestão da Simone ser pelo menos secretária, mas entre os homens lá, como diretores, eles deixaram pelo menos uma mulher coordenadora ser da comissão, eles falaram que ainda não tinha vaga para as coordenadoras serem da direção, aí eu fiquei contrariada, porque uma mulher tinha que tá no meio e foi votada, mas os diretores não quiseram.[...]Então tudo que vai para o planejamento, na verdade, já tá tudo dividido, quem vai fazer o quê dentro da diretoria, já vai tudo certo, quem vai ficar com função. Não tem espaço pra ninguém entrar, principalmente mulher. A divisão política lá desuniu os membros (Rio Trombetas, 2019).

As mulheres conquistaram várias posições, deveria ter uma mulher como vice, ou secretária, tesoureira mesmo, falta oportunidade para que as mulheres, também, mostrem a sua capacidade [...]. A gente não tem oportunidade, porque quando a gente vai escolher, a maioria dos coordenadores são homens, eles não vão apoiar uma mulher, se aparecer um homem para eles apoiarem, para concorrer, porque sempre sai mais homens do que mulher [...], por que da última vez (votação) apareceu o nome da dona Rosana, para ser secretária, aí como a votação tinha mais homens, para votar, claro que ganhou só os homens, entre 80 (oitenta) homens, claro que sempre vai prevalecer os homens (Rio Tocantins, 2019).

Tanto Rio Acará quanto as outras coordenadoras constroem o seu discurso político falando do problema que as mulheres enfrentam para apropriar-se de um cargo de direção na Colônia, pois essas funções sempre foram ocupadas pelos homens. Essa dificuldade de assumir um papel de liderança em um campo de domínio masculino não é algo recente, já que as próprias mulheres só se enxergavam como “mulher” e não como líder. Essa situação acaba, muitas vezes, por frear o interesse feminino pelos postos de liderança e de possibilitar que disputem somente os cargos de direção com os homens.

Nas relações de trabalho, os homens, em geral, são mais valorizados do que as mulheres. Dessa forma, estabelecem-se desigualdades entre os dois, no que se refere às posições de poder e prestígio principalmente no cenário amazônico em que há o predomínio de princípios cristãos determinados pelo conjunto de lideranças nos movimentos sociais de cunho masculino e cristão.

Destacamos que as análises sobre a atuação apenas de homens na direção da Z-16 se baseiam também em documentos, atas, registros que estão disponíveis na entidade, através

deles podemos perceber que os cargos de direção são sempre documentados por um mesmo grupo de dirigentes que se alternam no poder, da qual é bastante nítida a influência política partidária e interesses pessoais e econômicos que estão à margem das lutas coletivas.

Ao estudar a questão da divisão sexual do trabalho e a precarização nas relações laborais, Hirata explica que há uma predominância das atividades femininas nas formas insuficientes de trabalho:

Conforme indicadores, há uma marcada divisão sexual da precariedade do trabalho, visto que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial, com um número inferior de horas trabalhadas e também níveis mais baixos na escala de qualificação formal (HIRATA, 2011, p. 17).

É evidente a falta de oportunidade para as mulheres assumirem papel de liderança na Z-16, mesmo com a pouca abertura para se incumbirem de um cargo de direção, elas estão na luta por garantia de espaço, de poder e de decisão. E, mesmo que algumas não queiram assumir uma posição de poder, reconhecem a importância de uma mulher, que esteja engajada no movimento, adentrar o espaço de autoridade, assinalado pelo machismo.

A divisão sexual do trabalho assume características históricas que nascem de uma base material definida, seguindo práticas sociais desenvolvidas numa complexidade de elementos, que podem ser mais ou menos conservadoras das tradições, reproduzindo ou criando novas modalidades de espaços de trabalho, e segregando socialmente, conduzido por construções socioculturais de gênero, derivadas da respectiva base material do modo de produção de vida social vigente (SILVA, 2011).

A divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria a submissão que existe também nas outras esferas sociais. Portanto, está inserida na divisão sexual da sociedade, com uma evidente articulação entre atividade de produção e reprodução, e a explicação pelo biológico legitima essa articulação (BEZERRA, 2015, p. 39).

Assim, nas análises de Karl Marx (2008), não é a consciência dos homens o que determina a realidade social, ao contrário, esta é que determina sua consciência. Logo, é a divisão sexual do trabalho, a partir das construções de relação de gênero, que foram consolidadas dentro da divisão social do trabalho e que legitimam as disposições ideológicas, sejam representações religiosas, políticas, jurídicas etc., e não as ideologias e respectivas culturas, que, inicialmente, determina a realidade social.

No início do terceiro milênio, quando as mulheres passam a emergir como sujeitos da história, num mundo tecnologicamente avançado, começam a trazer a nova-arcaica lógica do seu corpo erógeno para dentro do sistema simbólico-econômico masculino.

Nesse mundo de grande complexidade organizacional, os métodos mais humanos das mulheres apresentam maior eficiência, inclusive em termos produtivos. Mas elas têm atuado de muitas maneiras nos espaços públicos e na luta pelos direitos sociais e políticas públicas. Salientam, em suas narrativas, o que desejam para a organização da Colônia, suas propostas e estratégias demonstram a sensibilidade de valorizar as pessoas, garantindo formação e acesso a todos os benefícios sociais a que têm direito, independente das posições políticas e partidárias.

Eu faria minicursos para as coordenadoras, capacitação, porque quando tem reunião da prestação de conta, a gente só concorda e não sabe o que tá lá, tem um monte de coisa para preencher e nem todos sabem (formulários). Outra coisa, curso de informática para os coordenadores, turmas (com as coordenadoras) para saberem lidar com as coisas – o que é sistema – curso de capacitação. Eles não têm essa visão, estão só levando as coisas, não integram nada (Rio Trombetas, 2019).

Devia ter projetos para preservação dos rios, com as crianças, jovens, histórias e lendas nossas que estão se perdendo [...] (Rio Tucumanduba, 2019).

[...] eu queria que tivesse um espaço melhor pra acolher os associados, para quando tiver o tempo de assinatura, para qualquer evento aqui, a gente tenha como acolher, dar lanche, dormitório, espaço melhor [...] sobre a direção eu acho que não deveria misturar diretoria de colônia – com política mesmo – seja amarelo, vermelho, verde, longe de politicagem, porque aqui na Z-16 é uma família, a gente tem que tá unido, falar a mesma língua (Rio Acará, 2019).

Conquistas de espaço de poder, maior articulação nas colônias que uniram as mulheres nas decisões, reivindicações por ambientes adequados e ações femininas dentro da Colônia, abertura de programas que abranjam os filhos das pescadoras (acesso aos programas, projetos e plenárias – preservação do meio ambiente, rios e igarapés), tudo isso representa as perspectivas que elas têm para a Colônia, e superam a discriminação e o modelo de gestão dos homens, que agregam apenas o que lhes agrada, numa visível política do compadrio, do débito e do favor.

Para Boff; Muraro, (2010), os homens governam, por centralização, de cima para baixo, pelo temor. Dividem para reinar. No mundo da competição, ou prejudicam ou são prejudicados. A estrutura masculina é uma pirâmide dividida – que reflete a segmentação do corpo masculino,

a parte de cima (cúpula) oprime, hierarquicamente, a parte de baixo (base). Essa é uma estrutura comum ao Estado, às firmas, aos sindicatos, às igrejas etc., ou melhor, a todos os sistemas simbólicos masculinos. E é tão comum as pessoas de classes dominantes, desde que nascem, serem treinadas para mandar, para ter iniciativa, criatividade; e, as da base, para serem passivas e obedecer.

Após os anos 1960, quando as mulheres entraram para o sistema econômico, elas tentaram imitar os homens, mas fracassaram na competição, porque não foram adestradas para esse processo, pelo próprio sistema, devido ao fato de terem sido destinadas ao mundo privado, e, o homem ao mundo público. A partir dos anos 80, elas trouxeram, do privado, onde ficaram confinadas durante os últimos 8.000 (oito mil) anos, um novo modo de governar e de ver a relação entre dirigentes e dirigidos.

Nesse novo modelo de governar e dirigir, as mulheres não oprimem, nem de maneira abstrata, porque veem cada “subordinado” como um ser humano. Conectando-se com todos, governam ouvindo a opinião de todos, por consenso. Cuidam de cada um, em vez de administrar uma organização para pequenos grupos privilegiados.

As mulheres, por serem mais íntegras, são menos corruptas que os homens, e esse fato é o que está aparecendo hoje. A mulher não consegue construir uma persona, isto é, uma personalidade falsa no trabalho e outra em casa, e procuram menos o Status quo e mais a realização pessoal.

Seguindo na esteira de análise sobre a participação das mulheres pescadoras, pontuaremos algumas das perspectivas (reinvindicações) que as coordenadoras sugeriram para a melhoria da Colônia Z-16, entre elas, destacam-se: conquistas de espaço de poder; maior articulação das colônias que uniram as mulheres nas decisões; transparência e prestação de contas; reinvindicações por mais espaço e ação de mulheres dentro da Colônia; abertura de projetos que abranjam os filhos das pescadoras (acesso aos programas, projetos e plenárias – preservação do meio ambiente, rios e igarapés). Dentro da Colônia, deveria haver um projeto de artesanato, porque há mulheres que sabem fazer crochê, utensílios de pesca, tecer boneca de açai, costurar; esses saberes tradicionais podem e devem ser repassados de geração em geração. Como narra Rio Amazonas, *“aqui não tem um curso para que as mulheres aperfeiçoem sua atividade na coordenação, pra gente saber preencher direitinho os formulários, atas, ofícios...”*.

Em meio ao cenário político atual, que tem aguçado condutas opressoras e conservadoras na sociedade brasileira entre as disputas na lei do capital, observou-se que as

lutas também vêm pulverizando o amadurecimento de combates contra o revezamento de poder apenas entre um grupo de homens, e busca ações coletivas orgânicas, assim, os pescadores e pescadoras também procuram fazer o novo dentro das associações de pescadores, constituindo aquilo que Gramsci (1982) definiu como novos intelectuais, politicamente comprometidos com o próprio grupo social para fazer e escrever a história e, por isso, capazes de refletir sobre o entrelaçamento da produção material com as controvertidas práticas da reprodução simbólica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a ideia central de que a divisão sexual do trabalho serve para sustentar os discursos e para fortalecer instrumentos de controle e poder sobre as práticas do trabalho produtivo das mulheres pescadoras que atuam como **coordenadoras dos setores de localidade de pesca**, na qual os homens pescadores detêm controle e poder institucional na entidade, **a partir da percepção das mulheres pescadoras**, foram tecidas as reflexões que nos levaram, com base em diálogos e narrativas coletadas e triangulação teórica, à possibilidade de percebermos o processo de emancipação das pescadoras, por intermédio de sua participação política na coordenação de Base da Colônia Z-16.

Sabemos que provocar discussões acerca das representações da sexualidade e relações de trabalho (divisão sexual do trabalho) e seu processo emancipatório das mulheres na sociedade brasileira, não é uma tarefa fácil, uma vez que elas se perpetuam numa configuração social em que os valores conservadores e patriarcais ainda são muito presentes no modo de vida cultural de tais mulheres.

Como orientação teórica-metodológica, utilizamos a História Oral, que permitiu alcançar os graus de confiança e profundidade necessárias para penetrar na intimidade das pescadoras, que, com suas próprias vozes e linguagens, possibilitaram a tentativa de reconstruir seu modo de vida, sobre o trabalho e a sexualidade, e sua atuação na coordenação de base, a partir de retalhos de suas próprias experiências, memórias e percepções, e registrar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, que se veem como agentes de transformação social e participação no espaço público.

Ao examinarmos os relatos das coordenadoras, notamos que a participação delas na coordenação de base na Z-16 não é um processo fácil, uma vez que enfrentam dificuldades por serem mulheres, mães, casadas, donas de casa, chefes de família, pois existem marcadores de gênero que produzem desigualdades que recaem sobre as pescadoras. O que chama atenção é o fato das lutas e resistências desse grupo social se pautarem no combate à opressão de classe entre exploradores (pescadores homens, que detêm o controle, poder e prestígio) e exploradas (mulheres que, apesar de executarem as mesmas funções e serem a maioria dos associados, ainda não desempenham cargos de maior valor e prestígio), e por se tratar de entidade representativa, que tem em comum conflitos sociais de diversas formas organizativas, participando de luta histórica por reconhecimento de direitos, por garantia de medidas compensatórias que possibilitem a reordenação social de seus modos de vida, estruturadas na relação direta que estabelecem com os rios e a floresta, de cunho ambiental, social, comunitário

e etc., e que foram invisibilizados, silenciados, subalternizados por categorias eurocêntricas (hegemônicas), das quais diferentes estudos compreendem o grupo de pescadores artesanais como classe social que se tornaram forças políticas, na medida em que ampliaram sua ação, mediante um movimento de constituição de sujeitos coletivos. Mas, mesmo com essa maior participação, ainda persiste a diferença sexual como uma lógica da sociedade atual, persistindo em condutas opressoras que excluem ou dificultam o protagonismo das pescadoras no cenário de lutas e nas lideranças da entidade. Os homens se articulam enquanto líderes, mantêm o poder dentro da organização e condicionam as mulheres em cargos subordinados à sua liderança e poder de mando.

Não negamos a importância da entidade e das principais mudanças introduzidas na Z-16, que passou das mãos da agremiação da marinha e das elites locais para as mãos dos que, de fato, eram pescadores, extinguindo os capatazes e criando as coordenadorias de base. Essa estrutura administrativa da entidade, por sua vez, sempre concedeu cargos de maior valor e prestígio aos homens, o que prevalece até os dias atuais, já que eles se estruturam enquanto liderança, um forte instrumento de controle e poder sobre as práticas de trabalho das mulheres pescadoras da Z-16, que é profundamente marcada por novos dispositivos de “clientelismo”, em que, segundo Pereira (2015,p.225), “o poder da Colônia de pescadores em comunidade ribeirinha está relacionado à dupla articulação que esta possibilita entre comunidade e Estado”.

Atualmente, a entidade é apropriada pelos homens, que se apossaram de uma luta coletiva para se manter no poder. Possui, aproximadamente, 15 (quinze) mil associados e associadas; é um lugar de lutas históricas de um grupo, ou classe, alijado de direitos, marginalizado, subalterno, que atua e se mobiliza de formas distintas de se organizar e expressar suas demandas, sujeitos capazes de agir por suas próprias mãos com interesses individuais e coletivos. Os mais de 90 (noventa) coordenadores e coordenadoras de base têm condições próprias de participar, segundo pressupostos da importância da ação coletiva, sendo necessário um revezamento de poder entre homens e mulheres. Sendo injusta a imposição de apenas um grupo se afirmar no poder, sem dar abertura a outros agentes históricos, como os coordenadores e coordenadoras de base que somam mais de 90 (noventa), os quais possuem formação comunitária, apreendidas e ressignificadas em suas práticas cotidianas de trabalho, de saberes, de partilha, de união.

Nossa pesquisa diagnosticou que a entidade deve se transformar em um espaço plural, coletivo, que não perpetue condutas de exploração, opressão, subserviência e conformismo.

A luta desse grupo social é necessária e urgente nesse cenário político atual, assinalado por retrocessos de direitos básicos, que manifesta condutas opressoras, violência patriarcal, exploração e dominação.

Concebemos que o movimento das coordenadoras, pela sua atuação nas coordenações de base e reconhecimento de sua importância como sujeitos sociais, ao questionar a divisão sexual do trabalho, adquiriu como resposta a condição de insatisfação e desigualdade de gênero, vivenciadas pela classe feminina na Z-16. Essas mulheres, em concordância com Gohn (2011), fazem parte de grupos sociais organizados, que recriam formas tradicionais de relação de autoajuda, cotidianamente, na diversidade das situações que enfrentam, “expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta” (GOHN, 2001, p. 336).

Não pretendemos, em nossas investigações, (re) afirmar a subordinação feminina das pescadoras à lógica de dominação masculina, mas demonstrar, a partir de sua própria visão, a desvalorização de seu papel dentro da Colônia de Pescadores Z-16, e suas tentativas de construir e ocupar um espaço próprio, sem fazer uma disputa que desqualifique a participação dos homens na Colônia. Trata-se de validar a posição desigual e, também, as suas estratégias para resistir e superar condições opressivas, e as formas utilizadas para exercerem influências ou poder de maneira individual e coletiva, formando parte das identidades das pescadoras.

Em nossas observações, essas mulheres pescadoras, que fizeram parte da pesquisa, estão em busca de transcender esse quadro de subordinação de papéis estruturados pela sociedade patriarcal, em que a mulher assume postos mais baixos, num quadro social desigual, que sempre pertenceram aos homens, e ainda continuam nas mãos deles. O sistema, as instituições e os valores da civilização patriarcal sobrevivem a si mesmos, em grande parte, e permanecem firmes até os dias de hoje.

Conforme Beauvoir (2017, p. 191), “a mulher nunca teve chance em nenhum terreno, eis porque clama, hoje, em grande número, novo estatuto; e, mais uma vez, suas reivindicações não consistem em serem exaltadas em sua feminilidade”: elas querem que, em si próprias, como no resto da humanidade, a transcendência supere a imanência, que lhes sejam concedidos, enfim, os direitos abstratos e as possibilidades concretas, sem a conjugação dos quais a liberdade não passa de mistificação.

As coordenadoras entrevistadas descrevem que, em sua prática de vida diária, usam e recriam, cotidianamente, os conhecimentos que desenvolvem na participação da Z-16, gerando estratégias para se mostrarem atuantes dentro de um cenário caracterizado pelo machismo,

dentro e fora da coordenação, isto é, com participação política dentro da Z-16, ressignificam suas experiências.

Contemplamos, nas explanações das coordenadoras, que elas almejam independência financeira e mais espaço de trabalho na Colônia, onde elas têm muito menos possibilidades do que seus concorrentes masculinos que, apesar de terem um número menor de associados, estão no cargo de maior poder e prestígio. Essas desigualdades de gênero na pesca também se refletem na entidade, onde as mulheres continuam a enfrentar barreiras de trabalho para acessar esses postos de maior valor e prestígio.

As pescadoras, mesmo sendo maioria na associação, desenvolvem tarefas menos especializadas, e, portanto, menos atuantes, por conta da carga de trabalho que regem a sua existência, mas, mesmo assim, reclamam igualdade de condições dentro da Z-16, de diferentes maneiras, na atuação, na coordenação, na busca por melhorias da qualidade do atendimento aos pescadores, nos acordos de pesca, na reivindicação por novos projetos que abranjam os filhos e filhas de pescadores.

Ainda, são os homens que ocupam os melhores lugares, que detêm os postos mais importantes. Como analisado, as 12 (doze) coordenadoras, apesar de ser considerado um número significativo em relação a outras esferas (sindicatos), constituem apenas uma pequena minoria de coordenadores entre as mais de 90 (noventa) coordenações de base. Elas, além disso, são impossibilitadas de alcançar uma posição elevada, como: secretária, tesoureira, presidente, vice-presidente e outros cargos.

Mas, como explicar que, mesmo as mulheres sendo a maioria dos associados na Z-16, a direção continua, desde sua criação, dirigida por homens? Vimos, no decorrer dos estudos apresentados, como a formação social da família, no poder patriarcal, vem se estruturando desde os primórdios da humanidade, as maneiras de atuação de homens e mulheres na sociedade, e continua a perpetuar-se, mesmo diante de alguns progressos das lutas do movimento feminista, e, entre avanços e retrocessos, as mulheres continuam desempenhando papéis subordinados aos exercidos pelos homens. Assim, procuramos entender como as diferentes formas de poder, estruturadas e mantidas por uma classe opressora, estão pulverizadas nos mais diversos grupos sociais, e mantêm, ainda, essa prática opressora, desigual, que condiciona os desejos e anseios das mulheres sob controle e vigilância.

É chegado o tempo de as mulheres reconhecerem sua importância para a manutenção da vida e, de certa forma, a sua contribuição para a mudança desse quadro desigual, que ainda persiste na sociedade. Desse modo, seria fundamental que, além de reconhecer seu papel, a

mulher tomasse para si o poder, assim como sempre fez o homem, pensar sobre sua classe, no intuito de garantir seu lugar na estrutura social, sendo necessário maior tomada de consciência, de decisão.

No entanto, é de se considerar que pelo menos as coordenadoras entrevistadas tenham convicção da sua atuação e lutem por ocupar os espaços, até então, destinados aos homens.

Nessa lógica, pelo fato de terem tomado consciência de si e de seu poder, liberta-se também do casamento, do lar, pelo trabalho; as pescadoras não mais aceitam (docilmente), sem questionar, o lugar, o papel atribuído, a sujeição de funções secundários dentro do espaço privado e do público, almejam a afirmação de sua identidade dentro da entidade Z-16. Resignificam sua presença na instituição da qual fazem parte. E esse é um grande passo para que a mulher se liberte de pensamentos e ações subordinadas, pois, como Freire (1996) afirma, “a autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas”. Os combates travados coletivamente para que a Z-16 saísse das mãos dos grupos de elite para serem mediados pelos próprios pescadores, agora, passa a ser uma luta de mulheres que reivindicam reconhecimento e construção de sua identidade. Isto posto, a direção apenas nas mãos dos homens representa a opressão das mulheres pescadoras.

Ficou evidente, nesta pesquisa, que essas mulheres ainda se deparam com papéis femininos tradicionais, definidos por uma sociedade patriarcal, que se perpetua desde o processo sócio-histórico no Brasil. As coordenadoras assumem suas falas, sem deixar de reconhecer as tensões que atravessam o sistema de discriminação contra as mulheres no trabalho dentro da Z-16, que sustentam a divisão sexual do trabalho. Confere-se, em destaque particular, a sua atuação como sujeitos históricos, e, portanto, a sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições desiguais de trabalho. Porém, hoje, admitem, o valor que elas têm para modificar essa realidade desigual de atuação entre mulheres e homens dentro da Z-16. Daí a importância da aprendizagem no contexto dos movimentos sociais, comunitários, ajudando, assim, as mulheres a identificarem seus direitos e de sua categoria, e quais elementos constroem sua identidade, suas diferenças.

Quanto à sexualidade, foi evidenciado, nas narrativas, que a repressão que essas pescadoras viveram foi reflexo da educação conservadora, que condicionava e mantinha certo controle sobre os desejos das jovens. Os pais determinavam um conjunto de normas e condutas a serem seguidas. No entanto, houve pouco avanço no que concerne à compreensão da sexualidade feminina nas comunidades de pesca, muito embora tenhamos que reconhecer a existência de grandes mudanças de comportamento social, no que se refere à liberdade sexual no mundo inteiro, afetando, assim, a realidade local.

No caso das coordenadoras de base, o protagonismo assumido por elas não é admitido pelos parceiros de luta, estaria, há muito tempo, além da disputa de poder, algo ausente nas suas narrativas, que, pelo contrário, em nenhum dos argumentos foram encontrados discursos de enfrentamento contra os parceiros; as narradoras querem construir um espaço coletivo de combates, e acreditam que podem mudar os rumos dessa sociedade tão desigual.

Segundo Freire (1996), a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Nesse sentido, as lutas travadas pelas mulheres, a passos lentos, estão marchando no sentido da autoafirmação, logo, as pescadoras, embora tenham desempenhado, por muito tempo, o papel de complementariedade nesse campo masculino, que é considerado a pesca, sendo limitado o espaço de sua atuação, por estarem, há muito, dando todo o suporte necessário para que grandes debates, conquistas e avanços nos direitos de sua categoria, são indispensáveis protagonistas, seu desempenho contribui para que as grandes lutas sejam construídas ao longo da história de enfrentamentos dos pescadores e pescadoras da Z-16. Isso reforça, nessas mulheres, a relevância de sua tarefa política ao analisarem seu papel dentro e fora do espaço privado (lar), e ao tomarem consciência de sua valorosa importância para o grupo social de pescadores e pescadoras.

As grandes lutas em defesa dos direitos sociais, civis e políticos no mundo tiveram, historicamente, a participação da classe feminina. Durante a guerra, a ausência dos homens no lar abriu um novo espaço para que as mulheres tomassem o controle da vida para além do lar, a reprodução e produção e manutenção da família transformá-la-ia, de dona de casa, em líder das organizações políticas e até mesmo da própria vida.

Contudo, o que acontece nesse grupo social tem uma força simbólica muito grande, e por se tratar de agentes sociais ativos e em movimento, percebemos que sua trajetória e narrativas são marcadas por um ir e vir de anseios e lutas permanentes, pela emocionante movimentação das pescadoras ao direito de existir e de dar sentido à sua existência, pelo protagonismo, sendo sua dinâmica instaurada no sentido da busca por assegurar o acesso a benefícios básicos que regem sua existência/sobrevivência, assim como, também, pela memória e construção de sua identidade, proporcionados por registros de suas experiências e recordações sobre suas trajetórias pessoais e políticas.

Beauvoir (2017) propõe que a classe feminina deve ser a situação e o instrumento da liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora. As pescadoras, quando relatam seus anseios, abrem-se para aquilo que não lhes é dado – o direito ao diálogo –, de demonstrarem uma vontade potencializada de mudança de mundo. A entrevista possibilitou que

elas saíssem de uma condição de expectadoras para serem coadjuvantes, agentes de poder, de luta e de abertura para uma perspectiva própria.

O que pudemos desvelar, a partir da aproximação com nosso objeto de pesquisa, é que a participação das mulheres na coordenação de base tem uma importante atribuição para a ascensão delas nos cargos de poder e prestígio dentro da entidade. E este estudo tem papel crucial de relevância acadêmica e social, uma vez que traz a percepção das pescadoras como agentes históricas de transformação da configuração que assumem na divisão sexual do trabalho, no sentido de desconstruir essas desigualdades e se reconhecerem como mulheres, sujeitos capazes de participar, de adquirir poder de decisão e fortalecimento de sua identidade, de influenciar na busca por igualdade de condições e direitos em relação aos homens.

Portanto, é significativo salientar que durante a pesquisa, com início no ano de 2018, até sua conclusão em 2019, algumas mudanças começaram a ser construídas. Em fevereiro de 2020, ocorreu a eleição de novos representantes da direção administrativa da Colônia Z-16, e algumas das entrevistadas compuseram as duas chapas que concorreram, o que demonstra que, aos poucos, o ato de participar engendra espaços de negociação, diálogos e confrontos, para que possam construir espaços próprios, deixando de viver à sombra dos homens e ocuparem os seus devidos lugares na construção da luta social no Baixo Tocantins. Destarte, os relatos explorados podem ser vistos sob uma nova ótica, novas fontes, perspectivas e mudanças que podem ou não serem tecidas por esse grupo social de pescadoras.

À vista disso, é no contexto das mulheres pescadoras, com toda diversidade de corpos, nas lutas por espaço nesse grupo, que esperamos que os debates travados nesta pesquisa possam propiciar a busca por transformação social, e, por meio de combates, a mudança de um modelo opressor e desigual, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, longe de esgotarmos as possibilidades de investigação e das ideias que este estudo provocou, deixamos espaço para novas interpretações, análises e perspectivas. Pois, percebemos que essas agentes sociais têm a percepção de suas vivências frente à inexistência de políticas públicas, mulheres que se fazem existir socialmente, culturalmente, politicamente, pelas suas próprias (mãos) manifestações, e que, organizadas, lutam pelos seus direitos nesse processo longo de resistência/existência. Carregam consigo as marcas de um grupo social que se estrutura, labora, age, resiste e se reinventa. Sentem na pele o peso de uma opressão secular que impôs a elas o papel do outro, daí a importância de seus relatos, de sua história, de seu trabalho e do fortalecimento de pertencimento de grupo social e afirmação de vida.

Como sugere Portelli (1997), “haverá sempre um retalho novo” nesse grupo social de pescadoras, em que há muitas mulheres com propriedade, capaz de ocupar seu espaço de fala,

que podem ser visibilizadas, refletidas, questionadas e analisadas. Seres humanos cujas experiências nos proporcionaram o prazer de escutar e reverberar suas vozes, enriquecer nossos conhecimentos, respeitar e valorizar seus saberes disseminados em práticas individuais e, de repente, também, coletivas. Sigamos, aprendendo!

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALENCAR, E. F. **Gênero e trabalho em Sociedades Pesqueiras**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- ALMEIDA, A. M. DE. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al. (Orgs.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez/ UNICAMP, 1995.
- ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho produtivo e reprodutivo na vida cotidiana. **Revista ABET**, v. 9, n. 2. p. 18, 2010.
- BARRA, J. D. F.; FURTADO, G. D. **Pescadores Artesanais de Cameté: Formação Histórica, Movimento e Construção de Novos Sujeitos**. 1. ed. Cameté: Novo Tempo, 2004.
- BARRA, J. D. F.; FURTADO, G. D. **Pra onde Sopram os Ventos? Práticas educativas dos pescadores de Cameté?** 1. ed. Belém: Alves, 2015.
- BEAUVOIR, S. **Segundo Sexo**. Tradução Sérgio Milite. 4. ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 2017.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 1994.
- BLAY, A. E. Industrialização brasileira e trabalho feminino. In: BLAY, A. E. **Trabalho domesticado: A mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 2011.
- BOFF, L. MURARO, R. M. **Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- BOURDIEU, P. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris: Mouton, 1963.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CIAVATTA, M. A cultura do Trabalho e a educação plena negada. **Revista Labor**, v.1, n. 5, p. 170-189, 2011.
- CONNELL, R.W. **Gender**. Cambridge: Polity Press, 2002. 184 p.
- COSTA, G. da S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006.
- COSTA, M. J. J. (org.) **Sociologia na Amazônia: debates teóricas e experiências de pesquisa?** Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

COSTA, N. C. V. **Participação juvenil na pesca artesanal da Vila de Bonifácio, Bragança-PA (Brasil)**. 2007. 70 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará, Bragança, 2007.

DAJUI, E. M. **A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento**. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DAMATTA, R. **A casa e a Rua: Espaço, cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Brasiliense, 1985. 140 p.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 4, São Paulo: 34, 1997. 715 p.

FARIAS, C. M. “Antes de dançar o Coco era como estar no mundo, mas não existir”: experiências dançantes de mulheres em contextos de políticas públicas culturais no Cariri Cearense. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v.5, n. 5, p. 1 – 9, 2019.

FAVACHO, J. C. **O catolicismo amazônico e as CEBs diante das transformações sociais em ocorrência na região: estudo sobre a pastoral da prelazia de Cametá, à luz da teologia da libertação**. 1984. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1984.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: No limiar de uma nova era**. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. da. “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. **RESR**, v. 52, n. 1, p. 9-24, 2014.

FERREIRA, M. de M. (org.). **História oral e interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

FERREIRA, M. de M. (org.). História, tempo presente e história oral. **Topoi**, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

FERREIRA, M. de M. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil, **História Oral**, n. 1, p. 19-30, 1998.

FERREIRA, V. M. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**, 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FIGUEIREDO, L. B. **Uma revolução silenciosa: a sexualidade em mulheres maduras**. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FISCHER, I. R. **A Participação da Mulher no Orçamento Familiar**. Trabalhos para discussão. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, n. 133, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

- FREUD, S. **A dissolução do complexo de Édipo**. Tradução J. Salomão. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. 19, p. 215-226. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- FREYRE, G. **Modos de homem & modas de mulher**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p.71-87, 2001.
- FURTADO, G. D. **No lar, nas águas, na vida: práticas e saberes em comunidades ribeirinhas - Cametá-Pa**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.
- FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. 483 p.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1993.
- GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**: O que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.
- GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**. v. 13, n.2, p. 20-31, 2004.
- GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.
- GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho 4. ed., Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1982.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade Stuart Hall. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104 p.
- HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (orgs.). **Povos das águas**: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 133-157.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Rio Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010. 235 p.

JOSSO, M. C. A transformação de si a partir da narrativa de história de vida. **Educação**. Porto Alegre, RS, ano 30, n. 3 (53), p. 413-438, set-dez, 2007.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. **Les Structures Élémentaires de la Parenté**. 2 ed. 1967. Berlin, New York: Monton de Gruyter, 2002.

LIMA FILHO, D. L. **Dimensões e Limites da Globalização**. Coleção Questões Mundiais. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURENÇO, C. F.; FÉLIX, F. N.; HENKEL, J. S.; MANESCHY, M. C. **A pesca artesanal no Estado do Pará**. Belém: SETEPS/SINE-PA, 2003.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. In: LOURO, G. L. **Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUNA, N. A Polêmica do Aborto e o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Dados**, v. 51, n.1, p. 237- 275, 2014.

MACHADO, H. A. D. A regra e o jogo Identidade, hegemonia e gestão de políticas públicas no campo da cultura no Brasil contemporâneo. **Biblioteca Latino-Americana de Cultura e Comunicação**, v. 1, n. 1, 2012.

MACHADO, L. Z. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, p. e16471, 2016.

MALHOTRA, N.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M.C. Introdução à Pesquisa de Marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MANESCHY, M. C. A. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia**, v.11, n. 2, p. 145-166, 1995.

MANESCHY, M. C. A. Da casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. **Proposta**, n. 84/85, p. 81-92, 2000.

MANESCHY, M. C.; ALMEIDA, M. Tornar-se pescadoras: de mulheres e constituições de sujeitos políticos. In: HÉBETTE, J., MAGALHÃES, S. B. e MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: face do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002.

MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 713-737, 2012.

MANUANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, E. **Trabalho, educação e movimentos sociais:** um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no Município de Cametá-PA. 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2011.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política: livro 1. v. 1. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MERONA, B. Aspectos ecológicos da ictiofauna no baixo Tocantins. **Acta Amazonica.** v. 17, p. 109-160, 1987.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Buenos Aires: Del Signo, 2010. 126 p.

MONTEIRO, H. M. D. R. **Mulher, trabalho e identidade:** relatos de mulheres em cargos de poder e prestígio sobre suas trajetórias profissionais. 129 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MOSER, O. N. C. **Planificación de genero y desarrollo:** Teoría, práctica y capacitación. Lima: Red entre Mujeres, 1995. 384. p.

NASCIMENTO, D. A. S. **Trabalho e autonomia em campo de domínio masculino: mulheres que têm contratos de produção com agroindústrias de dendê em São Domingos do Capim-PA.** 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia e Sociedade,** v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Khoury. **Projeto História,** n.10, p.7-28, dez. 1993.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. As mulheres continuam sendo menos propensas que os homens a participar do mercado de trabalho em grande parte do mundo. **Notícias da OIT,** Genebra, 8 de março de 2018. Disponível em: http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_619550?lang=es. Acesso 02 de junho de 2020.

PASQUOTTO, V. F.; MIGUEL, L. A. **A pesca artesanal e enfoque sistêmico:** uma atualização necessária. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção, 12., 2004, Aracaju. Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção. Aracaju, 2004.

PASSOS, L.; GUEDES, D. R. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. **Planejamento e Políticas Públicas,** n. 50, p. 67–94, 2018.

PEREIRA, E. A. D. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas**: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense. 2014. 435 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PEREIRA, E. A. D. Resistência Territorial ribeirinha na Amazônia paraense com a construção da hidrelétrica de Tucuruí. In: ACEVEDO, R. E.; NOVAES, J. S. de (org.). **Povos tradicionais em coalisão com as estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PINTO, B. C. de M. O 'Fazer-se' das Mulheres Rurais: a construção da memória e de símbolos de poder feminino em comunidades rurais negras do Tocantins. In: Alvares, M. L. M.; SANTOS, E. F. (org.). **Desafios de Identidade**: espaço - tempo de mulher. Belém: CEJUP/REDOR, 1997. p 11-23.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, n. 15, p. 13- 49, abr. 1997.

PRADO, P. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 2. ed. Brasília: INL, 1981.

RAGO, M. **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

REGO, L. W.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: UNESP, 2013. 229 p.

REICH, W. ALZON, C. **Casamento Indissolúvel ou relação sexual duradoura**. São Paulo: Martins fontes,1934.

REICH, W. **Casamento Indissolúvel ou relação sexual duradoura**. 1930.

RIOS, F.; Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013.

RODRIGUES, do S. R. **Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais z-16 – Cametá/Pará**. 2012. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SANTOS, J. A formação do povo ribeirinho no contexto da Amazônia brasileira. In: SOUZA, D. V. S. V.; VASCONCELOS, M. E. O.; HAGE, S. A. M. (org.). **Povos ribeirinhos da Amazônia, educação e pesquisa**. Curitiba: CRV, 2017.

SCHEFLER, M. de L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Feminismos**, v.1, n. 3, p. 20, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.20, n.2,

p. 71-99, 1995.

SHERER, E. (org.). *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento*. Rio de Janeiro, 2013.

SILIPRANDI, E. Alimentação como um tema político das mulheres. In: Rocha, C. (Org.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. M. (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 329-343

SILVA, E. L. P. da. Um debate necessário: As desigualdades no cotidiano das mulheres pescadoras do estuário do Rio Paraíba, Brasil. **CONFERENCIA DO DESENVOLVIMENTO**. 1., 2011, Brasília, DF. **Anais do primeiro circuito de debate acadêmico**, Brasília, IPEA, 2011.

SILVA, M. das G. Práticas Culturais e Territorialidades da Pesca Artesanal na “Região das Ilhas” de Cametá. 2010. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE – ANPPAS, 5. 2010, Florianópolis, SC. **Anais...** Santa Catarina, ANPPAS, 2010.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres, cultura e mudanças nos castanhais do sul do Amapá. In: SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. p. 107-150.

SIMÕES, A.; DIAS, S. C.; ALMEIDA, O.; RIVERO, S. Gestão dos recursos naturais na região do baixo Tocantins através de acordos de pesca. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2014.

SIQUEIRA NETO, J. F. Direito do trabalho e flexibilização no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 01, p. 33-41, 1997.

SOARES, V. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 281-301.

SOUSA, R. M. **Paternidade em transformação: o pai singular e sua família**. 1994. 235 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

SOUSA, R. V. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. Tradução de Andréa Zhourie Lígia Maria Leite Pereira. **História Oral**, n. 5, p. 9-28, 2002.

VALE, S. R. G. A. **Avaliação do perfil das quebradeiras de coco babaçu e de suas condições de trabalho no município de Itapecuru- Mirim/MA**. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Saúde Pública e Meio Ambiente) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola

Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Rio de Janeiro, 2015.

WEDIG, J. C. **Agricultoras e Agricultores à mesa:** Um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí-Rs.** 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

APÊNDICE A - Termo de livre consentimento e livre esclarecimento

Eu, _____, declaro ter concordado em participar, livre e espontaneamente, como sujeito entrevistado, na pesquisa intitulada – **MULHERES PESCADORAS: SEXUALIDADE E TRABALHO NA COLÔNIA Z-16 DE CAMETÁ-PA**, sob a responsabilidade de LUANA RODRIGUES CARNEIRO – mestranda do programa de Pós-graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário do baixo Tocantins.

Declaro ter conhecimento dos objetivos e dos procedimentos metodológicos da pesquisa e ciência de que eles não atentam contra a minha própria integridade física ou moral, nem contra a de qualquer outra pessoa. Sei, igualmente, da possibilidade de interromper a minha participação em qualquer momento no decorrer da pesquisa, assim como da possibilidade de requerer reparos legais no caso de me sentir prejudicado (a) com a divulgação não autorizada por mim, de algum dado a meu respeito.

Tenho clareza de que as informações que darei orais e/ou escritas poderão ser usadas pelo pesquisador nesta pesquisa, e de que a minha identidade não será divulgada, a menos que eu expresse por escrito a preferência pela divulgação.

Declaro que fui consultado se gostaria de acrescentar algo ao presente termo e que foi finalizado com a minha anuência de que concordava com a forma e conteúdo da redação.

LOCAL: _____ DATA: _____.

Assinatura do (a) Participante

APÊNDICE B - Roteiro das entrevistas

- Apresentação da pesquisa

- Anotações necessárias de cada colaboradora:

Nome:			
Idade:			
Tempo de atuação na coordenação:			
Endereço/ localidade:			
Número de associados/as:	M	F	
Grau de escolaridade:			

- 1- Estamos falando em sexualidade, mas afinal, para você, o que é sexualidade? O que significa gênero para você?
- 2- Qual o significado da sexualidade em sua vida?
- 3- Você conhece os processos de formação da Colônia Z-16 de Cametá?
- 4- Sobre a divisão do trabalho dentro da colônia Z-16, você acredita que organização funcional (presidência/conselho/tesouraria/secretaria) ela é justa?
- 5- Como surgiu a coordenação de sua localidade?
- 6- Como você se vê enquanto coordenadora? O que representa? Como se sente?
- 7- Quais as perspectivas sobre a organização da colônia Z-16 que você considera relevante?
- 8- Quais as dificuldades que você se depara na coordenação de base?
- 9- Que trabalho você poderia desenvolver para o melhor reconhecimento de sua atuação dentre da colônia Z-16?
- 10- Qual a sua relação com os outros membros da Z-16?
- 11- Como você se sente participando do grupo responsável pela condução dos aspectos políticos/jurídicos da Z-16?
- 12- Você conhece as principais normas que regulam a atividade pesqueira?
- 13- Além da coordenação qual outros trabalhos você realiza? qual a sua ocupação de lazer, O que você mais gosta de fazer: ler, escutar músicas, esportes?
- 14- Você poderia falar um pouco da sua vida? Como foi sua infância, a relação com os seus pais, seus irmãos, seus amigos, namorados, com a escola, com a religião, com a política, com a sexualidade?
- 15- Como sua função (na coordenação da z-16) interfere na relação com seu parceiro?
- 16- Quais os espaços culturais que frequenta? Por quê? (igreja, sindicato, instituições filantrópicas)
- 17- O que representa para você a da religião?
- 18- O que representa para você a família?
- 19- O que representa para você o casamento?

ANEXO A – Registros de algumas reuniões, encontros e debates que ocorreram ao longo dos anos de atuação desta entidade.

Fotografia 1 -



Fonte: Acervo Colônia Z-16

Fotografia 2 -



Fonte: Acervo Colônia Z-16

Fotografia 3-



Fonte: Acervo Colônia Z-16

Fotografia 4 -



Fonte: Acervo Colônia Z-16

Fotografia 5 -



Fonte: Acervo Colônia Z-16

Fotografia 6 -



Fonte: Acervo Colônia Z-16

Fotografia 7 -

		G1	G2	G3	G4	G5	PROBLEMAS					G1	G2	G3	G4	G5
		X					FALTA DE PEIXE NOS RIOS				X	Y			X	FALTA DE PLANTA
LUZ		X	X			X	FALTA DE LIDEZANÇAS SUBSTITUIVA				X					" " CONT
RESUR		X					PESCADORES NA DOCUMENTAÇÃO				X					" " PREP
		X					ATRASOS NAS MEMORIAS				X					" " OBCK
DES		X			X	X	BAIXA % das coordenadas				X			X		MAIOR DOT
MAIS		X					FALTA DE RB p/ compra material				X	X				EMPREGADOS
L		X				X	FALTA DE FISCALIZADA				X					ATRASO NAS
		X			X		POLUIÇÃO DOS RIOS				X					FILIAÇÃO DO
		X	X	Y	X	X	EXPORTAÇÃO DE P.O. E AQUIVOS				X					BAIXA RENDA
		X			X		FALTA DE ATENDIMENTO ATIVIDADE				X					POUCOS RECVDOS
		X					EFEITOS DE TUCURVI				X			X		DESPARADO

Fonte: Acervo Colônia Z-16